



**Universidade de
Aveiro**

Instituto Superior de Contabilidade e
Administração

2008

**Pedro António
Gonçalves Abreu**

Análise do Sistema de Normalização Contabilística da Itália

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade ramo auditoria, realizada sob a orientação científica de Rui Mário Magalhães Gomes Mota, Professor Adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro.

Júri

Presidente

Graça Maria do Carmo Azevedo

Equiparada a Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Orientador

Rui Mário Magalhães Gomes Mota

Professor Adjunto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Arguente

Eurico Cirne Lima Basto

Professor Coordenador do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

agradecimentos

Quando nos empenhamos a executar uma tarefa, gerimos o nosso tempo prejudicando quem nos rodeia, por isso, um grande beijo para a minha mulher Dulce e para as minhas filhas Andreia e Patrícia.

Os meus agradecimentos vão para todas as pessoas e entidades que de uma forma directa ou indirecta contribuíram para a realização desta tese de mestrado, em especial para o meu orientador professor Rui Mota.

palavras-chave

Acontecimentos após a data do balanço, activos intangíveis, activos tangíveis, Código Civil, consolidação, contas, demonstrações financeiras, existências, goodwill, impostos, impostos diferidos, leasing, moeda estrangeira, normalização contabilística, normas contabilísticas nacionais, operações em moeda estrangeira, princípios contabilísticos, Regulamento (CE) 1606/2002, TFR (tratamento de fim de contrato), valorimetria.

resumo

O objectivo deste trabalho é caracterizar o sistema de normalização contabilística em Itália, aplicável à generalidade das empresas, com a excepção das dos ramos segurador e financeiro, antes da entrada em vigor do Regulamento (CE) 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho.

O trabalho está dividido em duas partes principais:

A primeira parte trata dos aspectos relacionados com a organização contabilística, dos princípios contabilísticos, das normas de valorimetria, da apresentação das demonstrações financeiras, do relatório de gestão e da publicidade.

A segunda parte trata de temas contabilísticos específicos, isto é, da consolidação, do goodwill, das operações em moeda estrangeira, dos activos tangíveis e intangíveis, das existências, do leasing, dos impostos diferidos, das pensões e dos acontecimentos após a data do balanço.

As notas finais começam por especificar as principais divergências entre a normalização vigente em Itália, antes da entrada em vigor do Regulamento (CE) 1606/2002, e as normas internacionais de contabilidade, terminando com conclusões de ordem geral sobre o sistema de normalização contabilística de Itália.

keywords

Accounting principles, accounting standardization, accounts, Civil Code, financial statements, foreign currency, goodwill, intangible assets, inventories, leasing, national accounting standards, post-balance sheet events valuation, Regulation (EC) 1606/2002, tangible assets, transactions in foreign currency, TFR (Severance pay (lump sum)).

abstract

The goal of this thesis is to characterise the accounting standardization system in Italy, applicable to all companies, except insurance and financial companies, previously to the entry into force of Regulation (EC) 1606/2002, issued by the European Parliament and Council, in 19 July.

Our thesis is divided in two main parts:

The first part concerns the accounting organization, accounting principles, valuation standards, presentation of financial statements, management report and publicity of financial information.

The second part is concerned with specific accounting subjects, such as consolidation, goodwill, transactions in foreign currency, tangible and intangible assets, inventories, leasing, deferred taxes, pensions and post-balance sheet events.

The final notes start by referring the main differences between the Italian accounting standards, previously to the entry in force of Regulation (EC) 1606/2002, and the international accounting standards, ending with general conclusions on the accounting standardization system in Italy.

ÍNDICE

CAPÍTULO I – Introdução	1
1. O “Projecto de contabilidade”	1
2. Objectivos a atingir	3
CAPÍTULO II – A normalização em Itália	4
1. Aplicação do Regulamento (CE) 1606/2002 em Itália	4
1.1. Porquê a figura jurídica do regulamento?	4
1.2. Aplicação do Regulamento em Itália	5
2. Um pouco de história	7
2.1. Influência dos autores italianos no robustecimento da Contabilidade	7
2.2. Evolução da legislação relativa às contas em Itália	10
2.2.1. 1.º Período de 1882 a 1942	10
2.2.2. 2.º Período de 1942 a 1974	11
2.2.3. 3.º Período de 1974 a 1991/93	12
2.2.4. 4.º Período a partir de 1991/93	12
2.2.5. 5.º Período a partir de 2005 por força do Regulamento n.º 1606/2002	14
3. Legislação contabilística – organização	15
3.1. O Código Civil	15
3.2. Normas contabilísticas nacionais	16
4. Princípios contabilísticos	22
4.1. Introdução	22
4.2. Princípios gerais e fundamentais	22
4.2.1. Clareza ou compreensibilidade	22
4.2.2. Veracidade	22
4.2.3. Representação correcta	22
4.3. Outros princípios do Código Civil	22
4.3.1. Continuidade	22

4.3.2.	Prudência.....	22
4.3.3.	Substância sobre a forma	23
4.3.4.	Especialização dos exercícios	23
4.3.5.	Não compensação de saldos	23
4.3.6.	Consistência dos critérios de valorização.....	23
4.3.7.	Periodicidade.....	23
4.4.	Princípios contabilísticos profissionais	23
4.4.1.	Utilidade das DF para os destinatários e plenitude da informação	23
4.4.2.	Substância sobre a forma	24
4.4.3.	Clareza ou compreensibilidade	24
4.4.4.	Neutralidade ou imparcialidade	24
4.4.5.	Prudência.....	24
4.4.6.	Periodicidade.....	24
4.4.7.	Comparabilidade	24
4.4.8.	Homogeneidade	25
4.4.9.	Uniformidade.....	25
4.4.10.	Especialização dos exercícios	25
4.4.11.	Relevância.....	25
4.4.12.	Custo.....	25
4.4.13.	Conformidade.....	25
4.4.14.	Função do anexo (nota integrativa)	26
4.4.15.	Verificabilidade da informação.....	26
5.	Normas de valorimetria.....	27
5.1.	Introdução	27
5.2.	Critérios de valorimetria.....	27
5.2.1.	Valor nominal	27
5.2.2.	Valor realizável	27
5.2.3.	Valor de extinção.....	27
5.2.4.	Custo histórico.....	27
5.2.5.	Custo histórico reavaliado	28
5.2.6.	Custo de substituição	28
5.2.7.	Preço corrente	28

5.3.	Critérios de valorimetria do Código Civil	28
5.3.1.	Activos Fixos	28
5.3.2.	Amortizações	28
5.3.3.	Comparação de valores imobilizados	29
5.3.4.	Investimentos em filiais e associadas	29
5.3.5.	Despesas de instalação e desenvolvimento	29
5.3.6.	Goodwill	29
5.3.7.	Desconto sobre empréstimos	29
5.3.8.	Créditos	29
5.3.9.	Existências, títulos e participações financeiras	30
5.3.10.	Bens fungíveis	30
5.3.11.	Trabalhos em curso	30
5.3.12.	Activos renováveis de diminuto valor	30
5.4.	Critérios de valorimetria profissionais	30
6.	Apresentação das demonstrações financeiras	31
6.1.	Demonstrações financeiras de acordo com a legislação italiana	31
6.2.	Demonstrações financeiras de acordo com as normas contabilísticas nacionais	31
6.3.	Balanço	31
6.4.	Demonstração dos resultados	33
7.	Relatório de gestão	34
7.1.	Pressupostos para o relatório de gestão	34
7.2.	Conteúdo mínimo do relatório de gestão	34
8.	Publicidade	36
8.1.	A apresentação de contas	36
8.2.	Publicidade	36
CAPÍTULO III – Alguns tratamentos específicos		37
1.	Consolidação	37
1.1.	Introdução	37
1.2.	Objectivo	37

1.3.	Normas de direito civil.....	37
1.4.	Obrigatoriedade de consolidação	37
1.5.	Dispensa de consolidação.....	38
1.6.	Princípios de elaboração das contas consolidadas.....	38
1.6.1.	Princípios gerais.....	38
1.6.2.	Data de consolidação	39
1.7.	Métodos de consolidação.....	39
2.	Goodwill.....	40
2.1.	Definição.....	40
2.2.	Características	40
2.3.	Reconhecimento.....	40
2.4.	Classificação.....	41
2.5.	Valorização	41
2.6.	Vida útil e amortização.....	41
3.	Operações em moeda estrangeira	42
3.1.	Introdução	42
3.2.	Período até 31 de Dezembro de 2003, Código Civil	42
3.3.	Período após 1 de Janeiro de 2004, Código Civil.....	42
3.4.	Abordagem profissional	43
4.	Activos tangíveis e intangíveis.....	44
4.1.	Definição de imobilizações	44
4.2.	Classificação das imobilizações	44
4.2.1.	Imobilizações corpóreas	44
4.2.2.	Imobilizações incorpóreas	45
4.2.3.	Imobilizações financeiras.....	48
5.	Existências.	49
5.1.	Definição.....	49

5.2.	Definição e classificação das existências segundo o Código Civil.....	49
5.3.	Valorização das existências	49
6.	Leasing	51
6.1.	Definição.....	51
6.2.	Métodos de contabilização do leasing	51
6.2.1.	Método patrimonial	51
6.2.2.	Método financeiro.....	51
6.3.	Contabilização do leasing em Itália	51
7.	Impostos diferidos.....	53
7.1.	Definição.....	53
7.2.	Critérios e métodos de quantificação	53
7.3.	Os impostos diferidos e as DF	54
8.	Pensões.....	56
8.1.	Conceito de TFR.....	56
8.2.	Forma de cálculo	56
8.3.	Contabilização	56
8.4.	Casos particulares.....	56
8.5.	O TFR e os administradores.....	57
9.	Acontecimentos após a data do balanço	58
9.1.	Factos que devem ser reflectidos nas contas.....	58
9.2.	Factos que não devem ser reflectidos nas contas.....	58
9.3.	Outros factos que não modificam o activo ou passivo	59
	CAPÍTULO IV - Notas finais	60
1.	Comparação das normas contabilísticas nacionais com as IAS.....	60
2.	Conclusão	63
	SIGLAS UTILIZADAS.....	64
	GLOSSÁRIO DE CONTABILIDADE – Alguns Termos.....	65

BIBLIOGRAFIA	68
ANEXO I.....	70
Código Civil - Codice Civile.....	70
ANEXO II.....	94
Demonstrações financeiras “Autogrill SpA” de 2004.....	94

CAPÍTULO I – Introdução

1. O “Projecto de contabilidade”

O desenvolvimento da economia mundial, a internacionalização dos capitais e o aumento das transacções de bens e serviços tanto entre os diversos países da Europa como no resto do Mundo, o aprofundamento, nas últimas décadas, da globalização evidenciaram a necessidade de obter informação financeira com base em normas comuns, com elevada qualidade e comparável.

O pulsar da economia e das tecnologias da informação provocou, com efeito, alterações profundas nos mercados, no comércio internacional, nos investimentos, acentuando o desenvolvimento e a integração dos mercados de capitais.

Em face do novo enquadramento económico, a União Europeia, por ter entendido que as directivas comunitárias não proporcionaram a comparabilidade desejável, dada a amplitude das adaptações na transposição para as respectivas legislações nacionais, optou, a partir de dada fase, por seguir um outro rumo, que não o das directivas, no sentido da harmonização contabilística.

A aprovação do Regulamento (CE) 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, constituiu uma clara afirmação desse novo rumo.

De acordo com o referido regulamento, todas as sociedades da União Europeia (UE) com valores cotados em mercados regulamentados ficaram obrigadas, a partir de 1 de Janeiro de 2005, a preparar, apresentar e publicar as suas contas consolidadas conforme as IAS/IFRS¹, tendo em vista o adequado funcionamento dos mercados de capitais na UE, atenta as necessidades de transparência e comparabilidade daquela informação no espaço e no tempo.

Esta preocupação de transparência e comparabilidade das DF a nível internacional pode resumir-se a uma intervenção de J.W. Muis em que diz “... *num mundo que se move cada vez mais para chegar a uma única entidade económica com a globalização dos mercados, falar a mesma língua não é só uma ajuda, mas uma condição necessária.*”² ((Giornetti 2005).³

¹ Isto é, Normas Internacionais de Contabilidade/Normas Internacionais de Relato Financeiro.

² Tradução própria e adaptada de “... *in um mundo che si muove sempre più per arrivare a formare un’unica entità económica, parlare la stessa lingua non è solo di aiuto ma rappresenta una condizione necessaria*”

³ J.W. Muis, Vice-President Banca Mondial, in “*La globalizzazione dei mercati e l’armonizzazione delle regole contabili*”, di A. Zurzolo, in Riv. Dott. Comm., 1997

A alteração no modo de conceber a harmonização da Contabilidade na UE rasgou de alto a baixo uma série de entidades, desde os profissionais da contabilidade, os governos, os reguladores, os organismos nacionais emissores de normas, os organismos internacionais, as empresas, os analistas e investidores, utilizadores em geral das DF e, também, as universidades.

Estamos num momento histórico de intenso desenvolvimento da Contabilidade no mundo. E assim se percebe que a nossa dissertação se integre num trabalho mais global, denominado “Projecto de Contabilidade”, o qual visa dar conta do movimento de harmonização contabilística na UE.

O “Projecto de Contabilidade” começa pela análise dos antecedentes (evolução e aplicação das directivas), passa pelas razões para a mudança e a estratégia da Comissão Europeia, seguindo-se a caracterização dos diversos sistemas de normalização contabilística nos Estados membros⁴, anteriormente à aprovação do Regulamento (CE) 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e prossegue com os efeitos da adopção das IAS/IFRS no momento de transição, terminando com as opções efectuadas pelos diversos EM no quadro do artigo 5.º do referido Regulamento.

E coube-nos, dentro do “Projecto de Contabilidade”, caracterizar o sistema de normalização contabilística de Itália, anteriormente à aprovação do Regulamento (CE) 1606/2002.

Compete a outros mestrandos tratar dos sistemas de normalização contabilística noutros EM, também anteriormente a aprovação do referido regulamento, ocupando-se outros colegas da avaliação quantitativa e qualitativa dos impactos declarados pelas empresas com valores cotados da adopção das IAS/IFRS no momento de transição, terminando com o tratamento das opções efectuadas pelos diversos EM no quadro do artigo 5.º do Regulamento (CE) 1606/2002.

O “Projecto de Contabilidade” consubstancia, portanto, um estudo sistemático e encadeado da harmonização contabilística na UE.

⁴ É muitas vezes utilizada a abreviatura “EM”

2. Objectivos a atingir

Com o nosso trabalho - que se enquadra na caracterização dos diversos sistemas de normalização contabilística nos Estados membros, anteriormente à aprovação do Regulamento (CE) 1606/2002 e que incide sobre o sistema de normalização contabilística de Itália, - pretendemos caracterizar os principais aspectos da normalização da Contabilidade naquele país, anteriormente à aprovação do Regulamento (CE) 1606/2002: em termos de organismos de normalização, das regras mais relevantes aplicáveis à elaboração e apresentação das DF, assim como dos documentos de prestação de contas e, por último, da consolidação de contas.

Para enquadrar o sistema de normalização em Itália existente antes da aprovação do Regulamento (CE) 1606/2002, apresentaremos uma evolução histórica focada na legislação em matéria de normalização contabilística, bem como na reorganização dos organismos italianos que coordenam a normalização, culminando na recente criação do OIC⁵, em 27 de Novembro de 2001.

De seguida procuraremos descrever os princípios contabilísticos e critérios de valorimetria existentes à data.

Por fim, iremos tratar alguns aspectos relacionados com situações específicas, nomeadamente operações em moeda estrangeira, activos tangíveis e intangíveis, despesas de investigação e desenvolvimento, existências, leasing, impostos diferidos, pensões e acontecimentos após a data do balanço.

Concluiremos o estudo com a análise das divergências entre o sistema contabilístico existente e as normas internacionais.

O nosso estudo é dirigido às empresas em geral, com excepção do sector bancário e segurador.

⁵ O OIC (Organismo Italiano di Contabilità) tem a forma jurídica de fundação e foi criado em 27 de Novembro de 2001. As entidades, associações e organismos que são fundadores são, relacionados com a actividade contabilística, a Assirevi, o Consiglio Nazionale dei Dottori Commercialisti e o Consiglio Nazionale dei Ragionieri. Outras entidades, associações e organismos que fazem parte da fundação são a Abi, a Andaf, a Ania, a Assilea, a Assonime, a Confagricoltura, a Confapi, a Confcommercio, a Confindustria; a Aiaf, a Assogestioni, a Centrale Bilanci, a Borsa Italiana. O Ministério da Justiça e da Economia e das Finanças, e as autoridades reguladoras sectoriais como a Banca de Itália, Consob e Isvap manifestaram o seu apoio à iniciativa.

CAPÍTULO II – A normalização em Itália

1. Aplicação do Regulamento (CE) 1606/2002⁶ em Itália

1.1. Porquê a figura jurídica do regulamento?

O processo de harmonização contabilística na União Europeia, iniciado com vista à construção de um mercado único e comum, começou pela emissão de directivas comunitárias.

As directivas definem os resultados a alcançar, bem como elementos mínimos comuns no plano do direito europeu e incluem disposições de carácter opcional.

Foi o que sucedeu com a IV Directiva (78/660/CEE), de 25 de Julho e com VII Directiva (83/349/CEE), de 13 de Junho, relativas, respectivamente, à elaboração e publicação da informação financeira individual e consolidada.

Com base nos instrumentos que são as directivas, coube aos vários EM criar as suas próprias disposições legislativas e regulamentares, adequando-as aos mínimos estabelecidos por esses instrumentos, para que produzissem efeitos em cada Estado.

O resultado pretendido com as IV e VII Directivas - a comparabilidade e equivalência da informação financeira - não foi, porém, atingido, visto que continuaram a verificar-se acentuadas diferenças na elaboração dos elementos que constituem a informação financeira.

Em Itália, a transposição das IV Directiva (78/660/CEE) e VII Directiva (83/349/CEE), foi efectuada tardiamente, em 9 de Abril de 1991, com o Decreto Legislativo n.º 127/91, de 9 de Abril.

Diferente da directiva é, no entanto, o regulamento.

O regulamento tem, com efeito, aplicação directa no ordenamento jurídico dos EM, sem necessidade de transposição, ao invés do que acontece com a directiva.

Ora, em resultado do trabalho iniciado em 1995, com a comunicação “Harmonização Contabilística: uma nova estratégia relativamente à harmonização internacional” [COM 1995 (508)], e, depois, com a comunicação “A estratégia da União Europeia em matéria de informações financeiras a prestar pelas empresas” [COM 2000 (359)], surgiu, ao nível do conjunto da comunidade, o Regulamento (CE) 1606/2002.

⁶ Regulamento (CE) 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade.

1.2. Aplicação do Regulamento em Itália

Como foi referido, o Regulamento é uma figura jurídica de aplicação directa nos EM, isto é, não necessita de transposição.

Assim, de acordo com o Regulamento 1606/2002, todas as sociedades da União Europeia, com valores cotados em mercados regulamentados, são obrigadas, a partir de 1 de Janeiro de 2005, a preparar, apresentar e publicar as suas contas consolidadas de acordo com as IAS/IFRS⁷, com o objectivo de contribuir para o funcionamento eficiente do mercado de capitais da UE e do mercado interno.

Acontece que o referido regulamento permite, no artigo 5º, que os EM, por opção, alarguem a exigência de aplicação das IAS/IFRS à preparação, apresentação e publicação a outras sociedades e, ou, a outro tipo de contas, que não, portanto, a sociedades que tenham valores cotados em mercados regulamentados e, ou, a contas consolidadas.

Esta opção foi tomada em Itália, em 2003, através do artigo 25.º da Lei n.º 306, de 31 de Outubro, conhecida pela “Lei comunitária 2003”, onde se determina que utilizem as IAS:

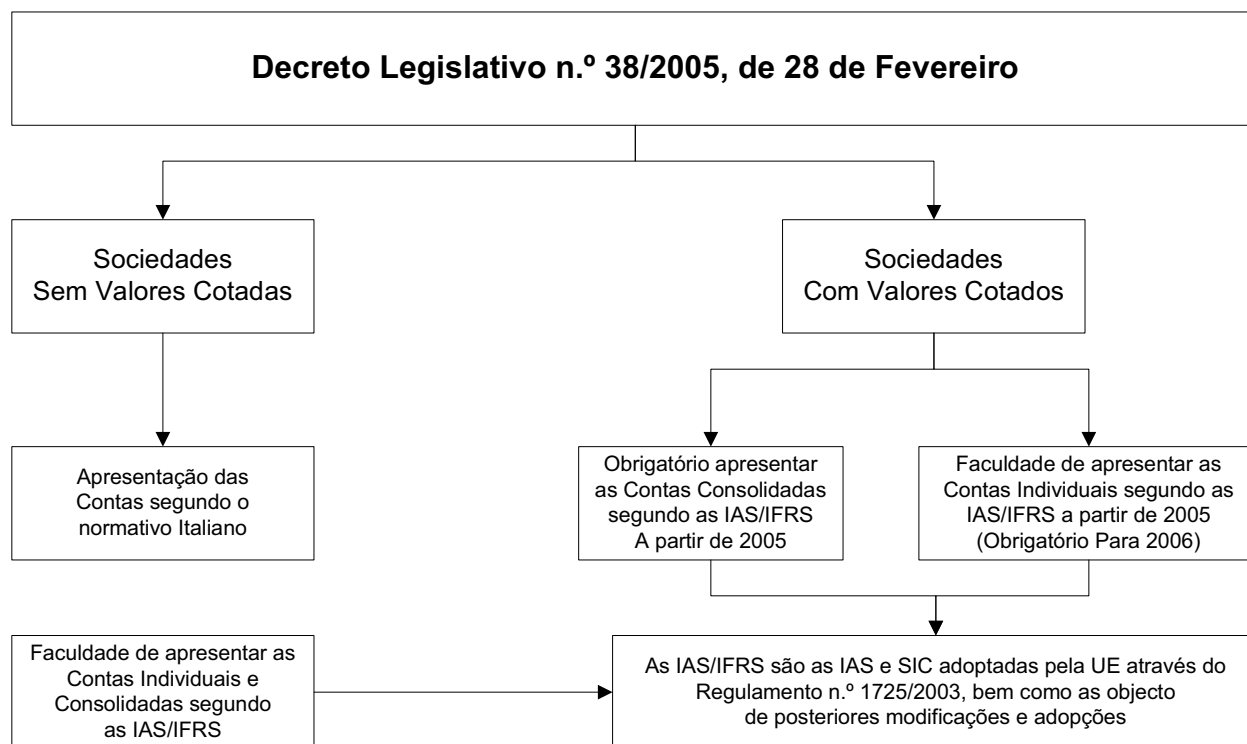
- As sociedades com valores cotados, para as suas contas individuais;
- As sociedades emittentes de instrumentos financeiros para o público, para as suas contas individuais e consolidadas;
- O sector bancário e os intermediários financeiros que estejam sob supervisão do Banco de Itália, para as suas contas individuais e consolidadas;
- As empresas seguradoras para as suas contas consolidadas, e, se não apresentarem contas consolidadas e forem sociedades cotadas, para as contas individuais.

A Lei n.º 306 prevê a regulamentação, através de decreto legislativo, da opção permitida pelo artigo 5.º do Regulamento 1606/2002.

A regulamentação prevista na Lei n.º 306 “Lei comunitária 2003”, foi efectuada pelo Governo Italiano com o Decreto Legislativo n.º 38/2005, de 28 de Fevereiro.

⁷ Em Portugal normalmente é utilizada a sigla NIC/NIRF, Normas Internacionais de Contabilidade, Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Esquemáticamente, temos:



As sociedades sem valores cotados, que apresentem as contas de forma reduzida de acordo com o artigo 2435-A⁸ do Código Civil, não podem apresentar as contas segundo as IAS/IFRS. Só as sociedades que apresentam as contas individuais de forma completa têm a faculdade de as apresentar segundo as IAS/IFRS.

⁸ Contas de forma reduzida (Bilancio in forma abbreviata). As sociedades que não ultrapassassem no último exercício ou em dois exercícios consecutivos dois dos três parâmetros: total do activo (totale dell'attivo dello stato patrimoniale) de 3.650.000€; total de vendas e prestação de serviços (ricavi delle vendite e delle prestazione) de 7.300.000€; total de empregados em média no exercício (dipendenti occupati in media durante l'esercizio) de 50. Estes valores são actualizados anualmente e os apresentados referem-se a 2008.

Em 2003 eram as sociedades que não ultrapassassem no último exercício ou em dois exercícios consecutivos dois dos três parâmetros: total do activo de 4.700 milhões de liras; total de vendas e prestação de serviços de 9.500 milhões de liras; total de empregados em média no exercício de 50 (1 Lira = 0.10354 Escudos = 0.00052 Euros).

2. Um pouco de história

2.1. Influência dos autores italianos no robustecimento da Contabilidade

Não pretendendo apresentar a história da Contabilidade, importa referir alguns marcos fundamentais, salientando a Escola Italiana, a qual foi muito importante no robustecimento da disciplina.

Como já referido por muitos autores a história da Contabilidade remonta à própria história do homem, começando pela necessidade de identificação de bens (rebanhos, terras, heranças).

É o desenvolvimento do comércio e a necessidade de apresentar a realidade económica que está na base da evolução técnica e dos objectivos da Contabilidade.

A introdução da moeda foi passo fulcral no desenvolvimento da Contabilidade, que inicialmente se limitava a registar as entradas e saídas de dinheiro.

Com o incremento das operações, os comerciantes têm a necessidade de obter informação mais precisa sobre o negócio, que não apenas entradas e saídas de dinheiro, independentemente dos momentos dos recebimentos e pagamentos. A Contabilidade evoluiu, assim, para o sistema das partidas dobradas⁹ e – nessa evolução – foi decisivo o crédito concedido ou obtido. Essa técnica é ainda a que perdura nos nossos dias.

Com a expansão da actividade creditaria e a utilização de capital externo, surge a necessidade de individualizar correctamente o capital e o rendimento.

Podemos salientar quatro fases na evolução da Contabilidade:

- Contabilidade da antiguidade, até, sensivelmente, ao ano de 1200;
- Contabilidade desde o início do século XIII até ao fim do período medieval, marcada pelo florescimento do comércio, do crédito e da actividade bancária, culminando com a sistematização da digrafia, em 1494, por Luca Pacioli;
- Contabilidade do mundo moderno, desde 1494 até cerca de 1840, com o desenvolvimento de empresas de grande dimensão (muitas das quais com a forma de sociedades anónimas) e o início da regulamentação contabilística em legislação e, ou, em códigos comerciais;
- Contabilidade do mundo actual.

⁹ Segundo a história, o sistema das partidas dobradas foi desenvolvido por volta de 1340 em Génova, e a sua sistematização é atribuída ao Frade Luca Pacioli, como se pode verificar da obra publicada em 1494 com o título “Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalità”, onde o autor dedica um capítulo às operações comerciais e respectiva escrituração.

Nos séculos XIII a XVII, Itália desempenhou um grande contributo para o desenvolvimento da contabilidade, motivada pelo desenvolvimento mercantil de diversas cidades ligadas aos seus portos que serviam de entrepostos comerciais.

O desenvolvimento do conhecimento da contabilidade ao longo da história em Itália deu origem ao aparecimento de várias escolas de pensamento ligadas também ao aparecimento de obras de contabilidade, onde destacamos, a concluir esta breve síntese alguns autores, entre muitos outros notáveis tratadistas como Luca Pacioli¹⁰, Francesco Villa¹¹, Giuseppe Cerboné¹², Fábio Besta¹³, Vincenzo Masi¹⁴, Gino Zappa¹⁵.

A escola “contista”, iniciada por Luca Pacioli, conhecida por método das partidas dobradas, tem como principal objectivo as técnicas de registo do processo de escrituração através das contas, aplicando o método da dupla entrada. A obra do frade Luca Pacioli “Summa de Arithmetica, Geometria proportioni et propornaliti” de 1494, ao descrever no capítulo “Particulario de computies et Scripturis” a contabilidade de dupla entrada ou método das partidas dobradas tornou o seu autor famoso ao ponto de ser reconhecido como pai da digrafia.

A escola administrativa (ou escola Lombarda) tem como principal representante Francesco Villa, defende que o objectivo da contabilidade é a administração das entidades, deixando de se limitar ao apuramento dos saldos das contas passando a preocupar-se com a gestão das entidades. Francesco Villa publicou em 1840 a obra “La Contabilità Applicata Alle Amministrazioni private e pubbliche”, ficando reconhecido pelo uso da contabilidade como fonte de informação para a gestão (não se limitando ao registo de contas) e, uma ciência idêntica à economia e à administração.

A escola personalista (ou escola Toscana) baseava-se no estudo das relações entre as partes que constituem o grupo de pessoas de uma empresa, dando personalidade às contas de modo a expor as relações jurídicas entre esses grupos que são os proprietários, os administradores, os correspondentes terceiros e os consignatários. O maior contributo para esta escola foi dado por

¹⁰ O Monge franciscano Luca Bartolomeo de Pacioli (Itália, 1445 - 1517) célebre matemático italiano é considerado o pai da digrafia.

¹¹ Francesco Villa (Itália, 1801 – 1884) considerou a contabilidade não como uma simples colecção de contas, mas como fonte de informação de gestão e uma ciência.

¹² Giuseppe Cerboni (Itália, 1827 – 1917) foi um dos primeiros autores que procuraram elevar a Contabilidade a um ramo de conhecimento científico, tentando superar o conceito de simples arte de registo do ter e do contar.

¹³ O trabalho de Fábio Besta (Itália, 1845 – 1922) é considerado por muitos italianos como a “Bíblia” na História da Contabilidade.

¹⁴ Vincenzo Masi foi seguidor de Fábio Besta e em 1923 estabeleceu o património como objecto da contabilidade.

¹⁵ O trabalho de Gino Zappa (Itália, 1879 – 1960) representou um dos pilares fundamentais da reforma doutrinária ocorrida na Contabilidade no século XX.

Giuseppe Cerboni, cuja principal obra “La Ragioneria Scientifica” em 1886 trata da contabilidade como disciplina científica, apesar da origem desta escola ter estado em Francesco Marchi com a publicação em 1867 de “Cinquecontisti¹⁶”.

A escola controlista (ou Veneziana) tem como principal representante Fábio Besta que defende que o objectivo da contabilidade é o controlo das empresas, distinguindo vários tipos de controlo. Por um lado o controlo anterior aos acontecimentos económicos (por exemplo, um contrato), controlo actual (por exemplo, a vigilância dos empregados) e controlo posterior (por exemplo, o balanço); por outro lado o controlo ordinário se fazendo parte da rotina da empresa e o extraordinário. A aplicação dos diversos tipos de controlo faria com que a contabilidade estabelecesse um ponto de partida para que a análise dos resultados da gestão, a evidência dos acontecimentos, a demonstração dos resultados fosse sujeita a aprovação ou não por parte dos gestores. A principal obra de Fábio Besta no pensamento controlista é “La Ragioneria” de 1880 que defende que o objectivo da contabilidade é o controlo económico.

A escola patrimonialista tem como principal representante Vincenzo Masi e defende que a contabilidade é uma ciência tendo como função o registo, a classificação e a análise do património, tem o objectivo de fornecer as informações sobre as variações desse património. As principais obras de Vincenzo Masi “Ragioneria Generale” de 1926 e “La Ragioneria come Scienza del Patrimonio” de 1927 defendem que o objectivo da contabilidade é o estudo do património que se divide em contas de activo, conta de passivo e contas diferenciais (património líquido). A Contabilidade seria, assim, a ciência dos fenómenos patrimoniais, distinguindo-se das outras disciplinas não apenas pelos processos de relevação, como também pela natureza dos fenómenos a serem relevados. No termo relevar caberiam, segundo Masi, a observação, a classificação, a representação e a interpretação de factos de natureza patrimonial. E aos que sustentavam que, para ser ciência, faltava à Contabilidade formular leis, Masi apontava diversas leis, como, por exemplo, a de que se na determinação do património de uma empresa se subavaliavam activos ou sobreavaliavam passivos, formam-se reservas.

A moderna escola italiana (ou empresarial¹⁷), também conhecida por reditualista, tem como representante Gino Zappa e defende a importância da contabilidade e do seu estudo para a manutenção das empresas. O principal objectivo da contabilidade é calcular o resultado das empresas, ou seja, a finalidade da Contabilidade não é, propriamente, determinar a composição e o valor do património, mas antes apurar custos e proveitos resultantes dos actos de gestão. Zappa entendia, por outro lado, que havia que integrar numa única ciência - a “Economia Aziendale” - três ramos do saber: a Doutrina da Organização, a Técnica Administrativa e a Contabilidade. A principal obra de Gino Zappa “Il reddito d’impresa – Scritture doppie, conti e bilanci di aziende

¹⁶O nome completo da obra é “I Cinquecontisti Ovvero La Ingannevole Teorica Che Viene Insegnata Negli Istituti Tecnici Del Regno E Fuori Del Regno Intorno Il Sistema De Scrittura A Partita Doppia E Nuovo Saggio Per La Facile Intelligenza Ed Applicazione Del Sistema”.

¹⁷ Tradução própria de “aziendalista”.

commerciali” de 1937 e o trabalho de renovação deste autor representou um dos pilares fundamentais da reforma doutrinária da contabilidade no século XX.

E, além disso, sublinhado por vários autores que a Itália foi o primeiro país a disciplinar o exercício da profissão de contabilista.

As entidades governamentais passaram somente a reconhecer como contabilistas pessoas devidamente qualificadas para o exercício da profissão. A importância da profissão aumentou com a intensificação do comércio internacional e com as guerras ocorridas nos séculos XVIII e XIX, que provocaram numerosas falências e a necessidade de se apurar valores a receber ou a pagar entre credores e devedores¹⁸.

2.2. Evolução da legislação relativa às contas em Itália

Esta análise é efectuada para todas as sociedades, com excepção do sector bancário e segurador e será dividida pelos períodos mais significativos, que podemos repartir em cinco:

2.2.1. 1.º Período de 1882 a 1942

Código do Comércio de 1882

O início deste período corresponde à entrada em vigor do Código do Comércio. Este documento foi altamente influenciado pelo período vigente na época¹⁹ e pelo Código do Comércio francês de 1807.

O Código do Comercio faz algumas referências, nos seus artigos 22.º e 176.º, à disciplina da contabilidade.

Assim, no artigo 22.º, estabelece que o comerciante elabore em cada ano um inventário dos seus bens móveis e imóveis, bem como dos seus débitos e créditos, qualquer que seja a respectiva natureza e proveniência; o inventário fecha-se com o balanço e com a conta de proveitos e custos.

Só no artigo 176.º e reportando-se às sociedades anónimas e às sociedades em comandita por acções, é que há referências a princípios e normas, apesar de não se indicar com objectividade a forma e o conteúdo do balanço e da demonstração dos resultados, bem como os critérios de valorização a adoptar.

O artigo 176.º estabelece que as contas apresentem com evidência e verdade os resultados efectivamente conseguidos. Devem também evidenciar o capital social realmente existente e a quantia dos depósitos efectuados regularmente e os efectuados com atraso.

¹⁸ Júlio César Zanluca no seu trabalho de compilação da história da contabilidade em <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/historia.htm>.

¹⁹ Este período caracterizava-se pelo liberalismo.

2.2.2. 2.º Período de 1942 a 1974

Código Civil de 1942

O início deste período corresponde à entrada em vigor do Código Civil²⁰ de 1942. Caracteriza-se pelo facto de conter disposições e disciplinar o direito civil e o direito comercial, agrupando num único código o que frequentemente é regulado em dois.

Pela primeira vez, existem disposições relativas ao conteúdo das demonstrações financeiras e aos critérios de valorização de alguns elementos dessas demonstrações.

As contas do exercício são reguladas nos artigos 2423.º e seguintes, inseridos no capítulo quinto (Das Sociedades) do livro quinto (Do trabalho) do referido código.

O primeiro artigo, 2423.º, determina que as contas do exercício sejam elaboradas pelos administradores, devendo evidenciar de forma verdadeira os lucros realmente conseguidos e os prejuízos sofridos²¹.

Expressa-se que os administradores são os responsáveis pela elaboração e apresentação das contas e pelo conteúdo das mesmas, devendo assegurar a clareza e a representação verdadeira e correcta.

Pela primeira vez prescreve-se o conteúdo dos elementos que compõem o balanço entre activo e passivo (art. 2424.º) e também alguns critérios de valorização para imobilizações, participações, existências e créditos (art. 2425.º).

O balanço está dividido entre activo, no lado do débito e passivo no lado do crédito; o valor líquido está também no lado do crédito. Este esquema de apresentação do balanço era meramente indicativo, servindo como orientação, não tendo, portanto, carácter obrigatório ou vinculativo.

Em relação às restantes demonstrações financeiras nada é referido, nomeadamente quanto à demonstração dos resultados.

Prevê-se um documento orientado para informar sobre a evolução da gestão, denominado “relatório de gestão²²”, sem contudo prever o seu conteúdo.

²⁰ O Código Civil é o que ainda hoje está em vigor em Itália, e foi aprovado em 16 de Março de 1942, daí encontrarmos em inúmeros textos a referencia “Código Civil de 1942”.

²¹ Este artigo é em Itália conhecido por cláusula geral, tradução de “*clausola generale*”.

²² Este documento deveria ser uma nota explicativa às contas. Tradução própria de “*Relazione degli amministratori*”.

2.2.3. 3.º Período de 1974 a 1991/93

Código Civil de 1942, alterações pela Lei n.º 216/1974

As lacunas referidas no ponto anterior estiveram na base da Lei n.º 216/74, de 7 de Junho, tendo o legislador introduzido a demonstração dos resultados e, no relatório de gestão as notas explicativa às contas, com a função de explicar o conteúdo das contas, transmitir informação adicional e permitir a previsão do desenvolvimento da sociedade e seus negócios.

O conteúdo da demonstração dos resultados prevista, tal como o do balanço, têm um carácter indicativo, servindo como orientação.

O conteúdo do relatório de gestão foi expressamente regulado pela Lei n.º 216/74.

2.2.4. 4.º Período a partir de 1991/93

Código Civil de 1942, alterações pelo Decreto Legislativo n.º 127/91, de 9 de Abril

O Decreto Legislativo n.º 127/91, de 9 de Abril, efectuou a transposição para a legislação italiana das IV e VII Directivas, em matéria de contas individuais e consolidadas.

Os efeitos práticos dessa transposição só se conheceram com as demonstrações financeiras do exercício de 1993.

A transposição para a legislação italiana das IV e VII Directivas foi, assim, efectuada com bastante atraso.

O Decreto Legislativo n.º 127/91 modificou completamente o conteúdo dos artigos 2423.º e seguintes do Código Civil, no que respeita às sociedades.

A chamada cláusula geral foi substancialmente melhorada, visando que as contas relatadas com clareza e representando de modo verdadeiro e correcto a situação financeira da sociedade, bem como o resultado económico do exercício.

Essa cláusula foi ainda reforçada com a introdução da obrigação de, quando necessário, transmitir-se informação complementar e eventualmente derogarem-se disposições legais, desde que estejam em incompatibilidade com a cláusula geral.

Introduziram-se alguns princípios instituídos pela praxis contabilística, por exemplo, a prudência, a especialização e a continuidade.

O balanço, a demonstração dos resultados, bem como a “nota integrativa”, passaram a ter conteúdo obrigatório, para todas as empresas, naturalmente excluído²³ o sector bancário e segurador, com o objectivo da comparabilidade no tempo e no espaço.

²³ Também são de excluir sociedades sujeitas a legislação especial não incluídas no sector bancário e segurador.

O relatório de gestão, não fazendo parte das contas, é um documento obrigatório, sendo o seu conteúdo regulado pelo artigo 2428.º do Código Civil.

As sociedades de menor dimensão²⁴ mantiveram a possibilidade de apresentar as contas de forma reduzida, estando definido o modelo de demonstrações financeiras, conforme o artigo 2435.º-A.

Código Civil de 1942, alterações pelo Decreto Legislativo n.º 6/2003

O Decreto Legislativo n.º 6/2003, de 17 de Janeiro, veio efectuar uma profunda reforma no direito societário.

Relativamente à secção dedicada à contabilidade, foi pela primeira vez incluído o princípio da substância sob a forma.

As demonstrações financeiras e o relatório de gestão bem como as demonstrações financeiras de formato reduzido sofreram pequenos ajustamentos não sendo acrescentado nenhum critério de valorimetria.

Foi acrescentada a obrigatoriedade de a nota integrativa prestar informações sobre os instrumentos financeiros derivados, por tipo, nomeadamente a entidade, natureza e justo valor.

Uma alteração significativa deste decreto legislativo prendeu-se com o facto de se separar o resultado contabilístico do resultado fiscal, sendo este apurado na declaração fiscal de rendimentos.

Até ao Decreto Legislativo n.º 6/2003, as empresas podiam optar por valorizar os elementos que compõem as contas aplicando ou os critérios contabilísticos prescritos no artigo 2426.º ou os critérios fiscais previstos no TUIR²⁵, que corresponde ao Código do Imposto sobre o Rendimento.

Com o Decreto Legislativo n.º 6/2003, as empresas passaram a ter que utilizar sempre os critérios contabilísticos na elaboração e apresentação das contas. As eventuais correcções fiscais (aumento ou diminuição do resultado contabilístico para obtenção do resultado fiscal) devem ser efectuadas em sede da declaração fiscal de rendimentos.

Ficou assim estabelecido a legislação vigente para as sociedades que não sendo cotadas, não tenham optado por apresentar as contas de acordo com as IAS/IFRS.

²⁴ Em 2003 eram as sociedades que não ultrapassassem no último exercício ou em dois exercícios consecutivos dois dos três parâmetros: total do activo de 4.700 milhões de liras; total de vendas e prestação de serviços de 9.500 milhões de liras; total de empregados em média no exercício de 50.

²⁵ *Testo Unico delle Imposte sui Redditi*.

2.2.5. 5.º Período a partir de 2005 por força do Regulamento n.º 1606/2002

Dual: Código Civil / Regulamento 1606/2002

A partir do exercício de 2005, por força do regulamento, todas as sociedades com valores cotados em mercados regulamentados da UE, são obrigadas a preparar, apresentar e publicar as suas contas consolidadas de acordo com as IAS/IFRS.

As contas individuais das sociedades com valores cotados em mercados regulamentados da UE, por força do artigo 25.º da Lei n.º 306/2003, de 31 de Outubro, podem, por opção no exercício de 2005, ser apresentadas de acordo com as IAS/IFRS, mas, se essa opção não for tomada, as contas terão obrigatoriamente que ser apresentadas de acordo com as IAS/IFRS a partir do exercício de 2006.

Este mesmo artigo 25.º permite, por opção, a preparação, apresentação e publicação das contas a outras sociedades, que não as com valores cotados em mercados regulamentados, de acordo com as IAS/IFRS.

Quando ou enquanto as sociedades acima referidas não optarem pela preparação, apresentação e publicação das contas de acordo com as IAS/IFRS, a fonte normativa continua a ser o Código Civil.

O período iniciado em 2005 é, portanto, caracterizado por um sistema dual de preparação, apresentação e publicação das contas: por um lado, temos as sociedades que apresentam contas consolidadas e individuais de acordo com as IAS/IFRS; por outro, temos as sociedades que não tendo optado por preparar, apresentar e publicar as suas contas de acordo com as IAS/IFRS, o fazem aplicando a legislação do Código Civil. De qualquer modo, não temos sociedades a preparar, apresentar e publicar as suas contas pelas duas opções (ou seja, utilizando temporariamente o plano oficial a par com as IAS/IFRS) como acontece noutros países da EU, como por exemplo Portugal.

De qualquer modo, as sociedades que não têm valores cotados, devem ponderar devidamente a opção da utilização das IAS/IFRS, atendendo às vantagens e oportunidades que tal decisão pode trazer, por exemplo:

- Apresentação das contas num sistema comparável com o das demais sociedades;
- Acesso mais fácil a mercados financeiros, evolução para a entrada na bolsa, ou para aquisição de outras sociedades;
- Procura de investidores internacionais;
- Melhoria do sistema informativo;
- Na melhoria da própria informação interna, dada a necessidade de a alterar por força das actualizações.

3. Legislação contabilística – organização

3.1. O Código Civil²⁶

Da evolução histórica exposta no capítulo anterior, verificamos que em 1942 a Itália optou por regular o direito civil e o direito comercial num mesmo código, o Código Civil. Este código foi diversas vezes alterado mas nunca o direito comercial deixou de fazer parte integrante Código Civil.

O Código Civil está estruturado por livros e, dentro de cada livro, por títulos.

Actualmente os artigos que regulam as contas e respectivas descrições são as seguintes:	
Secção IX do Título quinto, do Livro quinto – Das contas	
Artigo 2423.º	Elaboração das contas.
Artigo 2423.º-A	Princípios de elaboração das contas.
Artigo 2423.º-B	Estrutura do balanço e da demonstração dos resultados.
Artigo 2424.º	Conteúdo do balanço.
Artigo 2424.º-A	Disposições relativas a cada elemento do balanço.
Artigo 2425.º	Conteúdo da demonstração dos resultados.
Artigo 2425.º-A	Inscrição dos proveitos e ganhos, custos e perdas.
Artigo 2426.º	Critérios de valorização.
Artigo 2427.º	Conteúdo do anexo (nota integrativa).
Artigo 2427.º-A	Informação relativa ao justo valor dos instrumentos financeiros.
Artigo 2428.º	Relatório de gestão.
Artigo 2429.º	Relatório de auditoria e depósito de contas.
Artigo 2430.º	Reserva legal.
Artigo 2431.º	Aumento de preço das acções.
Artigo 2432.º	Participação nos lucros.
Artigo 2433.º	Distribuição de lucros aos sócios.
Artigo 2433.º-A	Adiantamento sobre os dividendos.
Artigo 2434.º	Acção de responsabilidade.
Artigo 2434.º-A	Invalidade da deliberação da aprovação de contas.
Artigo 2435.º	Publicação de contas, relação de sócios e titulares de direitos sobre acções.
Artigo 2435.º-A	Contas sob forma reduzida.

O Código Civil, em termos de contas, estabelece a adopção do balanço, demonstração dos resultados e anexo, de forma obrigatória, de acordo com artigos 2424.º, 2425.º e 2427.º, cujo modelo é reconhecido como um esquema rígido de apresentação.

²⁶ Os artigos 2423.º a 2435.º estão Inseridos no final deste trabalho como anexo I, na língua original, italiano. Este documento contém algumas notas, e também inclui algumas redacções anteriores.

Contudo, o artigo 2435.º-A, prevê para as sociedades de pequena dimensão a adopção de contas sob forma reduzida, indicando os limites²⁷ para que possam ser consideradas de pequena dimensão e o modo de simplificação das referidas contas.

Para algumas actividades específicas reguladas por legislação especial, o esquema de balanço e demonstração de resultados não é aplicável, sendo as principais:

- Sector bancário e outras empresas do sector financeiro (leasing, factoring, etc.);
- Empresas de serviços que sejam entes públicos territoriais (serviços municipalizados, etc.);
- Sector segurador e ressegurador;
- Empresas editoras;
- Empresas de distribuição de energia eléctrica;
- Partidos políticos.

3.2. Normas contabilísticas nacionais²⁸

O Código Civil estabelece que se as informações requeridas pela lei não forem suficientes para a representação de forma verdadeira, devem transmitir-se informações complementares, isto, em face da impossibilidade de regulamentar todas as situações que se possam apresentar na vida económica das sociedades.

Também prevê o mesmo código que, em casos excepcionais, seja obrigatório derrogar as disposições legais, se estas forem incompatíveis com a representação de forma verdadeira.

Em meados dos anos 70 é criada uma comissão dentro do CNDRC²⁹ para estabelecer as normas contabilísticas nacionais, que se iriam tornar no instrumento capaz de proporcionar a adequação dos elementos contabilísticos.

Estão hoje em vigor, 20 normas contabilísticas nacionais, numeradas de 11 a 30 e uma interpretação a saber:

²⁷ Em 2003 eram as sociedades que não ultrapassassem no último exercício ou em dois exercícios consecutivos dois dos três parâmetros: total do activo de 4.700 milhões de liras; total de vendas e prestação de serviços de 9.500 milhões de liras; total de empregados em média no exercício de 50.

²⁸ Trata-se de uma tradução própria, ao termo “Principi contabili nazionali” porque estes princípios não são mais do que normas aplicadas a cada tema, como se pode vericar pelos títulos, contrariamente aos outros princípios que chamaremos apenas princípios contabilísticos.

²⁹ Conselho Nacional dos Profissionais Contabilistas, “dottori commercialista” e “esperti contabili”.

- Norma contabilística nacional n.º 11

Contas do exercício: Finalidade e postulado³⁰

A norma contabilística nacional n.º 11 trata da finalidade informativa que deve ser visada com elaboração e publicação das DF e define os postulados que se devem respeitar no âmbito do processo de elaboração das contas.

- Norma contabilística nacional n.º 12

Composição e esquema das contas do exercício das sociedades comerciais, industriais e de serviços³¹

A norma contabilística nacional n.º 12 trata da composição e esquema das DF que fazem parte da apresentação de contas, nomeadamente o balanço, a demonstração dos resultados e o anexo (nota integrativa).

- Norma contabilística nacional n.º 13

As existências em armazém³²

A norma contabilística nacional n.º 13 trata do modo de valorização, registo e apresentação das DF, relativamente às existências. Trata também dos métodos de custeio a usar para a imputação dos custos às existências e indica ao preparador das DF o caminho para garantir a conformidade com os postulados identificados no Código Civil.

- Norma contabilística nacional n.º 14

Disponibilidades líquidas³³

A norma contabilística nacional n.º 14 trata dos métodos de valorização e apresentação nas DF das disponibilidades, nomeadamente os problemas associados com as diferenças temporais entre os movimentos bancários e a relevação contabilística.

³⁰ Resulta da norma contabilística nacional n.º 1 de 1975.

³¹ Resulta da norma contabilística nacional n.º 2 de 1977.

³² Resulta da norma contabilística nacional n.º 3 de 1978.

³³ Resulta da norma contabilística nacional n.º 5 de 1980.

- Norma contabilística nacional n.º 15

Os créditos³⁴

A norma contabilística nacional n.º 15 trata dos processos de valorização e inclusão nas DF dos créditos, dos direitos a exigir determinada quantia de clientes ou outros. Esta norma também trata da classificação dos créditos de acordo com a origem, a data de vencimento e a natureza do devedor. A norma define também os procedimentos e o tratamento contabilístico no fim do exercício para os créditos de cobrança duvidosa.

- Norma contabilística nacional n.º 16.

As imobilizações materiais³⁵

A norma contabilística nacional n.º 16 diz respeito aos diferentes aspectos da classificação, relevação e apresentação dos activos corpóreos e dos elementos com eles relacionados, isto é, determinação do custo, tipo de imobilização, depreciações e amortizações.

- Norma contabilística nacional n.º 17

As contas consolidadas³⁶

A norma contabilística n.º 17 define as regras para a valorização e elaboração das DF consolidadas, tendo em conta o Decreto Legislativo n.º 127/91, de 9 de Abril, referente à transposição para a legislação nacional da Sétima Directiva (83/349/CEE) sobre a elaboração e publicação da informação financeira consolidada.

- Norma contabilística nacional n.º 18

Acréscimos e Diferimentos

A norma contabilística n.º 18 trata da problemática da especialização dos exercícios. Por um lado, os acréscimos representam parte de proveitos e custos a reconhecer no exercício e cuja liquidação ocorrerá nos exercícios seguintes, por outro lado, os diferimentos valorizam recebimentos e pagamentos cuja liquidação já ocorreu no exercício, mas que só serão proveitos e custos em exercícios posteriores.

³⁴ Resulta da norma contabilística nacional n.º 6 de 1980.

³⁵ Resulta da norma contabilística nacional n.º 4 de 1979.

³⁶ Resulta da norma contabilística nacional n.º 8 de 1983.

- Norma contabilística nacional n.º 19

Provisões para riscos e encargos, o tratamento das relações de trabalho subordinado e os débitos³⁷

A norma contabilística nacional n.º 19 trata do modo de apresentação nas DF das provisões para riscos e encargos, do trabalho subordinado e dos correspondentes débitos; trata, nomeadamente, da valorização de itens originados em exercícios actuais com elevado grau de probabilidade de ocorrência no futuro, permitindo a constituição de provisões.

- Norma contabilística nacional n.º 20

Títulos e participações³⁸

A norma contabilística nacional n.º 20 trata da valorização e apresentação nas DF dos títulos e participações, com vista à correcta classificação dos activos financeiros baseados em critérios funcionais da entidade.

- Norma contabilística nacional n.º 21

O método da equivalência patrimonial

A norma contabilística nacional n.º 21 trata da valorização e apresentação nas DF das participações financeiras segundo o método da equivalência patrimonial, permitindo a detecção simultânea dos lucros ou prejuízos gerados na empresa participada. A participação inicial é, assim, alterada nos exercícios seguintes, mediante a consideração de lucros ou prejuízos da empresa participada, bem como de outras alterações nos respectivos capitais próprios.

- Norma contabilística nacional n.º 22

Contas de ordem

A norma contabilística nacional n.º 22 descreve a apresentação na contabilidade das contas de ordem, que se utilizam para transmitir acontecimentos de gestão que, não contribuindo para os resultados, os possam produzir em exercícios seguintes.

São três as principais categorias a evidenciar: as garantias prestadas pela empresa; os compromissos; os bens de terceiros (em poder da empresa) referente a penhoras, depósitos, cauções ou empréstimos.

³⁷ Resulta da norma contabilística nacional n.º 7 de 1981.

³⁸ Resulta da norma contabilística nacional n.º 8 de 1983.

- Norma contabilística nacional n.º 23

Trabalhos em curso sob encomenda

A norma contabilística nacional n.º 23 trata da modalidade da classificação, valorização e apresentação nas DF dos trabalhos em curso realizados sob encomenda, isto é, realizados de acordo com requisitos dos clientes. A norma estabelece a imputação do método da percentagem de acabamento que, imputando sistematicamente custos e proveitos, permite o reconhecimento de resultados durante o período de execução dos trabalhos.

- Norma contabilística nacional n.º 24

Imobilizações imateriais

A norma contabilística nacional n.º 24 respeita aos diferentes aspectos da classificação, e apresentação dos activos incorpóreos, assim como da determinação do custo, tipo de imobilização, depreciações e amortizações.

- Norma contabilística nacional n.º 25

O tratamento contabilístico do imposto sobre o rendimento

A norma contabilística nacional n.º 25 trata da valorização e apresentação nas DF do imposto sobre o rendimento do exercício. Pela aplicação do princípio da especialização do exercício, só se devem reconhecer os impostos relacionados com o rendimento correspondente, devendo haver lugar, quando aplicável à contabilização de impostos diferidos e impostos antecipados.

- Norma contabilística nacional n.º 26

Operações em moeda estrangeira

A norma contabilística nacional n.º 26 trata da valorização e apresentação nas DF das operações originariamente expressas em moeda estrangeira, utilizando-se para o efeito a taxa de câmbio referente ao dia do encerramento de contas e determinando-se os procedimentos a serem adoptados.

- Norma contabilística nacional n.º 27

Introdução do Euro como moeda

A norma contabilística nacional n.º 27 trata dos efeitos associados à introdução do Euro como moeda, nas DF. Estabelece a norma que o Balanço e a Demonstração dos resultados devem ser expressos em unidades de Euro, sem fracções decimais, e podendo o anexo (nota integrativa) ser expresso em milhares de Euros. Regula também o tratamento das diferenças apuradas com a conversão de liras italianas em Euros.

- Norma contabilística nacional n.º 28

O património líquido

A norma contabilística nacional n.º 28 identifica os componentes da situação líquida (ou capital próprio) obtida como diferença entre activo e passivo, e o tratamento contabilístico a ser observado na subscrição inicial do capital social, posteriores aumentos e diminuições.

- Norma contabilística nacional n.º 29

Mudança de princípios contabilísticos, mudança de estimativas contabilísticas, correcção de erros, acontecimentos e operações extraordinários e factos ocorridos após a data de fecho do exercício

A norma contabilística nacional n.º 29 trata de uma série de fenómenos - mudança de princípios contabilísticos, mudança de estimativas contabilísticas, correcção de erros, acontecimentos e operações extraordinários e factos ocorridos após a data de fecho do exercício, que não estando relacionados directamente com actos de gestão ordinários, conduzem quando acontecem a tratamentos específicos de reconhecimento, valorização e apresentação.

- Norma contabilística nacional n.º 30

Contas intermédias

A norma contabilística nacional n.º 30 determina o processo de elaboração e apresentação de contas intercalares, proporcionando informação financeira e económica relacionada com uma data de referência que não a do encerramento de contas, sendo os pressupostos os mesmos de um exercício completo, mas com duração inferior.

- Interpretação I 1

Documento interpretativo da norma contabilística n.º 12. Classificação na demonstração dos resultados dos custos e proveitos segundo os correctos princípios contabilísticos

Este documento pretende interpretar a norma contabilística nacional n.º 12 e tem como objectivo a correcta classificação e colocação nos capítulos da demonstração dos resultados dos custos e proveitos previstos no artigo 2425.º (conteúdo da demonstração dos resultados) do Código Civil, à luz dos princípios contabilísticos enunciados na norma contabilística nacional n.º 11, com destaque para a neutralidade, a especialização e a compreensibilidade.

4. Princípios contabilísticos

4.1. Introdução

As demonstrações financeiras das empresas devem obedecer às regras constantes do Código Civil, em especial dos seus artigos 2423.º a 2435.º-A.

4.2. Princípios gerais e fundamentais

Os princípios gerais e fundamentais são definidos no ponto 2 do artigo 2423.º do Código Civil, o qual prescreve que as demonstrações financeiras devem ser elaboradas com clareza e devem representar de um modo verdadeiro e apropriado a situação financeira da sociedade, bem como o resultado do exercício.

4.2.1. Clareza ou compreensibilidade

As demonstrações financeiras devem ser compreensíveis a todos os utilizadores interessados na empresa e devem ser transparentes no processo de representação formal.

4.2.2. Veracidade

Apesar de não existir uma verdade objectiva das demonstrações financeiras, este princípio tem a ver, sobretudo, com os critérios de valorização e da realização de estimativas, devendo respeitar-se as regras e procedimentos para uma correcta elaboração das demonstrações financeiras.

4.2.3. Representação correcta

Pretende-se com este princípio que os valores apresentados nas demonstrações financeiras sejam fiáveis e sejam calculados de acordo com a utilização de critérios tecnicamente correctos e apropriados, do ponto de vista contabilístico e jurídico.

4.3. Outros princípios do Código Civil

O artigo 2423.º-A do Código Civil indica outros princípios que devem ser utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

4.3.1. Continuidade

A valorização dos elementos que compõem as demonstrações financeiras deve ser efectuada com critérios que assumam, quando adequado, a continuidade da actividade da empresa.

4.3.2. Prudência

O princípio da prudência baseia-se sobretudo na regra que lucros não realizados não devem ser contabilizados e prejuízos, mesmo que não definitivamente realizados, devem ser contabilizados. É assim definido como um dos elementos normais no processo formativo das demonstrações financeiras.

4.3.3. Substância sobre a forma

O princípio prevê que o elemento prevalecente na valorização contabilística de uma operação seja a substância económica e não a forma legal.

4.3.4. Especialização dos exercícios

Devem relevar-se os proveitos e os custos, os ganhos e as perdas do exercício, independentemente da data do correspondente recebimento ou pagamento.

4.3.5. Não compensação de saldos

É um princípio que visa impedir a compensação de saldos entre contas do activo e contas do passivo, bem como de saldos entre contas de proveitos e ganhos e contas de custos e perdas.

4.3.6. Consistência dos critérios de valorização

Os critérios de valorização não devem ser modificados de um exercício para outro.

São, porém, consentidas derrogações em casos excepcionais e, nesses casos, devem ser indicados no anexo (nota integrativa) os motivos das derrogações bem como a influência nas contas do exercício.

4.3.7. Periodicidade

O artigo 2364.º do Código Civil determina que a assembleia-geral ordinária seja convocada pelo menos uma vez por ano, no prazo máximo de 120 dias (4 meses) da data do encerramento de contas da sociedade.

4.4. Princípios contabilísticos profissionais

Já foi referido que dentro do CNDICR foi criada uma comissão para estabelecer as normas contabilísticas nacionais que se iriam tornar no instrumento capaz de avaliar a adequação das demonstrações financeiras. Seria o organismo técnico qualificado para fornecer interpretações claras das normas eventualmente ambíguas existentes no Código Civil.

É na Norma Contabilística Nacional n.º 11, sobre as contas do exercício, que são definidos os fundamentos e as regras de carácter geral, bem como os princípios contabilísticos aplicáveis quer às contas, quer às empresas que operem em áreas especializadas.

Adoptou-se a terminologia de postulados das contas do exercício, especificando-se os seguintes:

4.4.1. Utilidade das DF para os destinatários e plenitude da informação

Segundo este princípio, as demonstrações financeiras devem ser preparadas de forma a serem úteis ao maior número de utilizadores devendo os dados delas constantes ser imparciais e confiáveis, atendendo aos interesses antagónicos de um amplo leque de destinatários.

Embora as demonstrações financeiras transmitam dados relacionados com o passado e o presente, a elaboração dessa informação terá em conta a evolução e o futuro da empresa.

A informação financeira e económica, constante das demonstrações financeiras, para ser útil deve ser completa e deve resultar de um conjunto único e integrado de documentos.

4.4.2. Substância sobre a forma

Para que as demonstrações financeiras possam ser úteis para os diversos utilizadores e representar de forma apropriada e verdadeira a situação financeira e económica da empresa, é necessário compreender e captar cada um dos aspectos substanciais dos acontecimentos e não meramente os respectivos aspectos formais e legais.

4.4.3. Clareza ou compreensibilidade

As demonstrações financeiras devem ser compreensíveis, analíticas e acompanhadas de um anexo (nota integrativa) para facilitar a compreensão dos elementos que as compõem. No entanto, as informações fornecidas não devem ser excessivas nem supérfluas.

4.4.4. Neutralidade ou imparcialidade

As demonstrações financeiras devem ser preparadas para um grande número de destinatários, eventualmente com interesses antagónicos e, por conseguinte, devem ser baseadas em princípios contabilísticos objectivos e imparciais, sem servir ou promover interesses ou necessidades de determinado grupo específico.

4.4.5. Prudência

O princípio da prudência prescreve, sobretudo, que lucros não realizados não devem ser contabilizados e que os prejuízos, mesmo que não definitivamente realizados, devem ser reconhecidos, isto é, não devem antecipar-se lucros e devem-se reconhecer prejuízos imputáveis ao exercício, ainda que não realizados.

4.4.6. Periodicidade

O nome completo deste princípio (postulado) é “periodicidade da medição dos resultados económicos e do património da empresa”, especificando que as demonstrações financeiras devem referir-se a um período de funcionamento administrativo (ou exercício) e não a toda a vida empresarial.

4.4.7. Comparabilidade

A comparabilidade depende geralmente da existência de factos económicos semelhantes, contabilizados com os mesmos critérios.

Dentro da empresa, para datas ou períodos distintos (comparabilidade no tempo), a comparabilidade é conseguida se as DF forem constantes quanto à classificação, separação e

identificação por grupos homogéneos, mantendo-se os critérios de avaliação e se forem tratados e destacados do mesmo modo os acontecimentos de carácter extraordinário.

Para obter a comparabilidade entre DF de várias empresas (comparabilidade no espaço), o processo é mais complexo, porque estar-se-á perante critérios de avaliação diversos, diversas estruturas de empresas e diversas naturezas de factos económicos. É procurando eliminar os diversos critérios alternativos, que se obtém a comparabilidade entre empresas. Este processo torna-se ainda mais complexo se estivermos a considerar empresas de países diferentes.

4.4.8. Homogeneidade

A homogeneidade diz respeito à unidade de moeda em que os vários componentes do activo, passivo, capital e resultados das empresas devam ser expressos e que deve ser uma única.

4.4.9. Uniformidade

O nome completo deste princípio é “Uniformidade (constância) na aplicação dos princípios contabilísticos e especialmente dos critérios de avaliação”. A aplicação deste princípio é fulcral como condição para se obter a comparabilidade no tempo.

4.4.10. Especialização dos exercícios

A determinação do resultado do exercício envolve um processo de identificação, medição (valorização) e adequada correlação entre proveitos e custos gerados em determinado exercício económico; deve, para o efeito, ter-se em conta os proveitos e ganhos e os custos e perdas do exercício, independentemente da data do respectivo recebimento ou pagamento.

4.4.11. Relevância

O nome completo deste princípio é “Significatividade e relevância (importância) dos factos económicos para efeitos de apresentação nas DF”, especificando que só se deve expor as informações que tenham um efeito significativo e relevante nas DF, sendo susceptíveis de (em caso de omissão ou distorção) afectarem as tomadas de decisões dos destinatários.

4.4.12. Custo

O nome completo deste princípio é “O custo como critério base da valorização das DF da empresa em actividade”. Salienta-se que os componentes do capital constituem custos antecipados, cuja utilidade será transferida para o processo de transformação económica e valorizado sucessivamente; é um critério que deixa pouca latitude de apreciação subjectiva e, é de fácil aplicação e implementação.

4.4.13. Conformidade

O nome completo deste princípio é “Conformidade do procedimento de execução das DF com apropriados princípios contabilísticos”; resumidamente este princípio diz-nos que o

processo contabilístico de elaboração das DF integra uma série de operações que podem ser agrupadas em:

- Identificação e selecção dos factos económico-administrativos;
- Análise dos factos administrativos;
- Determinação dos valores contabilísticos dos factos administrativos;
- Identificação das contas de classificação;
- Registo dos factos administrativos;
- Verificação dos valores registados nas contas para apuramento de valores de DF;
- Preparação e elaboração das DF.

4.4.14. Função do anexo (nota integrativa)

O nome completo deste princípio é “Função informativa e plenitude das informações do anexo (nota integrativa) e outras informações necessárias para as DF” estabelecendo que devem ser evidenciadas todas as informações necessárias para a compreensão e fiabilidade das DF.

4.4.15. Verificabilidade da informação

Toda a informação financeira e económica constante das DF deve ser verificável por meio de uma reconstrução independente do processo contabilístico, tendo, porém, em conta alguns elementos subjectivos.

5. Normas de valorimetria

5.1. Introdução

Os critérios de valorização de um determinado bem, baseados em características qualitativas e quantitativas, podem levar a que para o mesmo bem possa ser atribuído um valor diferente.

Esta afirmação não é sinónimo de que a um determinado bem possa ser atribuído um qualquer valor, mas sim que esse bem pode ter valores diferentes devido ao momento e lugar da avaliação, pessoa que a efectuou e critérios utilizados.

5.2. Critérios de valorimetria

Antes de tratar as normas de valorimetria previstas no Código Civil, vamos descrever os critérios de valorimetria mais utilizados.

5.2.1. Valor nominal

O critério do valor nominal é essencialmente aplicável aos meios líquidos da empresa, quanto aos quais por serem bens com a natureza de dinheiro, a avaliação coincide com a quantia expressa.

5.2.2. Valor realizável

O critério do valor realizável é aplicável, em geral, a bens destinados a venda ou a uma rápida realização, tais como existências ou créditos. A avaliação é efectuada com base no valor que se espera que se venha a realizar no momento da venda ou do recebimento do crédito (cobrança da dívida).

Tratando-se de existências, a aplicação deste critério terá que ter em conta as despesas necessárias para a venda, como despesas de transporte e entrega, comissões a intermediários, representantes e agentes, descontos e abatimentos.

No caso dos créditos, a aplicação do critério do valor realizável parte do valor nominal, deduzindo-o de valores como descontos e perdas por incumprimento, com a finalidade de obter numerário no momento do vencimento.

5.2.3. Valor de extinção

O critério do valor de extinção é aplicável aos débitos e consiste na avaliação tendo como base o valor que se terá que liquidar no momento do vencimento.

5.2.4. Custo histórico

O critério do custo histórico consiste na avaliação dos bens de acordo com o custo de aquisição ou produção. Aplica-se na valorização do imobilizado, na qual, além dos custos

com a compra são também registados os encargos suportados com registos e notariado, transporte, montagem e colocação em funcionamento.

5.2.5. Custo histórico reavaliado

O critério do custo histórico reavaliado consiste em reavaliar os bens com base no custo histórico tendo em conta a perda do poder aquisitivo da moeda (inflação).

A reavaliação só é aceite com base num diploma legal específico para o efeito, pois as regras do Código Civil e as leis fiscais e contabilísticas não permitem reavaliações.

5.2.6. Custo de substituição

O critério do custo de substituição consiste em avaliar um bem com base no valor que a empresa teria que suportar para o substituir por outro, igualmente capaz de executar as mesmas funções dentro da empresa.

5.2.7. Preço corrente

O critério do preço corrente consiste em atribuir ao bem o valor ou o preço a que são comercializados actualmente bens similares.

5.3. Critérios de valorimetria do Código Civil

O artigo 2426.º do Código Civil determina que na valorização devem ser observados os seguintes critérios:

5.3.1. Activos Fixos

Os activos fixos devem ser valorizados ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

No custo de aquisição devem incluir-se as despesas acessórias de compra, registo e montagem.

Nos custos de produção, podem incluir-se os custos directamente imputáveis ao bem. Também podem incluir-se outros custos, na fase de fabricação até ao momento a partir do qual os bens possam ser utilizados, desde que razoavelmente atribuíveis ao bem, podendo assim ser adicionados os encargos com o financiamento da fabricação.

5.3.2. Amortizações

O custo dos activos fixos, corpóreos e incorpóreos, cuja utilização seja limitada no tempo, deve ser sistematicamente amortizado em cada exercício, de acordo com a correspondente vida útil. Qualquer alteração a este critério deve ser divulgada no anexo (nota integrativa).

5.3.3. Comparação de valores imobilizados

O imobilizado que, na data do encerramento de exercício, tenha um valor mais baixo, em permanência, que o valor calculado de acordo com os critérios dos pontos anteriores deve ser registado nas DF pelo valor menor.

5.3.4. Investimentos em filiais e associadas

Os activos fixos, que consistam em investimentos em filiais ou empresas associadas podem ser avaliados, em vez de pelo critério referido no primeiro ponto, por um valor correspondente à percentagem no capital, do último balanço dessa empresa, deduzido dos dividendos e efectuadas as devidas rectificações, de acordo com os princípios de elaboração das contas consolidadas, previstas nos artigos 2423.º e 2423.º-A do Código Civil – trata-se, portanto, do conhecido método da equivalência patrimonial.

5.3.5. Despesas de instalação e desenvolvimento

As despesas de instalação e desenvolvimento, as despesas de investigação, e com publicidade, se tiverem utilidade plurianual, podem ser inscritas como activos, desde que obtido o acordo do conselho fiscal, devendo ser amortizadas por um período não superior a 5 anos.

5.3.6. Goodwill

O goodwill pode ser inscrito como activo, desde que adquirido a título oneroso e obtido o acordo do conselho fiscal, devendo ser amortizado por um período não superior a 5 anos.

O período de amortização pode ser de duração superior a 5 anos, desde que não ultrapasse a respectiva vida útil, e, neste caso, sejam devidamente inseridas no anexo (nota explicativa) as razões para o alargamento do período.

5.3.7. Desconto sobre empréstimos

Os descontos sobre os empréstimos obtidos devem ser inscritos como activos e amortizados anualmente de acordo com a duração do empréstimo.

5.3.8. Créditos

Os créditos devem ser registados de acordo com o valor presumível de realização.

Os activos e passivos em moeda estrangeira, com excepção dos activos fixos, devem ser valorizados à taxa de câmbio da data de encerramento de contas.

5.3.9. Existências, títulos e participações financeiras

As existências, os títulos mobiliários, as participações financeiras (que não sejam activos fixos) são registadas de acordo com o custo de aquisição ou produção, calculados de acordo com o ponto 1, ou pelo valor de realização do mercado se este for inferior.

5.3.10. Bens fungíveis

O custo dos bens fungíveis pode ser calculado pelo método do custo médio ponderado, FIFO ou LIFO.

5.3.11. Trabalhos em curso

Os trabalhos em curso, sob encomenda, podem ser registados pelo valor correspondente aos custos acumulados.

5.3.12. Activos renováveis de diminuto valor

O equipamento industrial e comercial, as matérias-primas, subsidiárias e de consumo podem ser registados como activos com um valor constante, se forem permanentemente renovados e o valor correspondente for diminuto em relação ao do total do activo.

5.4. Critérios de valorimetria profissionais

Já referido que dentro do CNDCCR foi criada uma comissão para estabelecer as normas contabilísticas nacionais, que se iriam tornar o instrumento capaz de proporcionar a apropriação dos elementos contabilísticos, sendo também o organismo técnico mais qualificado para fornecer interpretações das normas do Código Civil. Dado que os critérios de valorimetria também são tratados por algumas dessas normas contabilísticas nacionais, serão expostos em cada tema específicos.

6. Apresentação das demonstrações financeiras

6.1. Demonstrações financeiras de acordo com a legislação italiana

A legislação do Código Civil que regula as contas das sociedades, começa no seu artigo 2423.º por estabelecer que o sistema de contas³⁹ é constituído por um balanço, uma demonstração dos resultados e um anexo (nota integrativa).

Os artigos 2424.º e 2425.º do Código Civil estabelecem os esquemas⁴⁰ de apresentação do balanço e da demonstração dos resultados.

O artigo 2427.º do Código Civil estabelece o conteúdo do anexo (nota integrativa).

Segundo o artigo 2428.º do Código Civil, a situação da sociedade e a evolução da gestão deve ser alvo de um relatório de gestão para complemento informação das demonstrações financeiras apresentadas, fixando também o conteúdo mínimo a que deve obedecer esse relatório.

O artigo 2435.º-A estabelece que as sociedades que não ultrapassem determinados limites relacionados com a dimensão, durante um determinado período de tempo, podem, por opção, apresentar as contas de forma abreviada.

6.2. Demonstrações financeiras de acordo com as normas contabilísticas nacionais

Refere a norma contabilística nacional n.º 12, sobre a composição e esquema das contas do exercício, que devem ser elaboradas segundo os correctos princípios contabilísticos, constituindo um conjunto único de documentos, composto por um balanço, uma demonstração dos resultados e um anexo, elaborados segundo o normativo do Código Civil.

O anexo (nota integrativa) deve fazer referência às explicações constantes do relatório de gestão, bem como proporcionar as informações complementares para a clara e verdadeira representação da situação financeira da sociedade, bem como do resultado económico do exercício.

6.3. Balanço

Os elementos que compõem o balanço devem inscrever-se sob determinada hierarquia, separadamente e na ordem indicada pelo artigo 2424.º do Código Civil.

A ordem principal é a separação entre activo e passivo, seguida por uma hierarquia de classes principais ou macro classes, pelas classes (normais) dentro de cada classe ou macro classe, pelos elementos que constituem as classes e, sub-elementos dentro dos elementos.

³⁹ No final deste trabalho inserimos as contas de 2004 da sociedade “Autogrill SpA” como anexo II, para exemplificação, extraídas do site da empresa <http://www.autogrill.com/investor/bilancirelazioni/bilanciannuali.aspx?iis=1>.

⁴⁰ Esquemas obrigatórios.

O activo é disposto sobretudo com base no período de tempo necessário para que o elemento se transforme em meios líquidos sendo composto por quatro classes principais ou macro classes, a saber:

A – Créditos dos sócios.

B - Imobilizações.

C – Activo circulante.

D – Acréscimos e diferimentos.

O passivo é disposto segundo o critério da natureza das fontes de financiamento, distinguindo-se as fontes próprias das de terceiros, sendo composto por cinco classes principais ou macro classes, a saber:

A – Património líquido.

B – Provisões para riscos e encargos.

C – Tratamento de fim de contrato de trabalho Subordinado⁴¹.

D – Débitos.

E – Acréscimos e Diferimentos.

Em esquema e síntese⁴² temos:

ACTIVO	PASSIVO
A) CRÉDITOS DOS SÓCIOS	A) PATRIMÓNIO LÍQUIDO Capital social: I Reservas de capital: II, III, VII Reservas de Resultados: IV, V, VI, VII, VIII, IX
B) IMOBILIZAÇÕES I. Incorpóreas (imateriais) II. Corpóreas (materiais) III. Financeiras	B) PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS
C) ACTIVO CIRCULANTE I. Existências II. Créditos III. Actividade financeira IV. Disponibilidades líquidas	C) TRATAMENTO FIM CONTRATO
D) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	D) DÉBITOS
	E) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

⁴¹ Normalmente utiliza-se a sigla TFR que resulta da expressão “Trattamento di fini rapporto”.

⁴² O desdobramento completo do Balanço encontra-se no artigo 2424.º do Código Civil, em anexo.

6.4. Demonstração dos resultados

Os elementos que compõem a demonstração dos resultados devem inscrever-se sob determinada hierarquia, separadamente e na ordem indicada pelo artigo 2425.º do Código Civil.

O esquema apresentado, começa por apurar uma diferença entre o valor da produção e o respectivo custo em detrimento do habitualmente apresentado, isto é vendas e o custo das vendas. Segue-se o apuramento isolado dos resultados financeiros, resultado das rectificações dos valores da actividade financeira e resultado extraordinário. Passa-se então para o último apuramento o qual parte da soma dos resultados expostos, deduzindo-o do imposto sobre lucros, assim se atingindo o resultado líquido.

Em esquema e síntese⁴³ temos:

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
A) VALOR DA PRODUÇÃO
B) CUSTO DA PRODUÇÃO
Diferença entre o valor e o custo da produção (A-B)
C) PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS
D) RECTIFICAÇÃO DOS VALORES DA ACTIVIDADE FINANCEIRA
E) PROVEITOS E CUSTOS EXTRAORDINÁRIOS
RESULTADOS ANTES DOS IMPOSTOS (A-B +/-C +/-D +/-E)
22) IMPOSTOS SOBRE LUCROS DO EXERCÍCIO
23) LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO

⁴³ O desdobramento completo da Demonstração de resultados encontra-se no artigo 2425.º do Código Civil, em anexo.

7. Relatório de gestão

O artigo 2428.º do Código Civil determina que a situação da sociedade e a evolução da gestão devem ser alvo de um relatório de gestão para complemento da informação das demonstrações financeiras apresentadas, fixando também o conteúdo mínimo a que deve obedecer esse relatório.

7.1. Pressupostos para o relatório de gestão

O relatório de gestão deve enquadrar a sociedade no sector ou sectores de actividade em que opera, qual o tipo de controlo que exerce, com particular descrição dos custos, proveitos e investimentos. Deve também descrever os principais riscos e incertezas a que está sujeita, nomeadamente na análise de indicadores financeiros e não financeiros pertinentes à compreensão e clarificação dos elementos constantes das contas.

7.2. Conteúdo mínimo do relatório de gestão

O conteúdo do relatório de gestão está regulado pelo artigo 2428.º do Código Civil e corresponde, sobretudo, a:

- Actividade actual e desenvolvimento;
- Relacionamento com empresas do grupo, empresas-mãe, filiais, associadas e outras empresas, tendo em conta a titularidade do capital ou de outros direitos;
- Número e valor nominal de acções próprias, bem como de acções ou quotas das empresas do grupo com indicação da parte correspondente do capital, bem como o movimento ocorrido com a compra e venda, durante o exercício, dessas acções ou quotas, indicando os respectivos encargos e os fundamentos das aquisições ou alienações;
- Acontecimentos importantes que tenham ocorrido após o encerramento de contas do exercício;
- Evolução previsível da sociedade;
Se for uma empresa de valores mobiliários e se for relevante ou pertinente para a avaliação da respectiva posição financeira e do desempenho, devem ser relatados os objectivos e políticas em termos de riscos financeiros, bem como a exposição da sociedade aos riscos de preço, de crédito, de liquidez e ao risco da variação dos fluxos de caixa;
- Três meses após o primeiro semestre do exercício, os administradores de empresas cujos títulos estejam cotados em mercados regulamentados, devem fornecer um relatório sobre a gestão, de acordo com os critérios estabelecidos pela CONSOB⁴⁴ e respectivo

⁴⁴ Commissione Nazionale per le Società e la Borsa.

regulamento publicado no Diário Oficial da República Italiana; dessa relação devem constar as sedes secundárias da empresa.

8. Publicidade

8.1. A apresentação de contas⁴⁵

As contas devem ser apresentadas ao conselho fiscal, juntamente com o relatório de gestão, com pelo menos 30 dias de antecedência em relação à data da assembleia.

O conselho fiscal deve pronunciar-se sobre as contas e os resultados com particular atenção à derrogação prevista no artigo 2423.º, parágrafo n.º 4 do Código Civil (parágrafo que prevê que, em casos excepcionais, seja obrigatório derrogar as disposições legais, se forem incompatíveis com a representação de forma verdadeira e apropriada). Idêntico relatório deve ser efectuado pela pessoa encarregada da auditoria.

As contas, com cópia das contas das filiais e um resumo dos dados essenciais das últimas contas das empresas interligadas, devem ser depositadas na sede da empresa, juntamente com os relatórios de gestão, do conselho fiscal, de auditoria, quinze dias antes da assembleia para que possam ser consultados.

8.2. Publicidade

As contas, juntamente com os relatórios previstos nos artigos 2428.º e 2429.º do Código Civil, de gestão e do conselho fiscal devem, dentro de 30 dias após a aprovação, ser depositadas na competente entidade⁴⁶, ou ser-lhe remetidas por carta registada⁴⁷.

As sociedades que não tenham acções cotadas em mercados regulamentados, devem depositar a lista dos sócios na data da aprovação de contas, com a indicação do número de acções detidas e de outras pessoas, que não sendo sócias, sejam titulares de direitos ou beneficiárias de restrições sobre acções próprias.

⁴⁵ Previamente à aprovação.

⁴⁶ Ufficio del registro delle imprese.

⁴⁷ Actualmente em depósito por formulário electrónico, ou por profissionais equipados com assinatura digital.

CAPÍTULO III – Alguns tratamentos específicos

1. Consolidação

1.1. Introdução

A função das contas consolidadas é a de proporcionar de modo compreensível uma panorâmica unitária e geral do grupo, como se se tratasse de uma única empresa.

1.2. Objectivo

As contas consolidadas devem ser elaboradas com clareza, por parte dos administradores da empresa-mãe, e devem representar de um modo verdadeiro e apropriado, a situação financeira e o resultado económico do conjunto das empresas (empresa-mãe e filiais).

1.3. Normas de direito civil

O quadro geral das contas consolidadas foi introduzido no sistema italiano pelo Decreto Legislativo n.º 127/91, de 9 de Abril, referente à transposição para a legislação nacional da Sétima Directiva (83/349/CEE).

Também o artigo 29.º, paragrafo 2, do Decreto Legislativo n.º 127/91, refere que as demonstrações financeiras consolidadas devem ser redigidas com clareza e devem representar de um modo verdadeiro e apropriado a situação financeira e o resultado do conjunto de empresas constituídas pela empresa mãe e filiais.

O legislador procurou com o Decreto Legislativo n.º 127/91, de 9 de Abril, ditar as regras base para a valorização e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, remetendo o resto para as normas contabilísticas nacionais⁴⁸, nomeadamente para as regras que estabelecem os factos que devem ser registados, os procedimentos contabilísticos e os critérios de valorização.

1.4. Obrigatoriedade de consolidação

O artigo 25.º do Decreto Legislativo n.º 127/91, de 9 de Abril, estabelece quais as organizações obrigadas à apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e que são:

- As cooperativas que controlem uma sociedade de capital;
- As mutualistas que controlem uma sociedade de capital;
- Entes públicos que tenham por objecto principal o exercício de uma actividade comercial e que controlem uma sociedade de capital;

⁴⁸ Salienta-se a norma contabilística nacional n.º 17, referente às contas consolidadas.

- As sociedades de capital que controlem outra empresa, qualquer que seja a sua forma jurídica.

1.5. Dispensa de consolidação

Prevêem-se casos de dispensa de consolidação, relacionados com a dimensão das empresas, em função do total do activo, total de proveitos e número de empregados.

É o artigo 27.º do Decreto Legislativo n.º 127/91, de 9 de Abril, que fixa os limites para a avaliação da dimensão e que define a não obrigatoriedade de consolidação para as organizações que não tenham ultrapassado durante dois anos consecutivos dois dos seguintes limites⁴⁹, actualizados pelo Decreto Legislativo n.º 285/2006, de 7 de Novembro:

- Total dos activos das empresas do grupo de 14.600.000€;
- Total de proveitos de vendas e prestação de serviços das empresas do grupo de 29.200.000€;
- Número médio de empregados durante o exercício das empresas do grupo de 250.

Estes limites são apurados mediante a simples soma dos elementos das empresas do grupo e, no caso de exclusão da obrigação da consolidação, devem indicar-se no anexo (nota integrativa) as razões da exclusão.

A isenção em apreço não se aplica a empresas com valores cotados.

1.6. Princípios de elaboração das contas consolidadas

1.6.1. Princípios gerais

A preparação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas é da responsabilidade da administração da empresa mãe⁵⁰.

As contas consolidadas, formadas por balanço consolidado, demonstração dos resultados consolidados, anexo (nota integrativa) consolidado e relatório de gestão consolidado devem ser disponibilizados para controlo do Conselho Fiscal, juntamente com as contas da empresa mãe, com a antecedência de pelo menos 30 dias antes da assembleia-geral da aprovação de contas do exercício da empresa mãe.

As contas consolidadas e o relatório do Conselho fiscal devem estar à disposição dos sócios na sede da empresa mãe com a antecedência de pelo menos 15 dias da data da realização da assembleia-geral e até que as contas sejam aprovadas.

⁴⁹ Os limites quantitativos da versão inicial eram de 19 mil milhões de liras de total de activos, 38 mil milhões de liras de proveitos relacionados com as vendas e prestação de serviços e 250 empregados em média do exercício.

⁵⁰ Artigo 29.º do Decreto Legislativo n.º 127/91, de 9 de Abril.

Com a aprovação de contas, a administração da empresa mãe tem 30 dias para efectuar o respectivo depósito⁵¹.

O regime de elaboração, a estrutura e o conteúdo do balanço consolidado, da demonstração dos resultados consolidados, bem como os critérios de valorização e avaliação não mudam de um exercício para outro, salvo em casos excepcionais e nessa circunstância, serão devidamente indicadas no anexo (nota integrativa) consolidado as razões das alterações e a correspondente influência sobre a situação financeira e económica.

1.6.2. Data de consolidação

A data de referência das demonstrações financeiras consolidadas deve coincidir com a data do fecho de contas da empresa mãe.

Poderá, porém, ser adoptada uma outra data, desde que seja a data do encerramento das contas da maior parte das empresas que intervêm na consolidação, ou da mais importante, fazendo-se menção a esse facto no anexo (nota integrativa) consolidado. Neste caso, as empresas que fechem as contas em data diferente devem preparar contas intermédias com as mesmas características das restantes contas.

1.7. Métodos de consolidação

Os métodos de consolidação são:

- O da consolidação integral, em que as empresas que compõem a área de consolidação são consolidadas pela total inclusão dos elementos patrimoniais e económicos que compõem as suas contas “linha a linha”, em contrapartida, são eliminados os valores das participações inscritos nas contas da empresa mãe; os interesses minoritários são destacados numa única rubrica do balanço, na conta de capital próprio; os lucros gerados entre empresas que compõem a área de consolidação, se relacionados com vendas (ou prestações de serviços) da empresa mãe para filiais, são eliminados integralmente; se relacionados por operações desse tipo das filiais para a empresa mãe, são eliminados apenas na proporção da detenção da filial.
- O da consolidação proporcional, em que as contas consolidadas devem incluir os elementos patrimoniais e económicos das empresas filiais apenas na quota-parte de participação da empresa mãe.

As participações não consolidadas são as únicas que permanecem em participações, classificadas de acordo com “filiais excluídas da consolidação de acordo com o artigo 28.º do Decreto Legislativo n.º 127/91”, “interligadas” e “outras”.

⁵¹ No “Ufficio del registro delle imprese”.

2. Goodwill⁵²

2.1. Definição

O goodwill relaciona-se com a capacidade de uma empresa gerar lucros de forma superior ao normal, devido a factores específicos que concorre de forma positiva para os proveitos.

A grande dificuldade em considerar o goodwill como activo reside na necessidade de valorização do valor actual dos benefícios económicos futuros.

Podemos afirmar que existem dois tipos de goodwill:

- O resultante da gestão empresarial dos activos das sociedades e dos recursos humanos, ou seja o goodwill gerado internamente, o qual não pode ser capitalizado, porque não é objectiva a determinação dos custos e proveitos supervenientes, bem como o valor actual dos benefícios económicos futuros;
- O goodwill resultante da aquisição (compra ou permuta), exploração ou transferência de empresas num processo de fusão ou cisão; neste caso, estamos perante o goodwill a título oneroso, podendo ser capitalizado, pois é objectivamente conhecido o seu valor.

2.2. Características

O goodwill deve ter como origem despesas e custos com utilidade diferida no tempo proporcionando benefícios económicos futuros.

Acresce que o goodwill deve ter um valor quantificável, associado ao valor de aquisição de uma empresa, exploração ou negócio;

O goodwill não deve, por último ser susceptível de separação, ou de vida autónoma do complexo empresarial.

2.3. Reconhecimento

No momento da aquisição de uma empresa, quando se efectua a valorização e o reconhecimento inicial de activos e passivos, estes devem ser avaliados com prudência, para se definir se o excedente do custo de aquisição em relação ao valor actual dos bens e outros elementos patrimoniais pode, ou não, ser considerado um imobilizado incorpóreo.

Na análise feita para o reconhecimento, deve ter-se em conta alguns factores e variáveis, nomeadamente:

- Os valores normais dos activos e passivos;

⁵² O termo utilizado em Itália é “avviamento”.

- A duração prevista da actividade (funcionamento);
- O comportamento do mercado (eventual turbulência);
- A duração útil do produto (eventual obsolescência);
- As alterações na procura;
- As variáveis macroeconómicas;
- A expectativa de permanência na empresa dos colaboradores fundamentais;
- As acções previsíveis dos concorrentes actuais e potenciais;
- Eventuais cláusulas legais ou contratuais condicionantes da duração da vida útil.

2.4. Classificação

O goodwill deve ser classificado como imobilização incorpórea (imaterial), classe B, subclasse I, item 5, do activo.

2.5. Valorização

O valor do goodwill a ser inscrito no balanço determina-se pela diferença entre o preço de aquisição da empresa e o valor corrente atribuído aos elementos do activo e passivo que a compõem.

2.6. Vida útil e amortização

O goodwill deve ser amortizado sistematicamente por um período correspondente à respectiva vida útil (preferencialmente por quotas constantes). Esse período não deve, contudo, ser superior a 5 anos.

Em casos excepcionais é permitida a amortização por períodos superiores a 5 anos, até ao máximo de 20, sempre que seja razoável concluir que essa vida é, certamente, superior a 5 anos.

Nesses casos, devem ser expressamente descritas no anexo (nota integrativa) as razões específicas que levaram à adopção de um período superior a 5 anos e, nos encerramentos de contas posteriores, devem ser revistos todos os factores e variáveis que intervieram na decisão.

3. Operações em moeda estrangeira

3.1. Introdução

Com o crescimento das transacções empresarias em mercados externos, aumenta acentuadamente o impacto da valorização das operações de compra e venda cujo valor não seja originalmente expresso na moeda corrente do país.

Se é verdade que as operações em moeda estrangeira são de fácil contabilização no momento da transacção, utilizando a taxa de câmbio correspondente do dia, também é verdade que esta não coincide (quase nunca) com a da data de fecho do exercício, originando diferenças de câmbio (negativas ou positivas).

Suscitam-se problemas no encerramento de contas: que taxa de câmbio utilizar, conhecendo a empresa a taxa de câmbio no momento da operação, no momento do encerramento de contas e sabendo que no(s) exercício(s) seguinte(s) irá deparar com outra taxa de câmbio?

3.2. Período até 31 de Dezembro de 2003, Código Civil

Em Itália, não estavam previstas regras específicas para a conversão e valorização das operações em moeda estrangeira até 2003.

Para efeitos de valorização e apresentação das operações e saldos expressos em moeda estrangeira, era suficiente a aplicação dos princípios da clareza, ou compreensibilidade, veracidade e representação correcta, seguidos da aplicação dos princípios para a elaboração das DF, nomeadamente:

- A valorização dos elementos que compõem as DF deve ser efectuada segundo o princípio da prudência e na perspectiva da continuidade da actividade da empresa;
- Devem reconhecer-se apenas os lucros realizados à data do encerramento do exercício;
- Devem ter-se em conta os proveitos e custos do exercício, independente da data de recebimento ou pagamento;
- Devem reconhecer-se os riscos e perdas do exercício, mesmo que só se venham a ser conhecidos após o encerramento do exercício;
- Os elementos heterogéneos devem ser valorizados separadamente;
- Os critérios de valorização não devem ser alterados de um exercício para outro, salvo em casos excepcionais.

3.3. Período após 1 de Janeiro de 2004, Código Civil

Com Decreto Legislativo n.º 6/2003, de 17 de Janeiro, na sequência da adopção de novas regras em matéria de direito societário, foi introduzido o artigo 2426.º, n.º 1, o n.º 8-A, o qual estabelece

que os activos e passivos em moeda estrangeira, com excepção dos activos fixos, devem ser registados à taxa de câmbio da data do fecho do exercício.

As diferenças resultantes da aplicação da taxa de câmbio no final do exercício são reconhecidas na demonstração dos resultados, sendo que os eventuais lucros líquidos devam ser considerados não distribuíveis até à correspondente realização.

As imobilizações corpóreas, incorpóreas e financeiras (neste caso, participações) devem ser valorizadas à taxa de câmbio do momento da compra, ou à taxa de câmbio à data de encerramento das contas, se esta for inferior, e se se prever que a sua redução seja duradoura.

Também no artigo 2427.º, estabelece-se que no anexo (nota integrativa) sejam indicados os eventuais efeitos significativos das variações nas taxas de câmbio ocorridas após o encerramento de contas.

3.4. Abordagem profissional

Para esta problemática, também foi criada uma norma contabilística nacional, a n.º 26, que começa por referir que o legislador, no Código Civil, não se tinha ocupado das regras específicas para a valorização dos créditos em moeda estrangeira.

Estas regras, segundo a abordagem profissional, devem ser interpretadas e integradas na perspectiva dos princípios contabilísticos.

Assim, para o reconhecimento, conversão e representação das operações expressas em moeda estrangeira, deve ter-se em conta a norma contabilística nacional n.º 11, sobre as contas do exercício, finalidade e postulado, nomeadamente a compreensibilidade, a neutralidade (ou imparcialidade), a prudência, a continuidade e a especialização.

O anexo (nota integrativa) deve transmitir informação adequada no que respeita às operações expressas originariamente em moeda estrangeira, nomeadamente:

- O montante e o posicionamento no balanço dos créditos e débitos em moeda estrangeira, bem como a fonte utilizada para a quantificação dos câmbios utilizados;
- Eventuais câmbios diferentes dos utilizados, no final do exercício, para a conversão dos créditos e débitos em moeda estrangeira;
- Efeitos significativos ocorridos nas taxas de câmbio entre a data de encerramento do exercício e a data de elaboração das DF.

4. Activos tangíveis e intangíveis

4.1. Definição de imobilizações

Consideram-se imobilizações os elementos do património que não esgotam a sua utilidade num único exercício, gerando benefícios económicos num intervalo temporal mais alargado. São elementos que em regra permanecem na empresa por longos períodos de tempo. Destinam-se a permanecer em investimento de modo duradouro e o desinvestimento que ocorre com a alienação ou venda, não acontece, em regra, de forma rápida.

4.2. Classificação das imobilizações

As imobilizações dividem-se, segundo a sua natureza em três grupos:

- Imobilizações corpóreas;
- Imobilizações incorpóreas;
- Imobilizações financeiras.

4.2.1. Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas são os elementos que têm as seguintes características:

- Materialidade, excepto se se tratar de imobilizações corpóreas em curso ou de adiantamentos a fornecedores pela aquisição das imobilizações corpóreas;
- Utilidade duradoura (mais do que um exercício);
- Fazer parte da esfera dos activos da empresa, quer por aquisição no exterior, quer por produção interna.

No balanço, as imobilizações corpóreas estão divididas em itens, os quais estão devidamente conceituados pelo que não os iremos descrever detalhadamente, excepto os casos específicos, e são:

- Terrenos e edifícios;

Neste item classificam-se os terrenos, os edifícios (destinados à utilização por cidadãos, tais como alojamentos turísticos, hotéis, estações termais, creches, escolas, faculdades), os edifícios industriais (estão incluídos os edifícios administrativos) e construções ligeiras.

- Máquinas e instalações;

Neste item classificam-se as instalações genéricas, instalações específicas, outras instalações e máquinas (automáticas e não automáticas).

- Equipamentos industriais e comerciais;

Neste item classificam-se os equipamentos de oficinas, de laboratórios, equipamentos e peças sobressalentes, equipamentos comerciais, de cantinas e de refeitórios; devem incluir-se também os equipamentos que, devido ao processo produtivo ou comercial da empresa, complementam a capacidade funcional de instalações e máquinas, mas são de desgaste mais rápido que esses elementos.

- Outros bens;

Neste item classificam-se o mobiliário, o equipamento de escritório, os veículos, as benfeitorias em imóveis de terceiros, as embalagens reutilizáveis e os bens obtidos gratuitamente.

- Imobilizações em curso e adiantamentos.

Classifica-se neste item os custos incorridos com a aquisição ou produção de imobilizações corpóreas, ainda não concluídas e os adiantamentos para aquisição das imobilizações corpóreas; quando as imobilizações estiverem concluídas são reclassificadas e passam a ser passíveis de amortização.

A empresa pode utilizar outras descrições mais representativas do seu imobilizado.

O valor incluído nas imobilizações corpóreas resulta do somatório das imobilizações que já contribuem para o rendimento da empresa, com os valores de imobilizações que ainda não contribuem para esse rendimento, bem como os adiantamentos efectuados por conta de imobilizações.

4.2.2. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas têm as seguintes características:

- Imaterialidade;
- Utilidade duradoura (mais que um exercício);
- Integram a esfera dos activos da empresa, quer por aquisição directa no exterior, quer por produção interna.
- Devem corresponder a efectivo incorrimento de um custo de aquisição ou de realização.

Podemos afirmar que as imobilizações incorpóreas repartem-se em quatro grandes grupos, a saber:

- Os custos plurianuais que não resultem da aquisição ou produção interna de bens ou de direitos;

- O goodwill;
- Outros activos imateriais;
- Os custos internos e externos respeitantes às imobilizações incorpóreas em curso, incluindo os adiantamentos.

No balanço, as imobilizações incorpóreas estão divididas em itens e são:

- Custos de instalação e expansão;

São os custos suportados quer com o início da empresa, quer com as ampliações e expansões posteriores; a inscrição carece da aprovação do conselho fiscal, devendo, a serem inscritos como activos, ser amortizados num período não superior a 5 anos.

- Custos de investigação, desenvolvimento e publicidade;

Os custos de investigação e desenvolvimento são custos incorridos com o fim de se adquirirem novos conhecimentos científicos e técnicos e de se traduzirem tais conhecimentos em projectos de desenvolvimento de novos produtos ou serviços, na inovação de produtos e serviços já existentes; para serem inscritos como activos nas DF, terão que obter a aprovação do conselho fiscal, devendo, a serem inscritos como activos, ser amortizados num período não superior a 5 anos.

O Código Civil não distingue estes custos, passando as normas contabilísticas nacionais a distinguir unicamente entre investigação de base, investigação aplicada e desenvolvimento. Para as normas contabilísticas nacionais poderão ser capitalizados os custos incorridos com a investigação aplicada e desenvolvimento.

Devem obviamente ter utilidade plurianual para poderem ser capitalizados, cumprindo os seguintes requisitos:

- O produto ou processo ser claramente definido, bem como ser objectivamente quantificável o respectivo custo a imputar;
- Ser identificáveis separadamente;
- Ser demonstrável a viabilidade técnica do produto ou processo;
- Ser expressamente manifestada a intenção de produzir, comercializar ou utilizar o produto ou o processo;
- Ser demonstrada a existência de mercado para o produto ou o processo, ou se, este for utilizado internamente a utilidade ser comprovada;
- Existir ou ser razoável esperar que estejam disponíveis recursos adequados para a obtenção do produto ou a concretização do processo;

Quanto à capitalização dos custos de publicidade, o artigo 2426.º do Código Civil estabelece que podem ser capitalizados nas mesmas condições previstas para os custos de instalação e expansão e das despesas de investigação e desenvolvimento, isto é, devem ter utilidade plurianual e carecem de aprovação do conselho fiscal.

Trata-se de uma opção que deve ser analisada em simultâneo com o princípio da prudência e uma vez tomada a decisão da capitalização, é necessário demonstrar uma adequação entre custos e proveitos que a empresa espera vir a obter.

Tomada a opção de capitalizar os custos de publicidade deve indicar-se no anexo (nota integrativa) as razões da capitalização e o critério de amortização.

- Patentes industriais e direitos de utilização de propriedade intelectual;

Representa este grupo um direito exclusivo de utilização e exploração de uma invenção, dentro de limites fixados por lei. Uma das condições para a tutela jurídica das patentes é a sua concessão pelo Instituto Italiano de Patentes e Marcas⁵³, ou pelo Instituto Europeu de Patentes⁵⁴, com base em acordos celebrados no âmbito da Comunidade, cuja protecção jurídica é temporária, normalmente 20 anos.

- Concessões, licenças, marcas e direitos similares;

Concessões são, segundo o direito administrativo, medidas pelas quais a administração pública transfere para outros sujeitos os seus direitos e poderes, juntamente com os seus encargos e obrigações, quer sejam direitos de propriedade, quer sejam direitos de exercício de determinada actividade.

Licenças são, segundo o direito administrativo, autorizações segundo as quais se permite o exercício de uma actividade regulamentada.

A inscrição das marcas em imobilizações incorpóreas, é reconhecida desde que seja como produção⁵⁵ ou aquisição externa, onerosa, pelo que as marcas obtidas a título gratuito não são passíveis de inscrição nas imobilizações.

Quanto aos direitos similares, não está devidamente esclarecido o que entende o legislador sobre os que considerar imobilizações. Por não se prever critérios específicos, recomenda-se a adopção dos critérios gerais para a inclusão desses custos em imobilizações.

⁵³ Ufficio Italiano Brevetti e Marchi.

⁵⁴ Ufficio Europeo di Brevetti.

⁵⁵ Apesar de a inscrição de marcas obtidas internamente ser um acontecimento raro, já a aquisição de marcas a terceiros é uma prática comum.

- Goodwill;

Devido à importância deste tema, este foi tratado em capítulo próprio.

- Imobilizações em curso e adiantamentos;

Classificam-se neste item os custos incorridos com a aquisição ou produção de imobilizações incorpóreas, ainda não concluídas e os adiantamentos para aquisição de imobilizações incorpóreas; quando as imobilizações estiverem concluídas são reclassificadas e passam a ser passíveis de amortização.

- Outros.

Inclui-se neste item outros custos passíveis de registo em imobilizações incorpóreas, cujo enquadramento não é possível ser efectuado nos itens anteriores.

Esquemáticamente, para as imobilizações incorpóreas, temos:

Imobilizado incorpóreo (patentes industriais e direitos de utilização, marcas, licenças e direitos similares.).		Devem ser capitalizados
Goodwill		
Custos de instalação e expansão Custos de investigação e desenvolvimento Custos de publicidade	Cuja utilidade se pode repartir por mais de um exercício	Podem ser capitalizados de acordo com requisitos
Custos de instalação e expansão Custos de investigação e desenvolvimento Custos de publicidade	Cuja utilidade não se pode repartir por mais de um exercício	Custos do exercício

4.2.3. Imobilizações financeiras

Este tipo de imobilizações distingue-se dos anteriores pelo facto de serem elementos de capital que não participam no processo técnico-produtivo da empresa. Trata-se de imobilizações que representam uma forma de investimento financeiro.

5. Existências.

5.1. Definição

As existências, também conhecidas como inventários, são custos atribuíveis a bens ainda em armazém e encontram-se em várias etapas relacionadas com o ciclo de aquisição-produção-venda.

Assim, de acordo com o ciclo de aquisição-produção-venda, as existências dividem-se em:

- Mercadorias;
- Matérias-primas;
- Matérias subsidiárias e de consumo;
- Produtos acabados;
- Produtos semi-acabados;
- Produtos em curso.

5.2. Definição e classificação das existências segundo o Código Civil

No Código Civil, prevê-se que as existências (inventários) sejam classificadas também pelo seu ciclo aquisição-produção-venda, acrescido dos trabalhos em curso sob encomenda e os adiantamentos a fornecedores.

5.3. Valorização das existências

Para calcular o custo de saída das existências, uma vez que frequentemente é impraticável aplicar o método do custo específico (normalmente utilizado em bens de elevado valor como por exemplo obras de construção), são utilizados métodos e critérios convencionais, como o custo médio ponderado, o FIFO (primeiro a entrar, primeiro a sair), o LIFO (último a entrar, primeiro a sair) e o preço de retalho (para retalhistas e operadores de grandes distribuições).

Em relação à valorização das existências, assunto já tratado no capítulo dos critérios de valorimetria, interessa referir que na norma contabilística nacional n.º 13 “As existências em armazém”, foi inserida um anexo referente aos critérios de valorização de existências não aceitáveis e que não estão em conformidade com as normas contabilísticas nacionais.

No anexo referido, excluem-se alguns critérios de valorimetria por estarem em conflito com a finalidade das DF, num contexto de sistemas contabilísticos a custos históricos.

Os critérios de valorimetria excluídos são:

- O custeio variável;
- O NIFO (próximo a entrar, primeiro a sair);
- O preço de venda.

A mesma norma contabilística nacional recomenda que, com a finalidade de elaboração das DF, no que respeita às existências (inventários), o preparador comece por efectuar as rectificações necessárias para que as existências reflectam a quantidade efectivamente existente, valorizando-as ao menor entre o custo das existências e o valor de mercado e, divulgando no anexo (nota integrativa) as informações requeridas para as existências.

6. Leasing

6.1. Definição

O leasing, também reconhecido como locação financeira, é um contrato em que um sujeito (locatário) recorre a uma sociedade financeira (locador) para a aquisição de bens móveis ou imóveis a um alienante (fornecedor), de modo a poder usá-los por um período de tempo pré-definido, mediante o pagamento de uma prestação periódica; no final do tempo pré-definido, é dada ao locatário a possibilidade de obter a propriedade do bem, mediante o pagamento de um valor pré-estabelecido (valor residual).

6.2. Métodos de contabilização do leasing

Na óptica do utilizador são duas as formas para a contabilização das operações de leasing. Os chamados método patrimonial e método financeiro.

6.2.1. Método patrimonial

Este método consiste em apresentar as prestações periódicas como custo do exercício, remetendo para o anexo (nota integrativa) as informações referentes aos contratos de leasing existentes. Compete ao locador a contabilização do imobilizado e das respectivas amortizações.

6.2.2. Método financeiro

Este método consiste em apresentar o leasing como se de uma operação de aquisição, com financiamento alheio se tratasse, com as consequentes depreciações em sede do locatário, por contrapartida do registo de uma dívida ao locador que irá ser liquidada periodicamente com as prestações.

6.3. Contabilização do leasing em Itália

Até à chamada reforma societária⁵⁶, as operações de leasing eram contabilizadas utilizando o método patrimonial. Aquela reforma, apesar de definir que as contas devem ser elaboradas tendo em conta a prevalência da substância sobre a forma, estabeleceu que as operações de leasing continuassem a ser registadas segundo o método patrimonial, mas, sendo prestadas informações complementares no anexo (nota integrativa), simulando a sua representação pelo método financeiro.

Essas informações solicitadas em anexo (nota integrativa) devem, por isso transmitir:

- O valor actual das prestações não vencidas;
- O valor do bem que, segundo o método financeiro, seria inscrito no imobilizado;

⁵⁶ Pelo Decreto Legislativo n.º 6/2003.

- A dívida que resultaria do registo inicial do valor do bem deduzido das amortizações financeiras com base no plano de reembolso (parte do capital) contratado;
- Os encargos financeiros do exercício;
- A depreciação correspondente aos bens no exercício;
- Os efeitos fiscais relacionados;
- As alterações que se produziriam no resultado do exercício pela aplicação do método financeiro.

7. Impostos diferidos

A problemática da fiscalidade diferida decorre da necessidade de relacionar devidamente os resultados do exercício com a correspondente carga fiscal. Os impostos devem ter o mesmo tratamento de qualquer outro factor incidindo sobre o rendimento com que estão relacionados, independentemente pagamento poder ser antecipado ou postecipado.

A atribuição de impostos diferidos torna indiferente ser sócio hoje, ou ser sócio amanhã numa qualquer sociedade, porque o lucro distribuível será reduzido tanto por impostos correntes como por impostos diferidos constituindo para estes uma reserva destinada ao seu pagamento em exercícios futuros.

7.1. Definição

As causas que geram impostos diferidos residem no facto de haver critérios diferentes para a determinação do resultado económico e do resultado para efeitos fiscais.

Existem impostos diferidos activos se, por aplicação das normas fiscais, os componentes positivos do resultado forem tributados em exercícios anteriores ou os componentes negativos do resultado forem dedutíveis em exercícios seguintes aos da geração do rendimento ou do custo.

Existem impostos diferidos passivos na situação inversa, ou seja se os componentes positivos do resultado forem taxados em exercícios seguintes ou se houver custos dedutíveis antecipadamente, relativamente à ocorrência do rendimento ou do custo.

7.2. Critérios e métodos de quantificação

Para quantificar o valor dos impostos diferidos, há que ter como orientação base a aplicação do princípio da especialização dos exercícios e da prudência, conjugados com as melhores práticas nacionais⁵⁷ e internacionais⁵⁸.

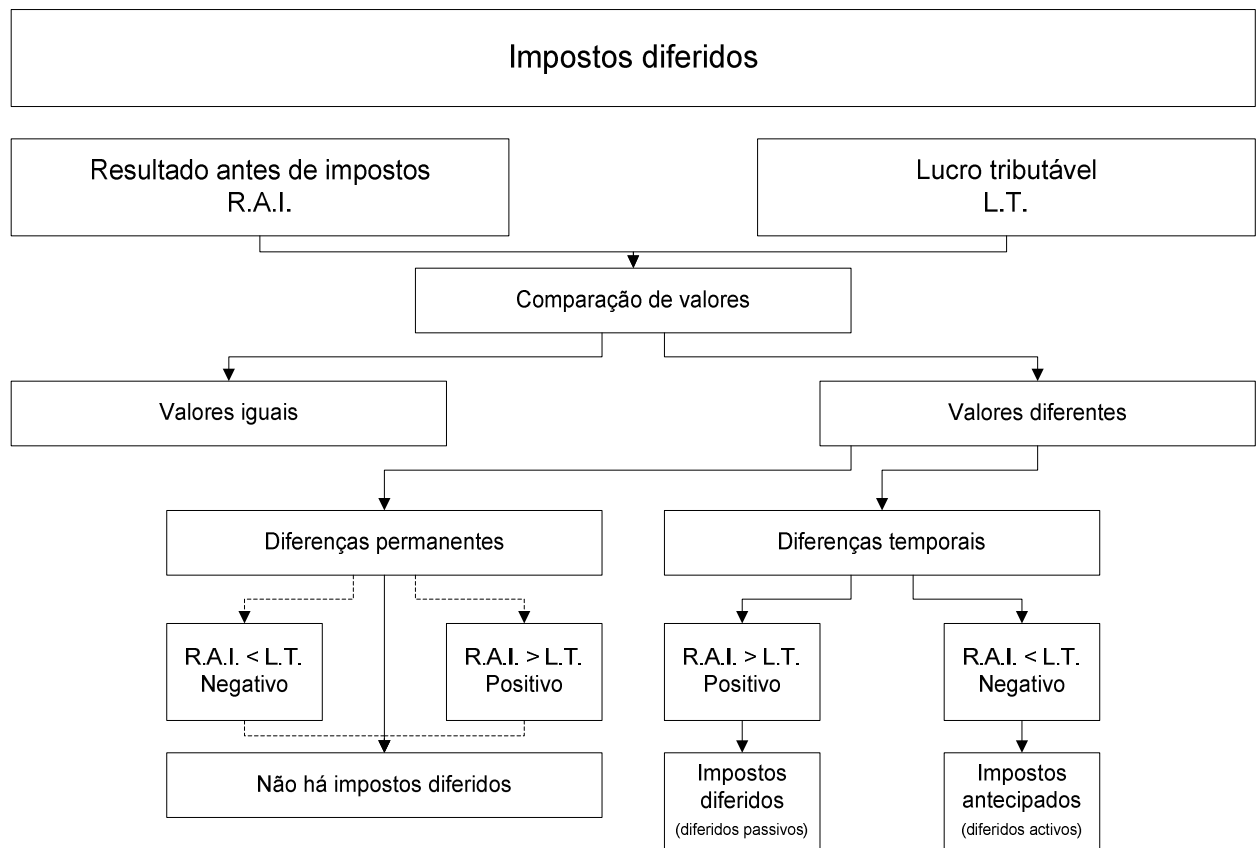
Deve ter-se em conta que não é só pelo facto de haver impostos diferidos activos que se deve proceder imediatamente à sua contabilização. Deve contabilizar-se o benefício dos impostos diferidos activos se houver razoável certeza de que nos exercícios seguintes não haverá um resultado final negativo.

Já para os impostos diferidos passivos, é oportuno proceder ao reconhecimento dos gastos futuros segundo uma metodologia bem definida, fazendo corresponder a respectiva provisão no fundo para impostos diferidos.

⁵⁷ Norma contabilística nacional n.º 25 “O tratamento contabilístico do imposto sobre o rendimento”.

⁵⁸ IAS 12 “Impostos sobre lucros”

Esquemáticamente temos:



7.3. Os impostos diferidos e as DF

Para destacar os valores dos impostos diferidos nas DF, está previsto:

- No balanço.

Activo

C) Activo circulante

II. Créditos

5) Outros (Credores)

Crédito de imposto

Impostos antecipados.

Passivo

B) Provisões para riscos e encargos

2) Para impostos

Fundo para impostos.

- Na demonstração dos resultados.

22) Impostos sobre lucros do exercício

Correntes, diferidos e antecipados⁵⁹.

- No anexo (Nota integrativa).

O número 14 do artigo 2427.º do Código Civil prescreve a informação a ser prestada no que respeita aos impostos diferidos, concretamente:

Descrição das diferenças temporárias que resultaram no reconhecimento dos impostos diferidos e antecipados, especificando a taxa aplicada e as alterações relativas ao exercício anterior, o montante creditado ou debitado na demonstração dos resultados ou no património líquido, os itens excluídos do cálculo e as respectivas razões.

O montante dos impostos antecipados contabilizados nas DF relacionados com perdas do exercício e exercícios anteriores, com as razões da contabilização, os montantes ainda não contabilizados os motivos da não contabilização.

⁵⁹ Com sinal positivo ou negativo.

8. Pensões

Em Itália, foram instituídas pela Lei n.º 297, de 29 de Maio de 1982, normas em matéria pensionista e o tratamento de fim de contrato (TFR)⁶⁰.

8.1. Conceito de TFR

O TFR é uma forma de retribuição diferida, a ser liquidada no momento da cessação do vínculo laboral do empregado à empresa, mas que tendo resultado de uma prestação de trabalho anterior, deva ser reconhecida ao longo dos vários exercícios. Aplicou-se, inicialmente, unicamente aos trabalhadores dependentes do sector privado, tendo a partir de 1996 (Lei n.º 335 de 8 de Agosto de 1995) sido alargado aos funcionários públicos.

Em caso de morte do trabalhador, os direitos do TFR são transmissíveis aos herdeiros legais.

8.2. Forma de cálculo

O somatório das retribuições anuais é dividido por um factor fixo, que é 13,5, resultando o TFR anual. Este valor é revalorizado anualmente com base numa taxa fixa e 1,5% acrescida de uma taxa variável correspondente a 75% do aumento do índice de preços no consumidor estabelecido pelo Instituto Nacional de Estatística (ISTAT).

8.3. Contabilização

Este valor é registado no balanço no passivo como “Fundo TRF” por contrapartida de um custo na demonstração dos resultados.

8.4. Casos particulares

O trabalhador dependente, ao fim de 8 anos consecutivos, tem a possibilidade de requerer ao empregador um adiantamento por conta do fundo não superior a 70%, da correspondente quota-parte para casos definidos como urgentes devidamente documentados que são:

- Custos com cuidados de saúde para tratamentos reconhecidos pelas estruturas de saúde públicas;
- Aquisição de habitação própria para o próprio ou filhos, documentada por confirmação de notário ou por outro elemento de prova adequado;
- Cobertura de despesas incorridas durante os períodos voluntários de licença parental fruível até ao oitavo ano da criança;
- Despesas de formação.

⁶⁰ Sigla pela qual é conhecida a expressão “Trattamento di fini rapporto”.

O empregador é obrigado a satisfazer os pedidos dos trabalhadores até 10% dos que já adquiriram esse direito, ou, em alternativa, a 4% da totalidade dos trabalhadores.

8.5. O TFR e os administradores

Não estão incluídos no TFR os administradores. Apesar de não haver na legislação italiana disposições para o tratamento de fim de mandato (TFM)⁶¹, recomenda-se que se utilize para o TFM as regras do TFR.

⁶¹ Sigla pela qual é conhecida a expressão “Trattamento di fini mandato”.

9. Acontecimentos após a data do balanço

Entre a data de fecho de contas do exercício e a data de elaboração das DF, podem ocorrer factos, positivos ou negativos, susceptíveis de influenciar as respectivas DF.

Em casos de coincidência entre exercícios e anos civis, esse período é normalmente o que decorre de 31 de Dezembro a 31 de Março do ano seguinte.

9.1. Factos que devem ser reflectidos nas contas

Devem ser reflectidos nas contas os factos que evidenciem condições já existentes à data do fecho, mas que só se manifestem após o encerramento do exercício.

Alguns exemplos desse tipo de acontecimentos:

- Deterioração financeira de um devedor, confirmada pela sua falência;
- Definição de uma acção judicial por um valor diverso do previsto no fecho de contas;
- Venda de acções a preço inferior ao da valorização no fecho de contas;
- Determinação de um prémio a pagar aos empregados, após o fecho de contas, por serviços relacionados com o exercício terminado;
- Descobertas de erros ou fraudes ocorridas até à data do termo do exercício.

Alguns tipos de acontecimentos, por dificuldade de determinação do respectivo efeito (montante), devem ser divulgados em anexo (nota integrativa).

9.2. Factos que não devem ser reflectidos nas contas

Os factos que modifiquem condições existentes na data do fecho de contas e que sejam de tal modo importantes que a correspondente omissão comprometa a tomada de decisões dos destinatários da informação financeira devem, apenas, ser divulgados.

Alguns exemplos desse tipo de acontecimentos:

- Diminuição do valor de mercado de valores mobiliários ou mercadorias, após o fecho de contas;
- Destruição de instalações, equipamentos ou bens causados por calamidades;
- Perdas decorrentes da variação de taxas de câmbio;
- Contenciosos significativos (contratuais, legais ou fiscais) manifestados após o fecho de contas;
- Flutuações anormais dos valores de mercado;

- Aquisições ou alienações de empresas ou partes de empresas;
- Operações de natureza extraordinária deliberadas após o fecho de contas.

Como são acontecimentos que não eram de condições existentes à data do fecho de contas, estes devem somente ser divulgados no anexo (nota integrativa).

9.3. Outros factos que não modificam o activo ou passivo

Os acontecimentos que não modifiquem activos e, ou passivos, mas que sejam de relevante interesse para os utilizadores das DF, devem ser referidos no relatório de gestão.

CAPÍTULO IV - Notas finais

1. Comparação das normas contabilísticas nacionais com as IAS

O conteúdo das normas contabilísticas nacionais não se desvia, de uma forma geral, do enunciado nas IAS, até porque as IAS também serviram de base para a elaboração daquelas normas.

Acontece, porém, que na elaboração das normas contabilísticas nacionais, pelo CNDRCR, deve haver sintonia com a regulamentação do Código Civil.

É no confronto entre o estipulado no Código Civil e as IAS que surgem algumas divergências, cujas principais são:

- **Reconhecimento de réditos**

O reconhecimento do rédito das vendas e do correspondente crédito, segundo a IAS 18 sobre os réditos, é dado pela transferência dos riscos e benefícios económicos, enquanto na norma contabilística nacional n.º 15, sobre os créditos, os reconhecimentos podem diferir porque são baseados na transferência da propriedade.

- **Imobilizações materiais**

A grande divergência são os bens utilizados em regime de locação financeira. As IAS estabelecem o reconhecimento do bem locado, pelo locatário, como se de uma aquisição se tratasse, reflectindo o princípio da substancia sobre a forma, isto é, o registo pelo método financeiro; já as normas italianas determinam o registo dos bens em leasing pelo método patrimonial remetendo para o anexo (nota integrativa) a simulação e efeitos do método financeiro.

A reavaliação do imobilizado, contrariamente às IAS, que prevêem reavaliações desde que sejam efectuadas sistematicamente, não é permitida em Itália, a não ser que a legislação expressamente o consinta.

- **Contas consolidadas**

As IAS não prevêem exclusões da consolidação de empresas filiais que desenvolvam uma actividade marcadamente diferente da actividade do grupo. As normas italianas prescrevem que uma filial que tenha uma actividade marcadamente diferente da do grupo, de tal modo que a sua inclusão faria com que as contas consolidadas não obedecessem ao princípio da clareza e da imagem verdadeira e apropriada, seja excluída da consolidação.

As IAS estabelecem a exclusão de empresas cujo controlo esteja sujeito a severas restrições, enquanto as normas italianas consentem a exclusão mas não a obrigam.

As normas italianas prevêem a exclusão de algumas empresas atendendo à reduzida dimensão, enquanto as IAS não prevêem qualquer tipo de exclusão em consequência da dimensão.

Segundo as IAS, a parte dos capitais próprios pertencentes aos interesses minoritários é apresentada no balanço entre os capitais próprios e o passivo, em item separado, enquanto no normativo italiano os interesses minoritários são evidenciados dentro dos capitais próprios.

As normas italianas determinam a não aplicação do critério de contabilização do leasing previsto nas IAS (leasing financeiro) também para as contas consolidadas.

As datas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas devem ser iguais, segundo as normas de Itália, enquanto as IAS permitem datas diferentes, desde que não separadas por mais de 3 meses e se tenha em conta os acontecimentos ocorridos entre essas datas.

- Títulos e participações

As IAS permitem a valorização dos títulos que não investimentos financeiros, constituindo, portanto, activo circulante⁶², ao preço de mercado, podendo a comparação entre custo e preço de mercado ser efectuada numa base agregada e não individual; em divergência com as IAS, o normativo italiano estabelece que os títulos e participações (activo circulante) sejam valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

Para os títulos que são investimentos financeiros, portanto activo fixo, as IAS permitem a valorização ao valor actual (justo valor), incluindo os investimentos em filiais e associadas sujeitos a consolidação, enquanto as normas italianas remetem para o critério de valorização idêntico ao do restante imobilizado.

As IAS estabelecem também, que alterações de classificação sejam acompanhadas de uma avaliação dos títulos segundo os critérios de avaliação iniciais, só depois se seguindo a nova valorização.

- Trabalhos em curso sob encomenda

As IAS permitem a utilização do critério da encomenda completada apenas em situações em que seja objectivamente impraticável efectuar previsões, método em que os resultados só são reconhecidos no final da execução da encomenda. O normativo italiano dando preferência ao critério da percentagem de acabamento para os trabalhos em curso sob encomenda, permite a aplicação do critério da encomenda completada.

⁶² Critério de valorização das existências

- Tratamento contabilístico do imposto sobre o rendimento

Na contabilização de passivos por impostos diferidos, contrariamente às IAS que determinam sempre o reconhecimento, o normativo italiano estabelece que não devem contabilizar-se se houver probabilidade reduzida de se verificarem.

Outra divergência, esta de terminologia, é a que contrapõe o termo “probabilidade”, das IAS, ao termo “razoável certeza”, do normativo italiano.

- Operações em moeda estrangeira

O normativo italiano não prevê o diferimento das diferenças de câmbio positivas relativas aos créditos e débitos, quando o vencimento for inferior a um ano: devem ser reconhecidas e imputadas ao exercício, tendo em conta a prevalência do princípio da especialização, em detrimento do princípio da prudência.

O normativo italiano estabelece que não é possível reconhecer no exercício a redução de proveitos e ganhos financeiros resultantes da evolução das taxas de câmbio entre a data do encerramento do exercício e a da elaboração das demonstrações financeiras quando estas evidenciem uma persistente tendência desfavorável.

- Mudança de princípios contabilísticos, mudança de estimativas contabilísticas, correcção de erros, acontecimentos e operações extraordinárias e factos ocorridos após a data de fecho do exercício

Para as IAS, o efeito da mudança de princípios contabilísticos pode ser contabilizada ou corrigindo todo o movimento de abertura, como se os novos princípios tivessem sido desde sempre aplicados (para uma melhor comparação entre exercícios) ou considerando o efeito da mudança como custos ou como proveitos do exercício em que ocorre essa mudança. O normativo italiano não aceita o primeiro método do IAS, de aplicação retroactiva, remetendo para o segundo método; considera custos ou proveitos extraordinários os que resultam da mudança de princípios contabilísticos.

As IAS prevêm, para a contabilização de erros fundamentais, os dois métodos acima referidos. Já o normativo italiano, não fazendo a distinção entre erros fundamentais e outros erros, prevê a contabilização dos efeitos dos erros no exercício corrente.

- Contas intermédias

Tal como para as contas finais, também para as contas intermédias só é obrigatória, segundo as normas italianas, a apresentação do Balanço, da Demonstração dos resultados e do Anexo (nota integrativa).

2. Conclusão

O marco principal para a organização dos diversos trabalhos que compõem o “projecto de contabilidade” foi a aprovação do Regulamento (CE) 1606/2002, de 19 de Julho.

O Regulamento 1606/2002 obriga todas as sociedades da União Europeia, com valores cotados em mercados regulamentados, a preparar, apresentar e publicar as contas consolidadas de acordo com as IAS/IFRS a partir de 1 de Janeiro de 2005, permitindo o alargamento dessa obrigação a outras sociedades por opção.

A nossa dissertação enquadra-se na caracterização do sistema de normalização contabilística em Itália, no período anterior à aprovação do Regulamento (CE) 1606/2002.

Historicamente está demonstrado o contributo da Itália para o desenvolvimento da Contabilidade, quer no final da Idade Média com o desenvolvimento mercantil e a sistematização da digrafia, quer mais de quatrocentos anos depois, com diversos notáveis autores que previram a Contabilidade muito para além da técnica de registo e como disciplina científica.

No que respeita à normalização contabilística, o modelo existente em Itália é baseado numa estrutura legal composta por artigos que fazem parte do Código Civil⁶³ (até ao ano de 1942, constavam do Código do Comércio).

O normativo vigente é baseado sobretudo no critério de valorização pelo custo histórico, no princípio da prudência, privilegiando-se o princípio da forma legal em detrimento da substância económica.

Devido à impossibilidade de regulamentar todas as situações que se possam apresentar na vida económica das sociedades, foi criada uma comissão dentro do CNDRC para estabelecer e interpretar normas contabilísticas nacionais⁶⁴, como complemento da legislação do Código Civil.

As normas entretanto elaboradas pretendem preencher lacunas e clarificar os conceitos do Código Civil, integrar temas não regulados nesse Código e permitir a aplicação de outras regras nos casos em que seja necessário derrogar o Código Civil⁶⁵.

Na elaboração das normas contabilísticas nacionais, estiveram presentes – apesar de diversos afastamentos que salientamos - as IAS, com a limitação⁶⁶ imposta pelas normas jurídicas nacionais e as normas comunitárias.

⁶³ “Principi contabili civilistici”.

⁶⁴ “Principi contabili nazionali”.

⁶⁵ Artigo 2423.º, ponto 4, do Código Civil.

⁶⁶ Em Itália as contas apresentadas segundo as IAS denominam-se “Principi contabili IAS (o internazionali)”.

SIGLAS UTILIZADAS

ABI - Associazione Bancaria Italiana.

AIAF - L'Associazione Italiana degli Avvocati per la Famiglia e per i minori.

ANDAF - Associazione Nazionale Direttori Amministrativi e Finanziari.

ANIA – Associazione Nazionale fra le Imprese Assicuratrici.

ASSILEA – Associazione Italiana Lasing.

ASSIREVI - Associazione Italiana Revisori Contabili.

ASSOGESTIONI - Associazione del Risparmio Gestito.

ASSONIME - Associazione Italiana fra le Società per Azioni.

CNDCCR – Consigli Nazionali dei Dottori Commercialisti e dei Ragionieri.

CONFAGRICOLTURA - Organizzazione agricola italiana.

CONFAPI - Confederazione italiana della piccola e media industria.

CONFCOMMERCIO - Confederazione Generale Italiana del Commercio.

CONFINDUSTRIA - Confederazione Generale dell'Industria Italiana.

CONSOB - Commissione Nazionale per le Società e la Borsa.

DF – Demonstrações Financeiras.

EM – Estados membros.

IAS - International Accounting Standards.

IFRS – International Financial Reporting Standards.

I & D – Investigação e desenvolvimento.

ISTAT - Istituto nazionale di statistica

ISVAP - Istituto per la vigilanza sulle assicurazioni private e di interesse collettivo.

NIC – Norma Internacional de Contabilidade.

NIRF – Norma Contabilística de Relato Financeiro.

OIC – Organismo Italiano di Contabilità.

TFM – Trattamento de fine mandato.

TFR – Trattamento di fine rapporto.

UE – União Europeia.

GLOSSÁRIO DE CONTABILIDADE – Alguns Termos

Português	Italiano	Inglês
Accionista	Azionista	Shareholder
Acréscimo	Accantonamento	Accrual
Acréscimo de custos	Ratei passivi	Accrued liabilities
Activo(s)	Attivo	Assets
Activo contingente	Attività potenziale	Contingent asset
Activos correntes	Attività correnti	Current assets
Activos intangíveis/incorpóreos	Attività immateriale	Intangible assets
Alienações, vendas	Cessioni	Disposals
Anexo às demonstrações financeiras	Nota al bilancio	Note to financial statements
Auditor	Revisore	Auditor
Auditoria	Revisione contabile	Auditing
Balancete	Bilancio di verifica	Trial balance
Balanço	Stato Patrimoniale	Balance Sheet
Beneficiário	Beneficiario	Payee
Capital (Social)	Capitale (Sociale)	Capital, Share Capital
Compra	Acquisto	Purchase
Compromisso	Impegno	Commitment
Conselho de Administração	Consiglio di amministrazione	Board of Directors
Conta	Conto	Account
Contabilidade	Contabilità	Accounting
Contabilidade de custos	Contabilità dei costi, contabilità analitica, contabilità industriale	Cost accounting
Contabilista	Commercialista	Accountant
Contabilização das operações de cobertura	Contabilizzazione delle coperture	Hedge accounting
Contas	Bilancio	Accounts, Financial Statements
Contas a pagar	Fornitori (debiti verso fornitore)	Accounts payable
Contas a receber	Clienti (crediti da clienti)	Accounts receivable
Contrato, acordo	Accordo	Agreement
Custo, despesa	Addebito	Charge
Custo de aquisição ou de mercado (dos dois o mais baixo)	Minore tra il costo e il prezzo di mercato	Lower cost or market rate (LCM or Locom)
Custo Médio	Costo medio	Average cost
Cliente	Cliente	Customer
Dar baixa, abater	Cancellazione, trasferimento a spese	Write-off
Demonstração de resultados	Conto economico	Income statement
Demonstração dos fluxos de caixa	Rendiconto finanziario	Cash flow statement
Demonstrações financeiras	Bilancio, prospetti contabili	Accounts, Financial Statements
Depreciação, amortização	Ammortamento	Depreciation, Amortization
Desfalque	Sottrazione di fondi	Defalcation
Diário	Giornale	Journal
Diferença entre o valor de	Avviamento	Goodwill

aquisição de uma empresa e o seu justo valor

Diferir, adiar	Differire	Defer
Dinheiro, numerário	Cassa, banche (contanti e assegni)	Cash
Dívida a longo prazo	Debiti a lungo termine	Long-term debt
Dividendos	Dividendi	Dividends
Elementos das DF	Voci di Bilancio	Captions
Emissão	Emissione	Issue
Empregado	Dipendenti	Employee
Empregado de caixa	Cassiere	Cashier
Empresas com valores cotados	Società quotate	Listed companies
Empréstimo	Prestito	Loan
Empréstimo solicitado	Prestito	Borrowing
Endosso	Girata	Endorsement
Exercício	Esercizio	Fiscal period
Existências, inventários	Rimanenze	Inventories
Extracto de conta	Estratto conto banca	Bank statement
Factura	Fattura	Invoice
Falência, bancarrota	Fallimento	Bankruptcy
Fiador	Garante	Guarantor
Ganho, lucro	Proventi, ricavi vari e plusvalenze	Gain(s)
Guia de Transporte	Polizza di carico	Bill of lading
Hipoteca	Ipoteca	Mortgage
Imobilizado	Immobilizzazione	Fixed Assets
Impostos	Imposte o tasse	Taxes
Imposto sobre lucros	Imposta sul reddito	Income tax
Investigação e desenvolvimento	Reicerca e sviluppo	Research and development
Investimento	Partecipazioni - Investimenti	Investment
Justo valor	Valore equo o Valore corrente	Fair value
Lançamento em diário	Articolo di giornale	Journal entry
Lançar, dar entrada	Registrare	Enter
Letra de câmbio paga à vista	Cambiale o tratta a vista	Sight draft
Letra, ordem de pagamento	Bozza, Cambiale tratta	Draft
Levantamento	Prelevamento	Withdrawal
Livro de razão	Registro contabile	Ledger
Locação	Contratto di locazione, leasing	Lease
Locação Financeira	Leasing finanziario	Capital lease
Locação Operacional	Leasing operativo	Operating lease
Matéria Prima	Materie prime	Raw material
Método de custeio das saídas (o último a entrar é o 1.º a sair)	LIFO (ultimo entrato, primo uscito)	LIFO (last-in, first-out)
Método de custeio de saídas (o 1.º a entrar é o 1.º a sair)	FIFO (primo entrato, primo uscito)	FIFO (first-in, first-out)
Moeda	Moneta metallica	Coin
Moeda estrangeira	Moneta estera	Foreign currency
Multa, multar	Multe	Fine(s)

Obrigaç�o	Obbligazione	Bond, debenture
Pagador	Pagatore	Payer
Passivo Contingente	Passivit� potenziali	Contingent liability
Passivos correntes	Passivit� correnti	Current liabilities
Patrim�nio líquido	Patrimonio netto	Equity
Pedido de informa��o	Indagine - Ricerca	Inquiry
Perda ou redu��o de valor	Perdita di valore	Impairment
Plano de contas	Piano dei conti	Chart of accounts
Pre�o	Prezzo	Price
Pre�o de mercado	Prezzo di mercato	Market price
Prest��o	Rata	Instalment
Princípio contabilístico	Principio di continuit� aziendale	Going concern
Produtos acabados	Reparto prodotti finiti	Finished goods/products/stock
Propriedade imobili�ria	Propriet� immobiliare	Real estate
Proveitos, Receitas, Rendimentos	Ricavi	Income, Revenues
Provis�o	Accantonamento	Provision
Reavalia��o	Rivalutazione	Revaluation
Recupera��o	Ricupero	Recovery
Reclama��o, pedido de indeniza��o	Reclamo	Claim
R�dito	Entrate, ricavi	Revenue
Regulariza��es, ajustamentos	Rettifica	Adjustments
Relatório de auditoria	Relazione dei revisori	Auditors' report
Relatório de gest�o	Relazione sulla gestione	Management report
Rendimento	Reddito	Income
Rendimento bruto	Utile lordo	Gross income
Reservas legais	Riserva legale	Legal reserve
Resultados retidos/transitados	Utili non distribuiti	Retained earnings
Sal�rio	Salari	Wages
Saldo	Saldo	Balance
Saldo inicial	Saldo d'apertura	Opening balance
Saque a descoberto	Scoperto di banca	Bank overdraft
Taxa de câmbio	Tasso di cambio	Exchange rate
Valor de mercado	Valore di mercato	Market value
Valor nominal	Valore nominale	Par value
Venda a presta��es	Vendita a rate	Instalment sale
Verificar, conferir	Verificare	Check

BIBLIOGRAFIA

- Alexander, D. (2003). European Accounting Guide. New York, Aspen Publishers.
- Amat, O. (1996). Contabilidade Europeia. Madrid, AECA.
- Azzali, S. (2005). L'informativa di bilancio secondo i principi contabili nazionali e internazionali. Torino, Giappichelli.
- Giornetti, A. (2005). Principi IAS/IFRS in Italia. Milano, Guiffre.
- Morais, A. (2005). Aplicação das Normas do IASB em Portugal. Lisboa, Publisher Team.
- Palma, A. (2003). Il Bilancio di Esercizio - Dalla chiarezza e precisione alla rappresentazione veritiera e corretta, Colombo, G. Milano, Giuffrè.
- Stacchezzini, R. (2007). Esercizi in tema di bilancio d'impresa. Verona, Luev.
- Tessitore, A. (2005). Lecture integrative sul bilancio di esercizio. Verona, Luev.
- (2003). "Rassegna sistematica delle principali differenze fra IAS e principi contabili nazionali." Retrieved Jan. 2008, from http://www.disag.uniba.it/ALLEGATI/principi_contabili_e_di_comportamento/OIC/differenze_IAS_PC%20nazionali.pdf.
- ASSIREVI. "Associazione Italiana Revisori Contabili." from <http://www.assirevi.it>.
- CNC. "Comissão de Normalização Contabilística." from <http://www.cnc.min-financas.pt>.
- CNDC. "Consiglio Nazionale dei Dottori Commercialisti", from <http://www.cndc.it/CMS/home/jsp/home.jsp>.
- CONSOB. "Commissione Nazionale per le Società e la Borsa." from <http://www.consob.it>.
- CONSRAG. "Consiglio Nazionale Ragionieri Commercialisti." from <http://www.consrag.it/portale>.
- FONDAZIONELUCAPACIOLI. "Fondazione Luca Pacioli." from <http://www.fondazionelucapacioli.it>.
- IASB. "International Accounting Standards Board." from <http://www.iasb.org>.
- Lionzo, A. (2007). "Facoltà Economia - Ragioneria General e Applicata I." Retrieved Feb. 2008, from <http://www.economia.univr.it>.
- OIC. "Organismo Italiano di Contabilità." from <http://www.fondazioneoic.it>.
- Perogi, L. "I principi contabili internazionali ed i riflessi sul bilancio d'esercizio." Retrieved Jan. 2008, from <http://www.misterfisco.it>.

UE. "European Commission > Internal Market > Accounting." from http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/committees_en.htm.

Vários. (Vários). "Articolo IAS." Retrieved Dez. 2007, from [http://www.pwc.com/Extweb/indissue.nsf/docid/A0DE8971BD960C7380256E690055A35F/\\$file/Articoli_IAS.pdf](http://www.pwc.com/Extweb/indissue.nsf/docid/A0DE8971BD960C7380256E690055A35F/$file/Articoli_IAS.pdf).

ANEXO I

Código Civil - Codice Civile

Art. 2423 (1) - Redazione del bilancio (2)

- [1] Gli amministratori devono redigere il bilancio di esercizio, costituito dallo stato patrimoniale, dal conto economico e dalla nota integrativa.
- [2] Il bilancio deve essere redatto con chiarezza e deve rappresentare in modo veritiero e corretto la situazione patrimoniale e finanziaria della società e il risultato economico dell'esercizio.
- [3] Se le informazioni richieste da specifiche disposizioni di legge non sono sufficienti a dare una rappresentazione veritiera e corretta, si devono fornire le informazioni complementari necessarie allo scopo.
- [4] Se, in casi eccezionali, l'applicazione di una disposizione degli articoli seguenti è incompatibile con la rappresentazione veritiera e corretta, la disposizione non deve essere applicata. La nota integrativa deve motivare la deroga e deve indicarne l'influenza sulla rappresentazione della situazione patrimoniale, finanziaria e del risultato economico. Gli eventuali utili derivanti dalla deroga devono essere iscritti in una riserva non distribuibile se non in misura corrispondente al valore recuperato.
- [5] Il bilancio deve essere redatto in unità di euro, senza cifre decimali, ad eccezione della nota integrativa che può essere redatta in migliaia di euro. (3)

(1) Articolo sostanzialmente non modificato D. Lgs. 17 gennaio 2003, n. 6 (G.U. 22 gennaio 2003, suppl. ordinario n. 8 Entrerà in vigore il 1/1/2004).

(2) Vedi art. 223-undecies r.d. 30 marzo 1943, n. 318

(3) Per la certificazione del bilancio delle società autorizzate all'esercizio dell'attività assicurativa contro i danni v. art. 68, l. 10 giugno 1978, n. 295 come modificato dall'art. 21, l. 9 gennaio 1991, n. 20, e delle società autorizzate all'esercizio dell'attività assicurativa sulla vita v. art. 66, l. 8 novembre 1986, n. 752.

E' stata data attuazione al primo comma dell'art. 6 della legge delega, disponendo attraverso l'eliminazione di qualsiasi riferimento a norme tributarie, che i rendiconti economici e patrimoniali siano redatti in ottemperanza delle disposizioni del codice civile in quanto uniche disposizioni in materia. Nonostante ciò non è stato mutato in alcun modo il principio cardine introdotto con la riforma introdotta nel D.P.R. n. 597 del 1973, secondo il quale l'imponibile fiscale è determinato prendendo a base il risultato di esercizio risultante dal bilancio civilistico ed apportando al medesimo le variazioni in aumento o in diminuzione conseguenti all'applicazione dei criteri stabiliti nelle successive disposizioni dell'attuale testo unico. La separazione è stata ottenuta disponendo la predisposizione e la presentazione, con la dichiarazione dei redditi, di un apposito prospetto dal quale risultano:

- le variazioni in più o in meno apportate al reddito determinato secondo le disposizioni civilistiche per giungere alla determinazione dell'imponibile fiscale;
- i valori delle voci patrimoniali riconosciute ai fini fiscali, se diversi da quelli indicati nel bilancio.

In questo modo ogni variazione apportata all'utile civilistico per giungere all'imponibile fiscale non tocca in alcun modo il bilancio e di conseguenza non ne influenza il risultato.

Art. 2423-bis (1) Principi di redazione del bilancio

- [1] Nella redazione del bilancio devono essere osservati i seguenti principi:
 - 1) la valutazione delle voci deve essere fatta secondo prudenza e nella prospettiva della continuazione dell'attività, nonché tenendo conto della funzione economica dell'elemento dell'attivo o del passivo considerato;
 - 2) si possono indicare esclusivamente gli utili realizzati alla data di chiusura dell'esercizio;
 - 3) si deve tener conto dei proventi e degli oneri di competenza dell'esercizio, indipendentemente dalla data dell'incasso o del pagamento;
 - 4) si deve tener conto dei rischi e delle perdite di competenza dell'esercizio, anche se conosciuti dopo la chiusura di questo;

5) gli elementi eterogenei ricompresi nelle singole voci devono essere valutati separatamente;

6) i criteri di valutazione non possono essere modificati da un esercizio all'altro.

-[2] Deroghe al principio enunciato nel numero 6) del comma precedente sono consentite in casi eccezionali. La nota integrativa deve motivare la deroga e indicarne l'influenza sulla rappresentazione della situazione patrimoniale e finanziaria e del risultato economico.

(1) In vigore dal 1/1/2004 - D.Lgs. 17 gennaio 2003, n. 6 (G.U. 22 gennaio 2003, suppl. ordinario n. 8)

Non si è giudicato necessario introdurre variazioni all'art. 2423-bis perchè il punto 3 è sufficientemente "generale" da comprendere anche la "fiscalità differita". Il punto n. 3 sancisce il principio generale della "competenza" per proventi ed oneri; le imposte non costituiscono una "categoria" separata, ma rientrano nella definizione generale di "proventi ed oneri" (imposte anticipate ed imposte differite). La tecnica contabile, ed in particolare attualmente il principio contabile nazionale n. 25, potrà fornire adeguate direttive di dettaglio in materia. I principi che saranno adottati sono quelli che sono stati e che saranno elaborati, destinati a valere su scale mondiale, dall'Organizzazione ora denominata International Accounting Standards Board (IASB): tali principi a loro volta sono denominati dall'art. 2 del regolamento International Accounting Standard (IAS) e International Financial Reporting Standards (IFRS). Occorre porre in rilievo che, se da un lato la regolamentazione contabile si imporrà per i conti consolidati a tutte le società di cui all'art. 4, tuttavia l'art. 5 stabilisce che "gli Stati possono consentire o prescrivere che essa si applichi anche:

a) ai bilanci di esercizio (conti annuali);

b) a tutte le società diverse da quelle di cui al richiamato art. 4.

Ci si avvia, dunque, verso una regolamentazione mondiale applicabile sia i bilanci consolidati sia ai bilanci di esercizio, ed a tutti i soggetti tenuti alla redazione di essi. Si deve dunque dettare una normativa, sia pure per il bilancio consolidato, che si adegui ai principi contabili riconosciuti internazionalmente. La disciplina attualmente vigente del bilancio consolidato, contenuta negli artt. 25 ss. del d. lgs 127/91 costituisce attuazione della VII Direttiva comunitaria, da ciò ne consegue che il legislatore si trova attualmente di fronte ad un vincolo ineludibile e quindi nella impossibilità di modificare la disciplina attuale fino a quando la nuova disciplina europea travolgerà la VII Direttiva.

In vigore fino al 31/12/2003:

-[1] Nella redazione del bilancio devono essere osservati i seguenti principi:

1) la valutazione delle voci deve essere fatta secondo prudenza e nella prospettiva della continuazione dell'attività;

2) si possono indicare esclusivamente gli utili realizzati alla data di chiusura dell'esercizio;

3) si deve tener conto dei proventi e degli oneri di competenza dell'esercizio, indipendentemente dalla data dell'incasso o del pagamento;

4) si deve tener conto dei rischi e delle perdite di competenza dell'esercizio, anche se conosciuti dopo la chiusura di questo;

5) gli elementi eterogenei ricompresi nelle singole voci devono essere valutati separatamente;

6) i criteri di valutazione non possono essere modificati da un esercizio all'altro.

-[2] Deroghe al principio enunciato nel numero 6) del comma precedente sono consentite in casi eccezionali. La nota integrativa deve motivare la deroga e indicarne l'influenza sulla rappresentazione della situazione patrimoniale e finanziaria e del risultato economico.

Art. 2423-ter (1) Struttura dello stato patrimoniale e del conto economico

-[1] Salve le disposizioni di leggi speciali per le società che esercitano particolari attività, nello stato patrimoniale e nel conto economico devono essere iscritte separatamente, e nell'ordine indicato, le voci previste negli articoli 2424 e 2425.

-[2] Le voci precedute da numeri arabi possono essere ulteriormente suddivise, senza eliminazione della voce complessiva e dell'importo corrispondente; esse possono essere raggruppate soltanto quando il raggruppamento, a causa del loro importo, è irrilevante ai fini indicati nel secondo comma dell'articolo 2423 o quando esso favorisce la chiarezza del bilancio. In questo secondo caso la nota integrativa deve contenere distintamente le voci oggetto di raggruppamento.

-[3] Devono essere aggiunte altre voci qualora il loro contenuto non sia compreso in alcuna di quelle previste dagli articoli 2424 e 2425.

-[4] Le voci precedute da numeri arabi devono essere adattate quando lo esige la natura dell'attività esercitata.

-[5] Per ogni voce dello stato patrimoniale e del conto economico deve essere indicato l'importo della voce corrispondente dell'esercizio precedente. Se le voci non sono comparabili, quelle relative all'esercizio precedente devono essere adattate; la non comparabilità e l'adattamento o l'impossibilità di questo devono essere segnalati e commentati nella nota integrativa.

-[6] Sono vietati i compensi di partite. (2)

(1) Articolo sostanzialmente non modificato D.Lgs. 17 gennaio 2003, n. 6 (G.U. 22 gennaio 2003, suppl. ordinario n. 8)

(2) Per il bilancio delle imprese assicuratrici v. art. 56 ss., d.p.r. 13 febbraio 1959, n. 449 e d.lg. 26 maggio 1997, n. 173; per le banche v. d.lg. 27 gennaio 1992, n. 87, come modificato dagli artt. 6 e 7, d.lg. 30 dicembre 2003, n. 394; per le imprese editrici di giornali quotidiani v. art. 7, l. 5 agosto 1981, n. 416, d.p.r. 8 marzo 1983, n. 73, art. 7, l. 30 aprile 1983, n. 137; per i concessionari privati e la concessionaria pubblica per la radiodiffusione sonora o televisiva v. art. 14, l. 6 agosto 1990, n. 223.

Alcune operazioni di carattere finanziario possono comportare effetti compensativi di segno opposto sia per quanto riguarda gli aspetti patrimoniali sia quelli economici. In questi casi, essendo la compensazione un elemento intrinseco dell'operazione, non si deve applicare il divieto di compensazione di partite. Tale divieto previsto dal 6° comma dell'art. 2423 ter, è formula to in via assoluta.

Art. 2424 (1) Contenuto dello stato patrimoniale

-[1] Lo stato patrimoniale deve essere redatto in conformità al seguente schema.

Attivo:

A) Crediti verso soci per versamenti ancora dovuti, con separata indicazione della parte già richiamata.

B) Immobilizzazioni, con separata indicazione di quelle concesse in locazione finanziaria:

I - Immobilizzazioni immateriali:

- 1) costi di impianto e di ampliamento
 - 2) costi di ricerca, di sviluppo e di pubblicità
 - 3) diritti di brevetto industriale e diritti di utilizzazione delle opere dell'ingegno
 - 4) concessioni, licenze, marchi e diritti simili
 - 5) avviamento
 - 6) immobilizzazioni in corso e acconti
 - 7) altre
- Totale

II - Immobilizzazioni materiali:

- 1) terreni e fabbricati
 - 2) impianti e macchinario
 - 3) attrezzature industriali e commerciali
 - 4) altri beni
 - 5) immobilizzazioni in corso e acconti
- Totale

III - Immobilizzazioni finanziarie,
con separata indicazione, per ciascuna voce dei crediti,
degli importi esigibili entro l'esercizio successivo:

- 1) partecipazioni in:

- a) imprese controllate
- b) imprese collegate
- c) imprese controllanti
- d) altre imprese

2) crediti:

- a) verso imprese controllate
- b) verso imprese collegate
- c) verso controllanti
- d) verso altri

3) altri titoli

4) azioni proprie, con indicazione anche del valore nominale complessivo.

Totale

Totale immobilizzazioni (B)

C) Attivo circolante:

I - Rimanenze:

- 1) materie prime, sussidiarie e di consumo
- 2) prodotti in corso di lavorazione e semilavorati
- 3) lavori in corso su ordinazione
- 4) prodotti finiti e merci
- 5) acconti

Totale

II - Crediti, con separata indicazione, per ciascuna voce, degli importi esigibili oltre l'esercizio successivo:

- 1) verso clienti
- 2) verso imprese controllate
- 3) verso imprese collegate
- 4) verso controllanti
- 4-bis) crediti tributari
- 4-ter) imposte anticipate
- 5) verso altri

Totale

III - Attività finanziarie che non costituiscono immobilizzazioni:

- 1) partecipazioni in imprese controllate
- 2) partecipazioni in imprese collegate
- 3) partecipazioni in imprese controllanti
- 4) altre partecipazioni
- 5) azioni proprie, con indicazioni anche del valore nominale complessivo
- 6) altri titoli

Totale

IV - Disponibilità liquide:

- 1) depositi bancari e postali
- 2) assegni
- 3) danaro e valori in cassa

Totale

Totale attivo circolante (C)

D) Ratei e risconti, con separata indicazione del disaggio su prestiti

Passivo:

A) Patrimonio netto:

- I – Capitale
 - II - Riserva da sovrapprezzo delle azioni
 - III - Riserve di rivalutazione
 - IV - Riserva legale
 - V - Riserve statutarie
 - VI - Riserva per azioni proprie in portafoglio
 - VII - Altre riserve, distintamente indicate
 - VIII - Utili (perdite) portati a nuovo
 - IX - Utile (perdita) dell'esercizio
 - Totale
 - B) Fondi per rischi e oneri:
 - 1) per trattamento di quiescenza e obblighi simili
 - 2) per imposte, anche differite
 - 3) altri
 - Totale
 - C) Trattamento di fine rapporto di lavoro subordinato
 - D) Debiti, con separata indicazione, per ciascuna voce, degli importi esigibili oltre l'esercizio successivo:
 - 1) obbligazioni
 - 2) obbligazioni convertibili
 - 3) debiti verso soci per finanziamenti
 - 4) debiti verso banche
 - 5) debiti verso altri finanziatori
 - 6) acconti
 - 7) debiti verso fornitori
 - 8) debiti rappresentati da titoli di credito
 - 9) debiti verso imprese controllate
 - 10) debiti verso imprese collegate
 - 11) debiti verso controllanti
 - 12) debiti tributari
 - 13) debiti verso istituti di previdenza e di sicurezza sociale
 - 14) altri debiti
 - Totale
 - E) Ratei e risconti, con separata indicazione dell'aggio su prestiti
- [2] Se un elemento dell'attivo o del passivo ricade sotto più voci dello schema, nella nota integrativa deve annotarsi, qualora ciò sia necessario ai fini della comprensione del bilancio, la sua appartenenza anche a voci diverse da quella nella quale è iscritto.
- [3] In calce allo stato patrimoniale devono risultare le garanzie prestate direttamente o indirettamente, distinguendosi fra fidejussioni, avalli, altre garanzie personali e garanzie reali, ed indicando separatamente, per ciascun tipo, le garanzie prestate a favore di imprese controllate e collegate, nonché di controllanti e di imprese sottoposte al controllo di queste ultime; devono inoltre risultare gli altri conti d'ordine.
- [4] E' fatto salvo quanto disposto dall'articolo 2447-septies con riferimento ai beni e rapporti giuridici compresi nei patrimoni destinati ad uno specifico affare ai sensi della lettera a) del primo comma dell'articolo 2447-bis.

(1) **In vigore dal 1/1/2004** - D.Lgs. 17 gennaio 2003, n. 6 (G.U. 22 gennaio 2003, suppl. ordinario n. 8)

Per dar conto negli schemi dello Stato patrimoniale e del Conto economico degli importi relativi alla contabilizzazione delle imposte differite è stato previsto quanto segue:

Due voci apposite, nell'ambito dei crediti (voce C II) denominate "crediti tributari" e "imposte anticipate".

Per le imposte versate in eccedenza si ritiene corretto utilizzare il termine "crediti tributari"; per le imposte anticipate si ritiene corretta una indicazione separata di "imposte anticipate" (stante la loro natura che non è esattamente quella di un credito riscuotibile, quanto piuttosto di minore imposte da pagare in futuro).

Al Passivo dello Stato patrimoniale si è ritenuto sufficiente integrare la dizione della voce B(2): fondi per imposte con la precisazione "anche differite". Infatti le imposte differite (passive), vanno indicate al passivo; la voce più corretta è il "Fondo Imposte" e non la voce "debiti tributari" (D12) non trattandosi di debiti effettivi da pagare, quanto di maggiori imposte da pagare in futuro.

In conclusione le modifiche proposte dall'art. 2424 sono:

A) VII: è stata soppressa l'indicazione "distintamente indicate" in merito alle "altre riserve" perchè tale dettaglio deve essere fornito nella Nota Integrativa.

D 3: viene inserita la nuova voce "debiti verso soci per finanziamenti" che accoglie i finanziamenti con l'obbligo di restituzione concessi da soci.

In vigore fino al 31/12/2003:

-[1] Lo stato patrimoniale deve essere redatto in conformità al seguente schema.

attivo:

A) Crediti verso soci per versamenti ancora dovuti, con separata indicazione della parte già richiamata

B) Immobilizzazioni:

I - Immobilizzazioni immateriali:

1) costi di impianto e di ampliamento

2) costi di ricerca, di sviluppo e di pubblicità

3) diritti di brevetto industriale e diritti di utilizzazione delle opere dell'ingegno

4) concessioni, licenze, marchi e diritti simili

5) avviamento

6) immobilizzazioni in corso e acconti

7) altre

Totale

II - Immobilizzazioni materiali:

1) terreni e fabbricati

2) impianti e macchinario

3) attrezzature industriali e commerciali

4) altri beni

5) immobilizzazioni in corso e acconti

Totale

III - Immobilizzazioni finanziarie, con separata indicazione, per ciascuna voce dei crediti, degli importi esigibili entro l'esercizio successivo:

1) partecipazioni in:

a) imprese controllate

b) imprese collegate

c) imprese controllanti

d) altre imprese

2) crediti:

a) verso imprese controllate

b) verso imprese collegate

c) verso controllanti

d) verso altri

3) altri titoli

4) azioni proprie, con indicazione anche dal valore nominale complessivo

Totale

Totale immobilizzazioni (B)

C) Attivo circolante:

I - Rimanenze:

1) materie prime, sussidiarie e di consumo

2) prodotti in corso di lavorazione e semilavorati

3) lavori in corso su ordinazione

4) prodotti finiti e merci

5) acconti

II - Crediti, con separata indicazione, per ciascuna voce, degli importi esigibili oltre l'esercizio successivo:

1) verso clienti

2) verso imprese controllate

3) verso imprese collegate

4) verso controllanti

5) verso altri

Totale.

III - Attività finanziarie che non costituiscono immobilizzazioni:

1) partecipazioni in imprese controllate

2) partecipazioni in imprese collegate

3) partecipazioni in imprese controllanti

4) altre partecipazioni

5) azioni proprie, con indicazioni anche del valore nominale complessivo

6) altri titoli

Totale.

IV - Disponibilità liquide:

1) depositi bancari e postali

2) assegni

3) danaro e valori in cassa

Totale

Totale attivo circolante (C)

D) Ratei e risconti, con separata indicazione del disaggio su prestiti.

passivo:

A) Patrimonio netto:

I - Capitale

II - Riserva da sovrapprezzo delle azioni

III - Riserve di rivalutazione

IV - Riserva legale

V - Riserva per azioni proprie in portafoglio

VI - Riserve statutarie

VII - Altre riserve, distintamente indicate

VIII - Utili (perdite) portati a nuovo

IX - Utile (perdita) dell'esercizio

Totale

B) Fondi per rischi e oneri:

1) per trattamento di quiescenza e obblighi simili

2) per imposte

3) altri

Totale

C) Trattamento di fine rapporto di lavoro subordinato

D) Debiti, con separata indicazione, per ciascuna voce, degli importi esigibili oltre l'esercizio successivo:

1) obbligazioni

2) obbligazioni convertibili

3) debiti verso banche

4) debiti verso altri finanziatori

5) acconti

6) debiti verso fornitori

7) debiti rappresentati da titoli di credito

8) debiti verso imprese controllate

9) debiti verso imprese collegate

10) debiti verso controllanti

11) debiti tributari

12) debiti verso istituti di previdenza e di sicurezza sociale

13) altri debiti

Totale

E) Ratei e risconti, con separata indicazione dell'aggio su prestiti

-[2] Se un elemento dell'attivo o del passivo ricade sotto più voci dello schema, nella nota integrativa deve annotarsi, qualora ciò sia necessario ai fini della comprensione del bilancio, la sua appartenenza anche a voci diverse da quella nella quale è iscritto.

-[3] In calce allo stato patrimoniale devono risultare le garanzie prestate direttamente o indirettamente, distinguendosi fra fidejussioni, avalli, altre garanzie personali e garanzie reali, ed indicando separatamente, per ciascun tipo, le garanzie prestate a favore di imprese controllate e collegate, nonché di controllanti e di imprese sottoposte al controllo di queste ultime; devono inoltre risultare gli altri conti d'ordine.

Art. 2424-bis (1) Disposizioni relative a singole voci dello stato patrimoniale

-[1] Gli elementi patrimoniali destinati ad essere utilizzati durevolmente devono essere iscritti tra le immobilizzazioni.

-[2] Le partecipazioni in altre imprese in misura non inferiore a quelle stabilite dal terzo comma dell'articolo 2359 si presumono immobilizzazioni.

-[3] Gli accantonamenti per rischi ed oneri sono destinati soltanto a coprire perdite o debiti di natura determinata, di esistenza certa o probabile, dei quali tuttavia alla chiusura dell'esercizio sono indeterminati o l'ammontare o la data di sopravvenienza.

-[4] Nella voce: "trattamento di fine rapporto di lavoro subordinato" deve essere indicato l'importo calcolato a norma dell'articolo 2120.

-[5] Le attività oggetto di contratti di compravendita con obbligo di retrocessione a termine devono essere iscritte nello stato patrimoniale del venditore.

-[6] Nella voce ratei e risconti attivi devono essere iscritti i proventi di competenza dell'esercizio esigibili in esercizi successivi, e i costi sostenuti entro la chiusura dell'esercizio ma di competenza di esercizi successivi. Nella voce ratei e risconti passivi devono essere iscritti i costi di competenza dell'esercizio esigibili in esercizi successivi e i proventi percepiti entro la chiusura dell'esercizio ma di competenza di esercizi successivi. Possono essere iscritte in tali voci soltanto quote di costi e proventi, comuni a due o più esercizi, l'entità dei quali vari in ragione del tempo.

*(1) **In vigore dal 1/1/2004** - D.Lgs. 17 gennaio 2003, n. 6 (G.U. 22 gennaio 2003, suppl. ordinario n. 8)*

Nel quinto comma viene disposto che le attività oggetto di contratti di compravendita con l'obbligo di retrocessione a termine devono permanere nello stato patrimoniale del cedente.

In vigore fino al 31/12/2003:

-[1] Gli elementi patrimoniali destinati ad essere utilizzati durevolmente devono essere iscritti tra le immobilizzazioni.

-[2] Le partecipazioni in altre imprese in misura non inferiore a quelle stabilite dal terzo comma dell'art. 2359 si presumono immobilizzazioni.

-[3] Gli accantonamenti per rischi ed oneri sono destinati soltanto a coprire perdite o debiti di natura determinata, di esistenza certa o probabile, dei quali tuttavia alla chiusura dell'esercizio sono indeterminati o l'ammontare o la data di sopravvenienza.

-[4] Nella voce "trattamento di fine rapporto di lavoro subordinato" deve essere indicato l'importo calcolato a norma dell'art. 2120.

-[5] Nella voce ratei e risconti attivi devono essere iscritti i proventi di competenza dell'esercizio esigibili in esercizi successivi, e i costi sostenuti entro la chiusura dell'esercizio ma di competenza di esercizi successivi. Nella voce ratei e risconti passivi devono essere iscritti i costi di competenza dell'esercizio esigibili in esercizi successivi e i proventi percepiti entro la chiusura dell'esercizio ma di competenza di esercizi successivi. Possono essere iscritte in tali voci soltanto quote di costi e proventi, comuni a due o più esercizi, l'entità dei quali vari in ragione del tempo.

Art. 2425 (1) Contenuto del conto economico

-[1] Il conto economico deve essere redatto in conformità al seguente schema:

A) Valore della produzione:

- 1) ricavi delle vendite e delle prestazioni
- 2) variazioni delle rimanenze di prodotti in corso di lavorazione, semilavorati e finiti
- 3) variazioni dei lavori in corso su ordinazione
- 4) incrementi di immobilizzazioni per lavori interni
- 5) altri ricavi e proventi, con separata indicazione dei contributi in conto esercizio

Totale

B) Costi della produzione:

- 6) per materie prime, sussidiarie, di consumo e di merci
- 7) per servizi
- 8) per godimento di beni di terzi
- 9) per il personale:
 - a) salari e stipendi
 - b) oneri sociali
 - c) trattamento di fine rapporto
 - d) trattamento di quiescenza e simili
 - e) altri costi
- 10) ammortamenti e svalutazioni:
 - a) ammortamento delle immobilizzazioni immateriali
 - b) ammortamento delle immobilizzazioni materiali
 - c) altre svalutazioni delle immobilizzazioni
 - d) svalutazioni dei crediti compresi nell'attivo circolante e delle disponibilità liquide
- 11) variazioni delle rimanenze di materie prime, sussidiarie, di consumo e merci
- 12) accantonamenti per rischi
- 13) altri accantonamenti
- 14) oneri diversi di gestione

Totale

Differenza tra valore e costi della produzione (A - B)

C) Proventi e oneri finanziari:

- 15) proventi da partecipazioni, con separata indicazione di quelli relativi ad imprese controllate e collegate
- 16) altri proventi finanziari:
 - a) da crediti iscritti nelle immobilizzazioni, con separata indicazione di quelli da imprese controllate e collegate e di quelli da controllanti
 - b) da titoli iscritti nelle immobilizzazioni che non costituiscono partecipazioni
 - c) da titoli iscritti nell'attivo circolante che non costituiscono partecipazioni
 - d) proventi diversi dai precedenti, con separata indicazione di quelli da imprese controllate e collegate e di quelli da controllanti
- 17) interessi e altri oneri finanziari, con separata indicazione di quelli verso imprese controllate e collegate e verso controllanti
- 17-bis) utili e perdite su cambi. Totale (15 + 16 - 17+ - 17 bis)

D) Rettifiche di valore di attività finanziarie:

- 18) rivalutazioni:
 - a) di partecipazioni
 - b) di immobilizzazioni finanziarie che non costituiscono partecipazioni
 - c) di titoli iscritti all'attivo circolante che non costituiscono partecipazioni;
- 19) svalutazioni:
 - a) di partecipazioni
 - b) di immobilizzazioni finanziarie che non costituiscono partecipazioni

c) di titoli iscritti nell'attivo circolante che non costituiscono partecipazioni
 Totale delle rettifiche (18 - 19)
 E) Proventi e oneri straordinari:
 20) proventi, con separata indicazione delle plusvalenze da alienazioni i cui ricavi non sono iscrivibili al n. 5)
 21) oneri, con separata indicazione delle minusvalenze da alienazioni, i cui effetti contabili non sono iscrivibili al n. 14), e delle imposte relative a esercizi precedenti
 Totale delle partite straordinarie (20-21)
 Risultato prima delle imposte (A - B + - C + - D + - E)
 22) imposte sul reddito dell'esercizio, correnti, differite e anticipate
 23) utile (perdite) dell'esercizio

(1) *Articolo sostanzialmente non modificato D.Lgs. 17 gennaio 2003, n. 6 (G.U. 22 gennaio 2003, suppl. ordinario n. 8)*

E' stato aggiunto 17 bis) utili e perdite su cambi e al punto 22 modificato come segue: imposte sul reddito dell'esercizio, correnti, differite e anticipate.

Art. 2425-bis (1) Iscrizione dei ricavi, proventi, costi ed oneri

-[1] I ricavi e i proventi, i costi e gli oneri devono essere indicati al netto dei resi, degli sconti, abbuoni e premi, nonché delle imposte direttamente connesse con la vendita dei prodotti e la prestazione dei servizi.

-[2] I ricavi e i proventi, i costi e gli oneri relativi ad operazioni in valuta devono essere determinati al cambio corrente alla data nella quale la relativa operazione è compiuta.

-[3] I proventi e gli oneri relativi ad operazioni di compravendita con obbligo di retrocessione a termine, ivi compresa la differenza tra prezzo a termine e prezzo a pronti, devono essere iscritti per le quote di competenza dell'esercizio.

-[4] Le plusvalenze derivanti da operazioni di compravendita con locazione finanziaria al venditore sono ripartite in funzione della durata del contratto di locazione. (2)

(1) **In vigore dal 1/1/2004** - *D.Lgs. 17 gennaio 2003, n. 6 (G.U. 22 gennaio 2003, suppl. ordinario n. 8)*

(2) *Comma aggiunto con d. lgs n. 310/2004*

In vigore fino al 31/12/2003:

- *I ricavi e i proventi, i costi e gli oneri devono essere indicati al netto dei resi, degli sconti, abbuoni e premi, nonché delle imposte direttamente connesse con la vendita dei prodotti e la prestazione dei servizi.*

Art. 2426(1) Criteri di valutazioni

- Nelle valutazioni devono essere osservati i seguenti criteri: (2)

1) le immobilizzazioni sono iscritte al costo di acquisto o di produzione. Nel costo di acquisto si computano anche i costi accessori. Il costo di produzione comprende tutti i costi direttamente imputabili al prodotto. Può comprendere anche altri costi, per la quota ragionevolmente imputabile al prodotto, relativi al periodo di fabbricazione e fino al momento dal quale il bene può essere utilizzato; con gli stessi criteri possono essere aggiunti gli oneri relativi al finanziamento della fabbricazione, interna o presso terzi;

2) il costo delle immobilizzazioni, materiali e immateriali, la cui utilizzazione è limitata nel tempo deve essere sistematicamente ammortizzato in ogni esercizio in relazione con la loro residua possibilità di utilizzazione. Eventuali modifiche dei criteri di ammortamento e dei coefficienti applicati devono essere motivate nella nota integrativa;

3) l'immobilizzazione che, alla data della chiusura dell'esercizio, risulti durevolmente di valore inferiore a quello determinato secondo i numeri 1) e 2) deve essere iscritta a tale

minore valore; questo non può essere mantenuto nei successivi bilanci se sono venuti meno i motivi della rettifica effettuata.

Per le immobilizzazioni consistenti in partecipazioni in imprese controllate o collegate che risultino iscritte per un valore superiore a quello derivante dall'applicazione del criterio di valutazione previsto dal successivo numero 4) o, se non vi sia obbligo di redigere il bilancio consolidato, al valore corrispondente alla frazione di patrimonio netto risultante dall'ultimo bilancio dell'impresa partecipata, la differenza dovrà essere motivata nella nota integrativa;

4) le immobilizzazioni consistenti in partecipazioni in imprese controllate o collegate possono essere valutate, con riferimento ad una o più tra dette imprese, anziché secondo il criterio indicato al numero 1), per un importo pari alla corrispondente frazione del patrimonio netto risultante dall'ultimo bilancio delle imprese medesime, detratti i dividendi ed operate le rettifiche richieste dai principi di redazione del bilancio consolidato nonché quelle necessarie per il rispetto dei principi indicati negli articoli 2423 e 2423-bis. Quando la partecipazione è iscritta per la prima volta in base al metodo del patrimonio netto, il costo di acquisto superiore al valore corrispondente del patrimonio netto risultante dall'ultimo bilancio dell'impresa controllata o collegata può essere iscritto nell'attivo, purché ne siano indicate le ragioni nella nota integrativa. La differenza, per la parte attribuibile a beni ammortizzabili o all'avviamento, deve essere ammortizzata. Negli esercizi successivi le plusvalenze, derivanti dall'applicazione del metodo del patrimonio netto, rispetto al valore indicato nel bilancio dell'esercizio precedente sono iscritte in una riserva non distribuibile;

5) i costi di impianto e di ampliamento, i costi di ricerca, di sviluppo e di pubblicità aventi utilità pluriennale possono essere iscritti nell'attivo con il consenso, ove esistente, del collegio sindacale e devono essere ammortizzati entro un periodo non superiore a cinque anni. Fino a che l'ammortamento non è completato possono essere distribuiti dividendi solo se residuano riserve disponibili sufficienti a coprire l'ammontare dei costi non ammortizzati; (3)

6) l'avviamento può essere iscritto nell'attivo con il consenso, ove esistente, del collegio sindacale, se acquisito a titolo oneroso, nei limiti del costo per esso sostenuto e deve essere ammortizzato entro un periodo di cinque anni.

E' tuttavia consentito ammortizzare sistematicamente l'avviamento in un periodo limitato di durata superiore, purché esso non superi la durata per l'utilizzazione di questo attivo e ne sia data adeguata motivazione nella nota integrativa; (3)

7) il disaggio su prestiti deve essere iscritto nell'attivo e ammortizzato in ogni esercizio per il periodo di durata del prestito;

8) i crediti devono essere iscritti secondo il valore presumibile di realizzazione;

8-bis) le attività e le passività in valuta, ad eccezione delle immobilizzazioni, devono essere iscritte al tasso di cambio a pronti alla data di chiusura dell'esercizio ed i relativi utili e perdite su cambi devono essere imputati al conto economico e l'eventuale utile netto deve essere accantonato in apposita riserva non distribuibile fino al realizzo. Le immobilizzazioni materiali, immateriali e quelle finanziarie, costituite da partecipazioni, rilevate al costo, in valuta devono essere iscritte al tasso di cambio al momento del loro acquisto o a quello inferiore alla data di chiusura dell'esercizio se la riduzione debba giudicarsi durevole; (4)

9) le rimanenze, i titoli e le attività finanziarie che non costituiscono immobilizzazioni sono iscritti al costo di acquisto o di produzione, calcolato secondo il numero 1), ovvero al valore di realizzazione desumibile dall'andamento del mercato, se minore; tale minor valore non può essere mantenuto nei successivi bilanci se ne sono venuti meno i motivi. I costi di distribuzione non possono essere computati nel costo di produzione;

10) il costo dei beni fungibili può essere calcolato col metodo della media ponderata o con quelli: "primo entrato, primo uscito o: "ultimo entrato, primo uscito ; se il valore così ottenuto differisce in misura apprezzabile dai costi correnti alla chiusura dell'esercizio, la differenza deve essere indicata, per categoria di beni, nella nota integrativa;

11) i lavori in corso su ordinazione possono essere iscritti sulla base dei corrispettivi contrattuali maturati con ragionevole certezza;

12) le attrezzature industriali e commerciali, le materie prime, sussidiarie e di consumo, possono essere iscritte nell'attivo ad un valore costante qualora siano costantemente rinnovate, e complessivamente di scarsa importanza in rapporto all'attivo di bilancio, sempreché non si abbiano variazioni sensibili nella loro entità, valore e composizione.

(1) **In vigore dal 1/1/2004** - D.Lgs. 17 gennaio 2003, n. 6 (G.U. 22 gennaio 2003, suppl. ordinario n. 8)

(2) *Per i giudizi sui bilanci da parte della società di revisione nelle società quotate v. art. 156, d.lg. 24 febbraio 1998, n. 58.*

(3) *Il numero non si applica al collegio sindacale delle società con azioni quotate: art. 154.1, d.lg. 24 febbraio 1998, n. 58.*

(4) *Le parole «materiali, immateriali e quelle finanziarie, costituite da partecipazioni, rilevate al costo» sono state inserite dall'art. 17, d.lg. 28 dicembre 2004, n. 310.*

E' stata soppressa la previsione che consentiva di effettuare rettifiche di valore esclusivamente in applicazione di norme tributarie; peraltro l'art. 43, c.1 punto 10 della IV Direttiva prescrive che la Nota Integrativa deve contenere la proporzione in cui il calcolo dell'utile o della perdita d'esercizio è stato influenzato da una valutazione effettuata in deroga alle regole di valutazione durante l'esercizio o nel corso di un esercizio precedente, anche per poter ottenere sgravi fiscali. L'eliminazione di qualsiasi interferenza di norme fiscali sul conto economico consente di ottemperare alla Direttiva senza necessità di indicare alcunché nella Nota Integrativa.

Le attività e passività in valuta già iscritte ai cambi della data di effettuazione dell'operazione, devono essere valutate al cambio in vigore alla data di chiusura dell'esercizio imputando la variazione al Conto Economico. Per le attività immobilizzate, stante la loro natura, è fatto obbligo di mantenere il cambio "storico" cioè quello corrente alla data di effettuazione dell'operazione. L'eventuale differenziale positivo su cambi non può essere distribuito fino a quando non sarà realizzato con l'estinzione dell'attività o passività che l'ha generato.

In vigore fino al 31/12/2003:

-[1] Nelle valutazioni devono essere osservati i seguenti criteri:

1) *le immobilizzazioni sono iscritte al costo di acquisto o di produzione. Nel costo di acquisto si computano anche i costi accessori. Il costo di produzione comprende tutti i costi direttamente imputabili al prodotto. Può comprendere anche altri costi, per la quota ragionevolmente imputabile al prodotto, relativi al periodo di fabbricazione e fino al momento dal quale il bene può essere utilizzato; con gli stessi criteri possono essere aggiunti gli oneri relativi al finanziamento della fabbricazione, interna o presso terzi;*

2) *il costo delle immobilizzazioni, materiali e immateriali, la cui utilizzazione è limitata nel tempo deve essere sistematicamente ammortizzato in ogni esercizio in relazione con la loro residua possibilità di utilizzazione. Eventuali modifiche dei criteri di ammortamento e dei coefficienti applicati devono essere motivate nella nota integrativa;*

3) *l'immobilizzazione che, alla data della chiusura dell'esercizio, risulti durevolmente di valore inferiore a quello determinato secondo i numeri 1) e 2) deve essere iscritta a tale minore valore; questo non può essere mantenuto nei successivi bilanci se sono venuti meno i motivi della rettifica effettuata; Per le immobilizzazioni consistenti in partecipazioni in imprese controllate o collegate che risultino iscritte per un valore superiore a quello derivante dall'applicazione del criterio di valutazione previsto dal successivo n. 4) o, se non vi sia obbligo di redigere il bilancio consolidato, al valore corrispondente alla frazione di patrimonio netto risultante dall'ultimo bilancio dell'impresa partecipata, la differenza dovrà essere motivata nella nota integrativa;*

4) *le immobilizzazioni consistenti in partecipazioni in imprese controllate o collegate possono essere valutate, con riferimento ad una o più tra dette imprese, anziché secondo il criterio indicato al n. 1), per un importo pari alla corrispondente frazione del patrimonio netto risultante dall'ultimo bilancio delle imprese medesime, detratti i dividendi ed operate le rettifiche richieste dai principi di redazione del bilancio consolidato nonché quelle necessarie per il rispetto dei principi indicati negli articoli 2423 e 2423 bis. Quando la partecipazione è iscritta per la prima volta in base al metodo del patrimonio netto, il costo di acquisto superiore al valore*

corrispondente del patrimonio netto risultante dall'ultimo bilancio dell'impresa controllata o collegata può essere iscritto nell'attivo, purché ne siano indicate le ragioni nella nota integrativa. La differenza, per la parte attribuibile a beni ammortizzabili o all'avviamento, deve essere ammortizzata. Negli esercizi successivi le plusvalenze, derivanti dall'applicazione del metodo del patrimonio netto, rispetto al valore indicato nel bilancio dell'esercizio precedente sono iscritte in una riserva non distribuibile;

5) i costi di impianto e di ampliamento, i costi di ricerca, di sviluppo e di pubblicità aventi utilità pluriennale possono essere iscritti nell'attivo con il consenso del collegio sindacale e devono essere ammortizzati entro un periodo non superiore a cinque anni. Fino a che l'ammortamento non è completato possono essere distribuiti dividendi solo se residuano riserve disponibili sufficienti a coprire l'ammontare dei costi non ammortizzati;

6) l'avviamento può essere iscritto nell'attivo con il consenso del collegio sindacale, se acquisito a titolo oneroso, nei limiti del costo per esso sostenuto e deve essere ammortizzato entro un periodo di cinque anni. È tuttavia consentito ammortizzare sistematicamente l'avviamento in un periodo limitato di durata superiore, purché esso non superi la durata per l'utilizzazione di questo attivo e ne sia data adeguata motivazione nella nota integrativa;

7) il disaggio su prestiti deve essere iscritto nell'attivo e ammortizzato in ogni esercizio per il periodo di durata del prestito;

8) i crediti devono essere iscritti secondo il valore presumibile di realizzazione;

9) le rimanenze, i titoli e le attività finanziarie che non costituiscono immobilizzazioni sono iscritti al costo di acquisto o di produzione, calcolato secondo il n. 1), ovvero al valore di realizzazione desumibile dall'andamento del mercato, se minore; tale minor valore non può essere mantenuto nei successivi bilanci se ne sono venuti meno i motivi. I costi di distribuzione non possono essere computati nel costo di produzione;

10) il costo dei beni fungibili può essere calcolato col metodo della media ponderata o con quelli "primo entrato, primo uscito" o "ultimo entrato, primo uscito"; se il valore così ottenuto differisce in misura apprezzabile dai costi correnti alla chiusura dell'esercizio, la differenza deve essere indicata, per categoria di beni, nella nota integrativa;

11) i lavori in corso su ordinazione possono essere iscritti sulla base dei corrispettivi contrattuali maturati con ragionevole certezza;

12) le attrezzature industriali e commerciali, le materie prime, sussidiarie e di consumo, possono essere iscritte nell'attivo ad un valore costante qualora siano costantemente rinnovate, e complessivamente di scarsa importanza in rapporto all'attivo di bilancio, sempreché non si abbiano variazioni sensibili nella loro entità, valore e composizione.

-[2] È consentito effettuare rettifiche di valore e accantonamenti esclusivamente in applicazione di norme tributarie

Art. 2427 (1) Contenuto della nota integrativa

-[1] La nota integrativa deve indicare, oltre a quanto stabilito da altre disposizioni:

1) i criteri applicati nella valutazione delle voci del bilancio, nelle rettifiche di valore e nella conversione dei valori non espressi all'origine in moneta avente corso legale nello Stato;

2) i movimenti delle immobilizzazioni, specificando per ciascuna voce: il costo; le precedenti rivalutazioni, ammortamenti e svalutazioni; le acquisizioni, gli spostamenti da una ad altra voce, le alienazioni avvenuti nell'esercizio; le rivalutazioni, gli ammortamenti e le svalutazioni effettuati nell'esercizio; il totale delle rivalutazioni riguardanti le immobilizzazioni esistenti alla chiusura dell'esercizio;

3) la composizione delle voci: "costi di impianto e di ampliamento e: "costi di ricerca, di sviluppo e di pubblicità, nonché le ragioni della iscrizione ed i rispettivi criteri di ammortamento;

3-bis) la misura e le motivazioni delle riduzioni di valore applicate alle immobilizzazioni materiali e immateriali, (2) [di durata indeterminata] (3) facendo a tal fine esplicito riferimento al loro concorso alla futura produzione di risultati economici, alla loro prevedibile durata utile e, per quanto rilevante, (4) al loro valore di mercato, segnalando altresì le differenze rispetto a quelle operate negli esercizi precedenti ed evidenziando la loro influenza sui risultati economici dell'esercizio [e sugli indicatori di redditività di cui sia stata data comunicazione] (5);

- 4) le variazioni intervenute nella consistenza delle altre voci dell'attivo e del passivo; in particolare, per le voci del patrimonio netto, per i fondi e per il trattamento di fine rapporto, la formazione e le utilizzazioni;
- 5) l'elenco delle partecipazioni, possedute direttamente o per tramite di società fiduciaria o per interposta persona, in imprese controllate e collegate, indicando per ciascuna la denominazione, la sede, il capitale, l'importo del patrimonio netto, l'utile o la perdita dell'ultimo esercizio, la quota posseduta e il valore attribuito in bilancio o il corrispondente credito;
- 6) distintamente per ciascuna voce, l'ammontare dei crediti e dei debiti di durata residua superiore a cinque anni, e dei debiti assistiti da garanzie reali su beni sociali, con specifica indicazione della natura delle garanzie e con specifica ripartizione secondo le aree geografiche;
- 6-bis) eventuali effetti significativi delle variazioni nei cambi valutari verificatesi successivamente alla chiusura dell'esercizio;
- 6-ter) distintamente per ciascuna voce, l'ammontare dei crediti e dei debiti relativi ad operazioni che prevedono l'obbligo per l'acquirente di retrocessione a termine;
- 7) la composizione delle voci "ratei e risconti attivi e "ratei e risconti passivi e della voce "altri fondi dello stato patrimoniale, quando il loro ammontare sia apprezzabile, nonché la composizione della voce "altre riserve ;
- 7-bis) le voci di patrimonio netto devono essere analiticamente indicate, con specificazione in appositi prospetti della loro origine, possibilità di utilizzazione e distribuibilità, nonché della loro avvenuta utilizzazione nei precedenti esercizi;
- 8) l'ammontare degli oneri finanziari imputati nell'esercizio ai valori iscritti nell'attivo dello stato patrimoniale, distintamente per ogni voce;
- 9) gli impegni non risultanti dallo stato patrimoniale; le notizie sulla composizione e natura di tali impegni e dei conti d'ordine, la cui conoscenza sia utile per valutare la situazione patrimoniale e finanziaria della società, specificando quelli relativi a imprese controllate, collegate, controllanti e a imprese sottoposte al controllo di queste ultime;
- 10) se significativa, la ripartizione dei ricavi delle vendite e delle prestazioni secondo categorie di attività e secondo aree geografiche;
- 11) l'ammontare dei proventi da partecipazioni, indicati nell'articolo 2425, numero 15), diversi dai dividendi;
- 12) la suddivisione degli interessi ed altri oneri finanziari, indicati nell'articolo 2425, n. 17), relativi a prestiti obbligazionari, a debiti verso banche, e altri;
- 13) la composizione delle voci: "proventi straordinari e: "oneri straordinari del conto economico, quando il loro ammontare sia apprezzabile;
- 14) un apposito prospetto contenente:
- a) la descrizione delle differenze temporanee che hanno comportato la rilevazione di imposte differite e anticipate, specificando l'aliquota applicata e le variazioni rispetto all'esercizio precedente, gli importi accreditati o addebitati a conto economico oppure a patrimonio netto, le voci escluse dal computo e le relative motivazioni;
- b) l'ammontare delle imposte anticipate contabilizzato in bilancio attinenti a perdite dell'esercizio o di esercizi precedenti e le motivazioni dell'iscrizione, l'ammontare non ancora contabilizzato e le motivazioni della mancata iscrizione;
- 15) il numero medio dei dipendenti, ripartito per categoria;
- 16) l'ammontare dei compensi spettanti agli amministratori ed ai sindaci, cumulativamente per ciascuna categoria;

- 17) il numero e il valore nominale di ciascuna categoria di azioni della società e il numero e il valore nominale delle nuove azioni della società sottoscritte durante l'esercizio;
- 18) le azioni di godimento, le obbligazioni convertibili in azioni e i titoli o valori simili emessi dalla società, specificando il loro numero e i diritti che essi attribuiscono;
- 19) il numero e le caratteristiche degli altri strumenti finanziari emessi dalla società, con l'indicazione dei diritti patrimoniali e partecipativi che conferiscono e delle principali caratteristiche delle operazioni relative;
- 19-bis) i finanziamenti effettuati dai soci alla società, ripartiti per scadenze e con la separata indicazione di quelli con clausola di postergazione rispetto agli altri creditori;
- 20) i dati richiesti dal terzo comma dell'articolo 2447-septies con riferimento ai patrimoni destinati ad uno specifico affare ai sensi della lettera a) del primo comma dell'articolo 2447-bis;
- 21) i dati richiesti dall'articolo 2447-decies, ottavo comma;
- 22) le operazioni di locazione finanziaria che comportano il trasferimento al locatario della parte prevalente dei rischi e dei benefici inerenti ai beni che ne costituiscono oggetto, sulla base di un apposito prospetto dal quale risulti il valore attuale delle rate di canone non scadute quale determinato utilizzando tassi di interesse pari all'onere finanziario effettivo inerenti i singoli contratti, l'onere finanziario effettivo attribuibile ad essi e riferibile all'esercizio, l'ammontare complessivo al quale i beni oggetto di locazione sarebbero stati iscritti alla data di chiusura dell'esercizio qualora fossero stati considerati immobilizzazioni, con separata indicazione di ammortamenti, rettifiche e riprese di valore che sarebbero stati inerenti all'esercizio.

(1) **In vigore dal 1/1/2004** - D.Lgs. 17 gennaio 2003, n. 6 (G.U. 22 gennaio 2003, suppl. ordinario n. 8)

(2) Le parole «materiali e» sono state inserite dall'art. 18.1, lett. a, d.lg. 28 dicembre 2004, n. 310.

(3) Le parole «di durata indeterminata» sono state soppresse dall'art. 18.1, lett. b, d.lg. 28 dicembre 2004, n. 310.

(4) La parola «rilevante» è stata sostituita alla precedente «determinabile» per effetto dell'art. 18.1, lett. c, d.lg. 28 dicembre 2004, n. 310.

(5) Le parole «e sugli indicatori di redditività di cui sia stata data comunicazione» sono state soppresse dall'art. 18.1, lett. d, d.lg. 28 dicembre 2004, n. 310.

In vigore fino al 31/12/2003:

- La nota integrativa deve indicare, oltre a quanto stabilito da altre disposizioni:

- 1) i criteri applicati nella valutazione delle voci del bilancio, nelle rettifiche di valore e nella conversione dei valori non espressi all'origine in moneta avente corso legale nello Stato;
- 2) i movimenti delle immobilizzazioni, specificando per ciascuna voce: il costo; le precedenti rivalutazioni, ammortamenti e svalutazioni; le acquisizioni, gli spostamenti da una ad altra voce, le alienazioni avvenuti nell'esercizio; le rivalutazioni, gli ammortamenti e le svalutazioni effettuati nell'esercizio; il totale delle rivalutazioni riguardanti le immobilizzazioni esistenti alla chiusura dell'esercizio;
- 3) la composizione delle voci "costi di impianto e di ampliamento" e "costi di ricerca, di sviluppo e di pubblicità", nonché le ragioni della iscrizione ed i rispettivi criteri di ammortamento;
- 4) le variazioni intervenute nella consistenza delle altre voci dell'attivo e del passivo; in particolare, per i fondi e per il trattamento di fine rapporto, le utilizzazioni e gli accantonamenti;
- 5) l'elenco delle partecipazioni, possedute direttamente o per tramite di società fiduciaria o per interposta persona, in imprese controllate e collegate, indicando per ciascuna la denominazione, la sede, il capitale, l'importo del patrimonio netto, l'utile o la perdita dell'ultimo esercizio, la quota posseduta e il valore attribuito in bilancio o il corrispondente credito;
- 6) distintamente per ciascuna voce, l'ammontare dei crediti e dei debiti di durata residua superiore a cinque anni, e dei debiti assistiti da garanzie reali su beni sociali, con specifica indicazione della natura delle garanzie;

7) la composizione delle voci "ratei e risconti attivi" e "ratei e risconti passivi" e della voce "altri fondi" dello stato patrimoniale, quando il loro ammontare sia apprezzabile, nonché la composizione della voce "altre riserve".

8) l'ammontare degli oneri finanziari imputati nell'esercizio ai valori iscritti nell'attivo dello stato patrimoniale, distintamente per ogni voce;

9) gli impegni non risultanti dallo stato patrimoniale; le notizie sulla composizione e natura di tali impegni e dei conti d'ordine, la cui conoscenza sia utile per valutare la situazione patrimoniale e finanziaria della società, specificando quelli relativi a imprese controllate, collegate, controllanti e a imprese sottoposte al controllo di queste ultime;

10) se significativa, la ripartizione dei ricavi delle vendite e delle prestazioni secondo categorie di attività e secondo aree geografiche;

11) l'ammontare dei proventi da partecipazioni, indicati nell'art. 2425, n. 15), diversi dai dividendi;

12) la suddivisione degli interessi ed altri oneri finanziari, indicati nell'art. 2425, n. 17), relativi a prestiti obbligazionari, a debiti verso banche, e altri;

13) la composizione delle voci "proventi straordinari" e "oneri straordinari" del conto economico, quando il loro ammontare sia apprezzabile;

14) i motivi delle rettifiche di valore e degli accantonamenti eseguiti esclusivamente in applicazione di norme tributarie ed i relativi importi, appositamente evidenziati rispetto all'ammontare complessivo delle rettifiche e degli accantonamenti risultanti dalle apposite voci del conto economico;

15) il numero medio dei dipendenti, ripartito per categoria;

16) l'ammontare dei compensi spettanti agli amministratori ed ai sindaci, cumulativamente per ciascuna categoria;

17) il numero e il valore nominale di ciascuna categoria di azioni della società e il numero e il valore nominale delle nuove azioni della società sottoscritte durante l'esercizio;

18) le azioni di godimento, le obbligazioni convertibili in azioni e i titoli o valori simili emessi dalla società, specificando il loro numero e i diritti che essi attribuiscono.

Art. 2427-bis. Informazioni relative al valore equo «fair value» degli strumenti finanziari.

-[1] Nella nota integrativa sono indicati:

1) per ciascuna categoria di strumenti finanziari derivati:

a) il loro fair value ;

b) informazioni sulla loro entità e sulla loro natura;

2) per le immobilizzazioni finanziarie iscritte a un valore superiore al loro fair value, con esclusione delle partecipazioni in società controllate e collegate ai sensi dell'art. 2359 e delle partecipazioni in joint venture :

a) il valore contabile e il fair value delle singole attività, o di appropriati raggruppamenti di tali attività;

b) i motivi per i quali il valore contabile non è stato ridotto, inclusa la natura degli elementi sostanziali sui quali si basa il convincimento che tale valore possa essere recuperato.

-[2] Ai fini dell'applicazione delle disposizioni del comma 1, sono considerati strumenti finanziari derivati anche quelli collegati a merci che conferiscono all'una o all'altra parte contraente il diritto di procedere alla liquidazione del contratto per contanti o mediante altri strumenti finanziari, ad eccezione del caso in cui si verifichino contemporaneamente le seguenti condizioni:

a) il contratto sia stato concluso e sia mantenuto per soddisfare le esigenze previste dalla società che redige il bilancio di acquisto, di vendita o di utilizzo delle merci;

b) il contratto sia stato destinato a tale scopo fin dalla sua conclusione;

c) si prevede che il contratto sia eseguito mediante consegna della merce.

-[3] Il fair value è determinato con riferimento:

a) al valore di mercato, per gli strumenti finanziari per i quali è possibile individuare facilmente un mercato attivo; qualora il valore di mercato non sia facilmente individuabile

per uno strumento, ma possa essere individuato per i suoi componenti o per uno strumento analogo, il valore di mercato può essere derivato da quello dei componenti o dello strumento analogo;

b) al valore che risulta da modelli e tecniche di valutazione generalmente accettati, per gli strumenti per i quali non sia possibile individuare facilmente un mercato attivo; tali modelli e tecniche di valutazione devono assicurare una ragionevole approssimazione al valore di mercato.

-[4] Il fair value non è determinato se l'applicazione dei criteri indicati al comma precedente non dà un risultato attendibile.

-[5]. Ai fini dell'applicazione del presente articolo e dell'art. 2428, comma 2, n. 6-bis) per la definizione di strumento finanziario, di strumento finanziario derivato, di fair value e di modello e tecnica di valutazione generalmente accettato, si fa riferimento ai principi contabili riconosciuti in ambito internazionale e compatibili con la disciplina in materia dell'Unione europea (1).

(1) Articolo inserito dall'art. 1, d.lg. 30 dicembre 2003, n. 394, di cui v. art. 8: «Le disposizioni del presente decreto entrano in vigore dal 1° gennaio 2005».

Art. 2428 Relazione sulla gestione

-[1] Il bilancio deve essere corredato da una relazione degli amministratori contenente un'analisi fedele, equilibrata ed esauriente della situazione della società e dell'andamento e del risultato della gestione, nel suo complesso e nei vari settori in cui essa ha operato, anche attraverso imprese controllate, con particolare riguardo ai costi, ai ricavi e agli investimenti, nonché una descrizione dei principali rischi e incertezze sui la società è esposta.

L'analisi di cui al comma 1 è coerente con l'entità e la complessità degli affari della società e contiene, nella misura necessaria alla comprensione della situazione della società e dell'andamento e del risultato della sua gestione, gli indicatori di risultato finanziario e, se del caso, quelli non finanziari pertinenti all'attività specifica della società, comprese le informazioni attinenti all'ambiente e al personale. L'analisi contiene, ove opportuno, riferimento agli importi riportati nel bilancio e chiarimenti aggiuntivi. (1)

-[2] Dalla relazione devono in ogni caso risultare:

1) le attività di ricerca e di sviluppo;

2) i rapporti con imprese controllate, collegate, controllanti e imprese sottoposte al controllo di queste ultime;

3) il numero e il valore nominale sia delle azioni proprie sia delle azioni o quote di società controllanti possedute dalla società, anche per tramite di società fiduciaria o per interposta persona, con l'indicazione della parte di capitale corrispondente;

4) il numero e il valore nominale sia delle azioni proprie sia delle azioni o quote di società controllanti acquistate o alienate dalla società, nel corso dell'esercizio, anche per tramite di società fiduciaria o per interposta persona, con l'indicazione della corrispondente parte di capitale, dei corrispettivi e dei motivi degli acquisti e delle alienazioni;

5) i fatti di rilievo avvenuti dopo la chiusura dell'esercizio;

6) l'evoluzione prevedibile della gestione.

6-bis) in relazione all'uso da parte della società di strumenti finanziari e se rilevanti per la valutazione della situazione patrimoniale e finanziaria e del risultato economico dell'esercizio:

a) gli obiettivi e le politiche della società in materia di gestione del rischio finanziario, compresa la politica di copertura per ciascuna principale categoria di operazioni previste;
b) l'esposizione della società al rischio di prezzo, al rischio di credito, al rischio di liquidità e al rischio di variazione dei flussi finanziari (2).

-[3] Entro tre mesi dalla fine del primo semestre dell'esercizio gli amministratori delle società con azioni quotate in mercati regolamentati devono trasmettere al collegio sindacale una relazione sull'andamento della gestione, redatta secondo i criteri stabiliti dalla Commissione nazionale per le società e la borsa con regolamento pubblicato nella Gazzetta Ufficiale della Repubblica italiana. La relazione deve essere pubblicata nei modi e nei termini stabiliti dalla Commissione stessa con il regolamento anzidetto.

-[4] Dalla relazione deve inoltre risultare l'elenco delle sedi secondarie della società. (3)

(1) Articolo modificato dal D.Lgs. 32/2007, art. 1.

(2) Le parole «e dal n. 1 del comma 1 dell'art. 2427-bis» sono state inserite dall'art. 2, d.lg. 30 dicembre 2003, n. 394, di cui v. art. 8: «Le disposizioni del presente decreto entrano in vigore dal 1° gennaio 2005».

(3) Per il regolamento v. deliberazione Consob 6 aprile 2000, n. 12475, in suppl. ord. G.U., 8 maggio 2000, n. 105.

Art. 2429 (1) Relazione dei sindaci e deposito del bilancio

-[1] Il bilancio deve essere comunicato dagli amministratori al collegio sindacale, con la relazione, almeno trenta giorni prima di quello fissato per l'assemblea che deve discuterlo.

-[2] Il collegio sindacale deve riferire all'assemblea sui risultati dell'esercizio sociale e sull'attività svolta nell'adempimento dei propri doveri, e fare le osservazioni e le proposte in ordine al bilancio e alla sua approvazione, con particolare riferimento all'esercizio della deroga di cui all'articolo 2423, quarto comma. Analoga relazione è predisposta dal soggetto incaricato del controllo contabile. (2)

-[3] Il bilancio, con le copie integrali dell'ultimo bilancio delle società controllate e un prospetto riepilogativo dei dati essenziali dell'ultimo bilancio delle società collegate, deve restare depositato in copia nella sede della società, insieme con le relazioni degli amministratori, dei sindaci e del soggetto incaricato del controllo contabile, durante i quindici giorni che precedono l'assemblea, e finché sia approvato. I soci possono prenderne visione.

-[4] Il deposito delle copie dell'ultimo bilancio delle società controllate prescritto dal comma precedente può essere sostituito, per quelle incluse nel consolidamento, dal deposito di un prospetto riepilogativo dei dati essenziali dell'ultimo bilancio delle medesime.

(1) **In vigore dal 1/1/2004** - D.Lgs. 17 gennaio 2003, n. 6 (G.U. 22 gennaio 2003, suppl. ordinario n. 8)

(2) Il comma non si applica al collegio sindacale delle società con azioni quotate: v. art. 154.1, d.lg. 24 febbraio 1998, n. 58.

In vigore fino al 31/12/2003:

-[1] Il bilancio deve essere comunicato dagli amministratori al collegio sindacale, con la relazione, almeno trenta giorni prima di quello fissato per l'assemblea che deve discuterlo.

-[2] Il collegio sindacale deve riferire all'assemblea sui risultati dell'esercizio sociale e sulla tenuta della contabilità, e fare le osservazioni e le proposte in ordine al bilancio e alla sua approvazione, con particolare riferimento all'esercizio della deroga di cui all'art. 2423, comma 4.

-[3] Il bilancio, con le copie integrali dell'ultimo bilancio delle società controllate e un prospetto riepilogativo dei dati essenziali dell'ultimo bilancio delle società collegate, deve restare depositato in copia nella sede della società, insieme con le relazioni degli amministratori e dei sindaci, durante i quindici giorni che precedono l'assemblea, e finché sia approvato. I soci possono prenderne visione.

-[4] Il deposito delle copie dell'ultimo bilancio delle società controllate prescritto dal comma precedente può essere sostituito, per quelle incluse nel consolidamento, dal deposito di un prospetto riepilogativo dei dati essenziali dell'ultimo bilancio delle medesime.

Art. 2430 (1) Riserva legale

-[1] Dagli utili netti annuali deve essere dedotta una somma corrispondente almeno alla ventesima parte di essi per costituire una riserva, fino a che questa non abbia raggiunto il quinto del capitale sociale.

-[2] La riserva deve essere reintegrata a norma del comma precedente se viene diminuita per qualsiasi ragione.

-[3] Sono salve le disposizioni delle leggi speciali. (2)

(1) Articolo non modificato con D.Lgs. 17 gennaio 2003, n. 6 (G.U. 22 gennaio 2003, suppl. ordinario n. 8)

(2) Per le imprese di assicurazione, v. artt. 59-60, d.p.r. 13 febbraio 1959, n. 449 e art. 91, l. 22 ottobre 1986, n. 742.

Art. 2431 (1) Soprapprezzo delle azioni

- Le somme percepite dalla società per l'emissione di azioni ad un prezzo superiore al loro valore nominale, ivi comprese quelle derivate dalla conversione di obbligazioni, non possono essere distribuite fino a che la riserva legale non abbia raggiunto il limite stabilito dall'articolo 2430.

*(1) **In vigore dal 1/1/2004** - D.Lgs. 17 gennaio 2003, n. 6 (G.U. 22 gennaio 2003, suppl. ordinario n. 8)*

A completamento delle prescrizioni in tema di patrimonio, l'art. 2431 è stato integrato specificando che anche le maggior somme percepite nell'ambito della conversione di obbligazioni non possono essere distribuite fino a quando la riserva legale non ha raggiunto i limiti di cui all'art. 2430 c.c.

In vigore fino al 31/12/2003:

- Le somme percepite dalla società per l'emissione di azioni ad un prezzo superiore al loro valore nominale non possono essere distribuite fino a che la riserva legale non abbia raggiunto il limite stabilito dall'art. 2430.

Art. 2432 (1) Partecipazione agli utili

- Le partecipazioni agli utili eventualmente spettanti ai promotori, ai soci fondatori e agli amministratori sono computate sugli utili netti risultanti dal bilancio, fatta deduzione della quota di riserva legale.

(1) Articolo non modificato D.Lgs. 17 gennaio 2003, n. 6 (G.U. 22 gennaio 2003, suppl. ordinario n. 8)

Art. 2433 (1) Distribuzione degli utili ai soci

-[1] La deliberazione sulla distribuzione degli utili e' adottata dall'assemblea che approva il bilancio ovvero, qualora il bilancio sia approvato dal consiglio di sorveglianza, dall'assemblea convocata a norma dell'articolo 2364-bis, secondo comma.

-[2] Non possono essere pagati dividendi sulle azioni, se non per utili realmente conseguiti e risultanti dal bilancio regolarmente approvato.

-[3] Se si verifica una perdita del capitale sociale, non può farsi luogo a ripartizione di utili fino a che il capitale non sia reintegrato o ridotto in misura corrispondente.

-[4] I dividendi erogati in violazione delle disposizioni del presente articolo non sono ripetibili, se i soci li hanno riscossi in buona fede in base a bilancio regolarmente approvato, da cui risultano utili netti corrispondenti.

*(1) **In vigore dal 1/1/2004** - D.Lgs. 17 gennaio 2003, n. 6 (G.U. 22 gennaio 2003, suppl. ordinario n. 8)*

In vigore fino al 31/12/2003:

- [1] *L'assemblea che approva il bilancio delibera sulla distribuzione degli utili ai soci.*
- [2] *Non possono essere pagati dividendi sulle azioni, se non per utili realmente conseguiti e risultanti dal bilancio regolarmente approvato.*
- [3] *Se si verifica una perdita del capitale sociale, non può farsi luogo a ripartizione di utili fino a che il capitale non sia reintegrato o ridotto in misura corrispondente.*
- [4] *I dividendi erogati in violazione delle disposizioni del presente articolo non sono ripetibili, se i soci li hanno riscossi in buona fede in base a bilancio regolarmente approvato, da cui risultano utili netti corrispondenti.*

Art. 2433-bis (1) Acconti sui dividendi

- [1] La distribuzione di acconti sui dividendi è consentita solo alle società il cui bilancio è assoggettato per legge al controllo da parte di società di revisione iscritte all'albo speciale.
- [2] La distribuzione di acconti sui dividendi deve essere prevista dallo statuto ed è deliberata dagli amministratori dopo il rilascio da parte della società di revisione di un giudizio positivo sul bilancio dell'esercizio precedente e la sua approvazione.
- [3] Non è consentita la distribuzione di acconti sui dividendi quando dall'ultimo bilancio approvato risultino perdite relative all'esercizio o a esercizi precedenti.
- [4] L'ammontare degli acconti sui dividendi non può superare la minor somma tra l'importo degli utili conseguiti dalla chiusura dell'esercizio precedente, diminuito delle quote che dovranno essere destinate a riserva per obbligo legale o statutario, e quello delle riserve disponibili.
- [5] Gli amministratori deliberano la distribuzione di acconti sui dividendi sulla base di un prospetto contabile e di una relazione, dai quali risulti che la situazione patrimoniale, economica e finanziaria della società consente la distribuzione stessa. Su tali documenti deve essere acquisito il parere del soggetto incaricato del controllo contabile.
- [6] Il prospetto contabile, la relazione degli amministratori e il parere del soggetto incaricato del controllo contabile debbono restare depositati in copia nella sede della società fino all'approvazione del bilancio dell'esercizio in corso. I soci possono prenderne visione.
- [7] Ancorché sia successivamente accertata l'inesistenza degli utili di periodo risultanti dal prospetto, gli acconti sui dividendi erogati in conformità con le altre disposizioni del presente articolo non sono ripetibili se i soci li hanno riscossi in buona fede.

(1) **In vigore dal 1/1/2004** - D.Lgs. 17 gennaio 2003, n. 6 (G.U. 22 gennaio 2003, suppl. ordinario n. 8)

In vigore fino al 31/12/2003:

- [1] *La distribuzione di acconti sui dividendi è consentita solo alle società il cui bilancio è assoggettato per legge alla certificazione da parte di società di revisione iscritte all'albo speciale.*
- [2] *La distribuzione di acconti sui dividendi deve essere prevista dallo statuto ed è deliberata dagli amministratori dopo la certificazione e la approvazione del bilancio dell'esercizio precedente.*
- [3] *Non è consentita la distribuzione di acconti sui dividendi quando dall'ultimo bilancio approvato risultino perdite relative all'esercizio o a esercizi precedenti.*
- [4] *L'ammontare degli acconti sui dividendi non può superare la minor somma tra l'importo degli utili conseguiti dalla chiusura dell'esercizio precedente, diminuito delle quote che dovranno essere destinate a riserva per obbligo legale o statutario, e quello delle riserve disponibili.*
- [5] *Gli amministratori deliberano la distribuzione di acconti sui dividendi sulla base di un prospetto contabile e di una relazione, dai quali risulti che la situazione patrimoniale, economica e finanziaria della società consente la distribuzione stessa. Su tali documenti deve essere acquisito il parere del collegio sindacale.*
- [6] *Il prospetto contabile la relazione degli amministratori e il parere del collegio sindacale debbono restare depositati in copia nella sede della società fino all'approvazione del bilancio dell'esercizio in corso. I soci possono prenderne visione.*

-[7] Ancorché sia successivamente accertata l'inesistenza degli utili di periodo risultanti dal prospetto, gli acconti sui dividendi erogati in conformità con le altre disposizioni del presente articolo non sono ripetibili se i soci li hanno riscossi in buona fede.

Art. 2434 (1) Azione di responsabilità

- L'approvazione del bilancio non implica liberazione degli amministratori, dei direttori generali, dei dirigenti preposti alla redazione dei documenti contabili societari e dei sindaci per le responsabilità incorse nella gestione sociale.

(1) Articolo così aggiornato dalla Legge 28 dicembre 2005, n. 262

Art. 2434-bis (1) Invalidità della deliberazione di approvazione del bilancio

-[1] Le azioni previste dagli articoli 2377 e 2379 non possono essere proposte nei confronti delle deliberazioni di approvazione del bilancio dopo che è avvenuta l'approvazione del bilancio dell'esercizio successivo. (2)

-[2] La legittimazione ad impugnare la deliberazione di approvazione del bilancio su cui il revisore non ha formulato rilievi spetta a tanti soci che rappresentino almeno il cinque per cento del capitale sociale.

-[3] Il bilancio dell'esercizio nel corso del quale viene dichiarata l'invalidità di cui al comma precedente tiene conto delle ragioni di questa.

(1) Articolo aggiunto con D.Lgs. 17 gennaio 2003, n. 6 (G.U. 22 gennaio 2003, suppl. ordinario n. 8. Entrerà in vigore il 1/1/2004)

(2) Vedi art. 223-sexies r.d. 30 marzo 1943, n. 318

Art. 2435 (1) Pubblicazione del bilancio e dell'elenco dei soci e dei titolari di diritti su azioni

-[1] Entro trenta giorni dall'approvazione una copia del bilancio, corredata dalle relazioni previste dagli articoli 2428 e 2429 e dal verbale di approvazione dell'assemblea o del consiglio di sorveglianza, deve essere, a cura degli amministratori, depositata presso l'ufficio del registro delle imprese o spedita al medesimo ufficio a mezzo di lettera raccomandata. (2)

-[2] Entro trenta giorni dall'approvazione del bilancio le società non aventi azioni quotate in mercati regolamentati sono tenute altresì a depositare per l'iscrizione nel registro delle imprese l'elenco dei soci riferito alla data di approvazione del bilancio, con l'indicazione del numero delle azioni possedute, nonché dei soggetti diversi dai soci che sono titolari di diritti o beneficiari di vincoli sulle azioni medesime. L'elenco deve essere corredato dall'indicazione analitica delle annotazioni effettuate nel libro dei soci a partire dalla data di approvazione del bilancio dell'esercizio precedente.

*(1) **In vigore dal 1/1/2004** - D.Lgs. 17 gennaio 2003, n. 6 (G.U. 22 gennaio 2003, suppl. ordinario n. 8)*

(2) Sul deposito mediante trasmissione telematica o su supporto informatico da parte di professionisti muniti della firma digitale v. art. 31.2-ter e 2-quater, l. 24 novembre 2000, n. 340, come inseriti dall'art. 2, l. 24 dicembre 2003, n. 350.

In vigore fino al 31/12/2003:

-[1] Entro trenta giorni dall'approvazione una copia del bilancio, corredata dalla relazione sulla gestione, dalla relazione del collegio sindacale e dal verbale di approvazione dell'assemblea, deve essere, a cura degli amministratori, depositata presso l'ufficio del registro delle imprese o spedita al medesimo ufficio a mezzo di lettera raccomandata. Dell'avvenuto deposito deve essere fatta menzione nel Bollettino delle Società per azioni e a responsabilità limitata.

-[2] Il bilancio pubblicato in lire può essere pubblicato anche in euro al tasso fisso di conversione.

-[3] Entro trenta giorni dall'approvazione del bilancio le società non quotate in mercato regolamentato sono tenute altresì a depositare per l'iscrizione nel registro delle imprese l'elenco dei soci riferito alla data di approvazione del bilancio, con l'indicazione del numero delle azioni possedute, nonché dei soggetti diversi dai soci che sono titolari di diritti o beneficiari di vincoli sulle azioni medesime. L'elenco deve essere corredato dall'indicazione analitica delle annotazioni effettuate nel libro dei soci a partire dalla data di approvazione del bilancio dell'esercizio precedente.

Art. 2435-bis (1) Bilancio in forma abbreviata.

-[1] Le società, che non abbiano emesso titoli negoziati in mercati regolamentati, possono redigere il bilancio in forma abbreviata quando, nel primo esercizio o, successivamente, per due esercizi consecutivi, non abbiano superato due dei seguenti limiti:

1) totale dell'attivo dello stato patrimoniale: 3.650.000 euro; (3)

2) ricavi delle vendite e delle prestazioni: 7,3 milioni di euro; (3)

3) dipendenti occupati in media durante l'esercizio: 50 unità.

-[2] Nel bilancio in forma abbreviata lo stato patrimoniale comprende solo le voci contrassegnate nell'art. 2424 con lettere maiuscole e con numeri romani; le voci A e D dell'attivo possono essere comprese nella voce CII; dalle voci BI e BII dell'attivo devono essere detratti in forma esplicita gli ammortamenti e le svalutazioni; la voce E del passivo può essere compresa nella voce D; nelle voci CII dell'attivo e D del passivo devono essere separatamente indicati i crediti e i debiti esigibili oltre l'esercizio successivo.

-[3] Nel conto economico del bilancio in forma abbreviata le seguenti voci previste dall'art. 2425 possono essere tra loro raggruppate:

voci A2 e A3

voci B9(c), B9(d), B9(e)

voci B10(a), B10(b), B10(c)

voci C16(b) e C16(c)

voci D18(a), D18(b), D18(c)

voci D19(a), D19(b), D19(c)

-[4] Nel conto economico del bilancio in forma abbreviata nella voce E20 non è richiesta la separata indicazione delle plusvalenze e nella voce E21 non è richiesta la separata indicazione delle minusvalenze e delle imposte relative a esercizi precedenti.

-[5] Nella nota integrativa sono omesse le indicazioni richieste dal n. 10 dell'art. 2426 e dai nn. 2, 3, 7, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 dell'art. 2427 e dal n. 1 del comma 1 dell'art. 2427-bis (2); le indicazioni richieste dal n. 6) dell'art. 2427 sono riferite all'importo globale dei debiti iscritti in bilancio.

-[6] Qualora le società indicate nel primo comma forniscano nella nota integrativa le informazioni richieste dai nn. 3) e 4) dell'art. 2428, esse sono esonerate dalla redazione della relazione sulla gestione.

-[7] Le società che a norma del presente articolo redigono il bilancio in forma abbreviata devono redigerlo in forma ordinaria quando per il secondo esercizio consecutivo abbiano superato due dei limiti indicati nel primo comma .

(1) Articolo così sostituito, insieme all'intero Capo V, dall'art. 1.1, d.lg. 17 gennaio 2003, n. 6. Sono evidenziate in rosso le parti che innovano rispetto al testo normativo precedente.

(2) Le parole «e dal n. 1 del comma 1 dell'art. 2427-bis» sono state inserite dall'art. 2, d.lg. 30 dicembre 2003, n. 394, di cui v. art. 8: «Le disposizioni del presente decreto entrano in vigore dal 1° gennaio 2005».

(3) Limiti modificati dal decreto legislativo n. 285 del 7 novembre 2006 pubblicato nella Gazzetta Ufficiale n. 276 del 27 novembre 2006.

L'art. 6 della legge delega prevede, al punto e) di ampliare le ipotesi in cui è ammesso il ricorso ad uno schema abbreviato di bilancio e la relazione di un conto economico semplificato.

Le semplificazioni riguardano i seguenti aspetti dello stato patrimoniale:

Possibilità di includere i crediti verso soci versamenti ancora dovuti e i ratei e risconti attivi nella voce "Crediti" (cioè le voci A e D dell'attivo possono essere comprese nella voce C II dell'attivo)

Possibilità di includere i ratei e risconti passivi nella voce "Debiti" (cioè la voce E del passivo può essere compresa nella voce D del passivo)

Le semplificazioni previste per il conto economico delle imprese piccole e medie, con conseguenti integrazioni all'art. 2435 bis del c.c. consistono nei seguenti raggruppamenti:

Variazioni delle rimanenze di prodotto in corso di lavorazione, semilavorati e finiti con le Variazioni dei lavori in corso su ordinazione (voci A2 e A3));

Indicazione degli altri costi per il personale in totale, senza le distinzioni dei suoi componenti (sottovoci da B9(c) a B9(e));

Indicazione degli ammortamenti e svalutazioni delle immobilizzazioni per totale, senza le distinzioni fra ammortamenti di beni materiali o immateriali e le svalutazioni (sottovoci da B10(a) a B10(c));

Accorpamento dei proventi finanziari da crediti immobilizzati e da titoli immobilizzati (voci C16(b) e C16(c));

Indicazione delle rivalutazioni di partecipazioni, immobilizzazioni finanziarie e titoli per totale (voci da D18(a) a D18(c));

Indicazione delle svalutazioni di partecipazioni, immobilizzazioni finanziarie e titoli per totale (voci D19(a) a D19(c));

Eliminazione dell'obbligo di indicare separatamente le plusvalenze, minusvalenze e imposte di esercizi precedenti incluse nei proventi ed oneri straordinari (voci E20 e E21).

E' stata prevista la possibile omissione, nella Nota integrativa, dell'indicazione della ripartizione dei ricavi per categorie di attività ed aree geografiche.

In vigore fino al 31/12/2003:

-[1] Le società possono redigere il bilancio in forma abbreviata quando, nel primo esercizio o, successivamente, per due esercizi consecutivi, non abbiano superato due dei seguenti limiti:

1) totale dell'attivo dello stato patrimoniale: 4.700 milioni di lire;

2) ricavi delle vendite e delle prestazioni: 9.500 milioni di lire;

3) dipendenti occupati in media durante l'esercizio: 50 unità.

-[2] Nel bilancio in forma abbreviata lo stato patrimoniale comprende solo le voci contrassegnate nell'art. 2424 con lettere maiuscole e con numeri romani; dalle voci BI e BII dell'attivo devono essere detratti in forma esplicita gli ammortamenti e le svalutazioni; nelle voci CII dell'attivo e D del passivo devono essere separatamente indicati i crediti e i debiti esigibili oltre l'esercizio successivo.

-[3] Nella nota integrativa sono omesse le indicazioni richieste dal n. 10 dell'art. 2426 e dai numeri 2), 3), 7), 9), 10), 12), 13), 14), 15), 16) e 17) dell'art. 2427; le indicazioni richieste dal n. 6) dell'art. 2427 sono riferite all'importo globale dei debiti iscritti in bilancio.

-[4] Qualora le società indicate nel primo comma forniscano nella nota integrativa le informazioni richieste dai numeri 3) e 4) dell'art. 2428, esse sono esonerate dalla redazione della relazione sulla gestione.

-[5] Le società che a norma del presente articolo redigono il bilancio in forma abbreviata devono redigerlo in forma ordinaria quando per il secondo esercizio consecutivo abbiano superato due dei limiti indicati nel primo comma.

ANEXO II

Demonstrações financeiras “Autogrill SpA” de 2004



Stato patrimoniale

(€)			
ATTIVO	31.12.2004	31.12.2003	Variazione
A) Crediti verso soci per versamenti ancora dovuti	-	-	-
B) Immobilizzazioni			
I) Immobilizzazioni immateriali			
4 Concessioni, licenze, marchi e diritti simili	2.839.187	2.361.281	477.906
5 Avviamento	54.865.568	44.384.874	10.480.694
6 Immobilizzazioni in corso e acconti	3.873.921	4.014.804	(140.883)
7 Altre	36.148.398	35.815.772	332.626
Totale	97.727.074	86.576.731	11.150.343
II) Immobilizzazioni materiali			
1 Terreni e fabbricati	14.026.173	14.211.069	(184.896)
2 Impianti e macchinario	7.415.754	7.332.853	82.901
3 Attrezzature industriali e commerciali	33.242.950	34.885.373	(1.642.423)
3 bis Beni gratuitamente devolvibili	38.272.762	39.116.625	(843.863)
4 Altri beni	3.440.375	3.119.072	321.303
5 Immobilizzazioni in corso e acconti	8.636.679	8.010.991	625.688
Totale	105.034.693	106.675.983	(1.641.290)
III) Immobilizzazioni finanziarie			
1 Partecipazioni in:			
a) imprese controllate	84.119.023	84.539.743	(420.720)
d) altre imprese	18.287	17.682	605
2 Altri crediti			
d) verso altri	7.495.313	8.845.645	(1.350.332)
Totale	91.632.623	93.403.070	(1.770.447)
Totale immobilizzazioni	294.394.390	286.655.784	7.738.606
C) Attivo circolante			
I - Rimanenze di materie prime, sussidiarie e di consumo	41.603.161	39.424.839	2.178.322
II - Crediti			
1 Verso clienti	31.920.743	33.812.238	(1.891.495)
2 Verso controllate	673.901.107	179.731.401	494.169.706
4 Verso controllanti	3.447.350	-	3.447.350
4 bis Crediti tributari	650.043	652.680	(2.637)
4 ter Imposte anticipate			
* parte esigibile entro l'esercizio successivo	9.300.000	-	9.300.000
* parte esigibile oltre l'esercizio successivo	23.196.495	36.025.180	(12.828.685)
5 Verso altri	25.183.163	25.375.758	(192.595)
Totale	767.598.901	275.597.257	492.001.644
III. Attività finanziarie che non costituiscono immobilizzazioni	-	-	-
IV - Disponibilità liquide			
1 Depositi bancari e postali	39.067.616	15.723.317	23.344.299
3 Denaro e valori in cassa	19.210.175	24.242.108	(5.031.933)
Totale	58.277.791	39.965.425	18.312.366
Totale attivo circolante	867.479.853	354.987.521	512.492.332
D) Ratei e risconti	3.253.770	4.842.529	(1.588.759)
TOTALE ATTIVO	1.165.128.013	646.485.834	518.642.179



(€)			
PASSIVO	31.12.2004	31.12.2003	Variazione
A) Patrimonio netto			
I Capitale sociale	132.288.000	132.288.000	-
II Riserva da sovrapprezzo delle azioni	-	-	-
III Riserve da rivalutazione	-	-	-
IV Riserva legale	2.386.500	1.711.753	674.747
V Riserva statutaria	-	-	-
VI Riserva per azioni proprie in portafoglio	-	-	-
VII Altre riserve	1.688.063	(5.470.577)	7.158.640
VIII Utili portati a nuovo	5.237.388	-	5.237.388
IX Utile dell'esercizio	77.165.085	13.494.953	63.670.132
Totale patrimonio netto	218.765.036	142.024.129	76.740.907
B) Fondi per rischi e oneri			
2 Per imposte, anche differite	22.440.977	7.551.979	14.888.998
3 Altri	23.360.359	27.941.587	(4.581.228)
Totale	45.801.336	35.493.566	10.307.770
C) Trattamento di fine rapporto di lavoro subordinato	86.530.491	86.164.469	366.022
D) Debiti			
4 Debiti verso banche			
* parte esigibile entro l'esercizio successivo	153.278.856	30.819.328	122.459.528
* parte esigibile oltre l'esercizio successivo	367.440.350	87.645.690	279.794.660
5 Debiti verso altri finanziatori			
* parte esigibile entro l'esercizio successivo	1.024.774	1.054.051	(29.277)
* parte esigibile oltre l'esercizio successivo	-	733.101	(733.101)
7 Debiti verso fornitori	226.275.626	200.651.292	25.624.334
9 Debiti verso imprese controllate	424.558	587.014	(162.456)
10 Debiti verso imprese collegate	59.141	-	59.141
11 Debiti verso imprese controllanti	7.054.000	425.712	6.628.288
12 Debiti tributari esigibili entro l'esercizio successivo	9.017.898	11.528.821	(2.510.923)
13 Debiti verso istituti di previdenza e di sicurezza sociale	14.066.973	14.273.015	(206.042)
14 Debiti verso altri esigibili entro l'esercizio successivo	29.075.030	20.237.700	8.837.270
Totale	808.317.212	373.955.784	434.361.428
E) Ratei e risconti	5.713.938	8.847.886	(3.133.948)
TOTALE PASSIVO	1.165.128.013	646.485.834	518.642.179
CONTI D'ORDINE			
Garanzie personali prestate	63.254.884	36.638.988	26.615.896
Garanzie reali prestate			
* Per debiti di società controllate	311.180.197	803.295.013	(492.114.816)
Impegni di acquisto e vendita	353.671.619	475.986.299	(122.314.680)
Altri conti d'ordine	25.978.583	26.013.702	(35.119)
Totale conti d'ordine	754.085.284	1.341.934.002	(587.848.718)



Conto economico

(€)	Esercizio 2004	Esercizio 2003	Variazione
A) Valore della produzione			
1 Ricavi delle vendite e delle prestazioni	1.092.204.236	1.060.583.662	31.620.574
5 Altri ricavi e proventi			
* contributi in conto esercizio	31.525	45.788	(14.263)
* plusvalenze da alienazione di immobilizzazioni	623.586	13.802.545	(13.178.959)
* altri	68.907.525	51.817.065	17.090.460
Totale	1.161.766.872	1.126.249.060	35.517.812
B) Costi della produzione			
6 Per materie prime, sussidiarie, di consumo e di merci	521.202.946	492.387.936	28.815.010
7 Per servizi	89.506.605	91.000.567	(1.493.962)
8 Per godimento di beni di terzi	116.889.962	105.766.034	11.123.928
9 Per il personale:			
a) salari e stipendi	185.621.884	182.337.052	3.284.832
b) oneri sociali	58.148.020	57.230.376	917.644
c) trattamento di fine rapporto	14.603.186	14.709.163	(105.977)
e) altri costi	973.501	1.015.671	(42.170)
10 Ammortamenti e svalutazioni:			
a) ammortamento delle immobilizzazioni immateriali	33.939.684	32.823.457	1.116.227
b) ammortamento delle immobilizzazioni materiali	21.855.147	21.866.933	(11.786)
c) svalutazione delle immobilizzazioni	737.764	4.299.034	(3.561.270)
d) svalutazione dei crediti compresi nell'attivo circolante	2.043.255	1.185.343	857.912
11 Variazioni delle rimanenze di materie prime, sussidiarie e di consumo	(2.178.322)	(2.741.637)	563.315
12 Accantonamenti per rischi	1.816.921	1.182.655	634.266
13 Altri accantonamenti	4.877.127	7.097.517	(2.220.390)
14 Oneri diversi di gestione	12.687.513	12.065.629	621.884
Totale	1.062.725.193	1.022.225.730	40.499.463
Differenza tra valore e costi della produzione (A-B)	99.041.680	104.023.330	(4.981.650)
C) Proventi e oneri finanziari			
15 Proventi da partecipazioni in società controllate	37.974.588	5.609.530	32.365.058
16 Altri proventi finanziari:			
d) diversi dai precedenti:			
* da imprese controllate	12.379.471	3.825.102	8.554.369
* da altri	4.162.320	6.832.792	(2.670.472)
17 Interessi e altri oneri finanziari:			
* verso società controllate	(8.536)	(3.626)	(4.910)
* minusvalenze su alienazioni di partecipazioni	-	(7.221.434)	7.221.434
* verso altri	(47.622.846)	(20.425.226)	(27.197.620)
17 bis Utili e perdite su cambi	(280.746)	(78.877)	(201.869)
Totale	6.604.250	(11.461.739)	18.065.989
D) Rettifiche di valore di attività finanziarie			
18 Rivalutazioni di partecipazioni	959.280	21.287	937.993
19 Svalutazioni di partecipazioni	(890.700)	(49.447.053)	48.556.353
Totale	68.580	(49.425.766)	49.494.346
E) Proventi e oneri straordinari			
20) altri proventi	33.698.319	-	33.698.319
21) altri oneri	(27.167.345)	(1.301.728)	(25.865.617)
Totale	6.530.974	(1.301.728)	7.832.702
Risultato prima delle imposte	112.245.484	41.834.097	70.411.387
22 Imposte sul reddito dell'esercizio, correnti, differite e anticipate	(35.080.399)	(28.339.144)	(6.741.255)
Utile dell'esercizio	77.165.085	13.494.953	63.670.132





Autogrill SpA
Nota integrativa
della Capogruppo
al 31 dicembre 2004



Attività della Società

Autogrill SpA opera in Italia e, tramite le società controllate, in altri Paesi nel mercato della ristorazione moderna. I settori di attività riguardano in particolare la ristorazione destinata alle persone in viaggio (alle quali vengono offerti anche servizi accessori) e il *Quick Service Restaurant* (ristorazione moderna a servizio rapido) in luoghi caratterizzati da elevata presenza o affluenza di consumatori.

Contenuto e forma del bilancio

Il bilancio d'esercizio è stato redatto secondo la normativa vigente ed è costituito dallo stato patrimoniale (preparato in conformità allo schema previsto dagli artt. 2424 e 2424 bis C.C.), dal conto economico (preparato in conformità allo schema previsto dagli artt. 2425 e 2425 bis C.C.), nella versione successiva alle modifiche apportate dal D. lgs. 6/ 2003 e dalla presente nota integrativa, che fornisce le informazioni richieste dall'art. 2423 C.C. e seguenti, dalle altre disposizioni del Codice Civile in materia di bilancio e dalle altre leggi rilevanti. Inoltre, vengono fornite le informazioni complementari ritenute necessarie per fornire una rappresentazione veritiera e corretta, anche se non richieste da specifiche disposizioni di legge.

I criteri di valutazione adottati per la redazione del bilancio al 31 dicembre 2004 sono omogenei con quelli adottati per la redazione del bilancio al 31 dicembre 2003.

Tuttavia, al fine di garantire la comparabilità con il bilancio dell'esercizio precedente, il bilancio al 31 dicembre 2003 è stato riesposto per recepire le modifiche di classificazione delle voci di stato patrimoniale e di conto economico introdotte dal D. lgs. n. 6/ 2003 e più avanti illustrate. Tali classificazioni non hanno determinato variazioni al patrimonio netto al 31 dicembre 2003 e al risultato di esercizio chiuso alla stessa data.

Per omogeneità con la situazione al 31 dicembre 2004 è stato riclassificato alla voce Altri crediti del circolante il valore al 31 dicembre 2003 delle tessere telefoniche e autostradali in giacenza presso i punti vendita e magazzini per complessivi 2.119 k€ come riferito a pag. 122.

Eliminazione delle interferenze fiscali nel bilancio d'esercizio

Per effetto dell'abrogazione del secondo comma dell'articolo 2426 del C.C., disposto dal D. lgs. n. 6 del 17 gennaio 2003, a decorrere dal bilancio dell'esercizio 2004 si è proceduto all'eliminazione delle interferenze fiscali sul bilancio d'esercizio. Ciò ha comportato lo storno di ammortamenti imputati negli esercizi precedenti per complessivi 33.698 k€ e alla rilevazione di imposte differite per 12.552 k€, nonché maggiori quote di ammortamento rispetto all'esercizio 2003 di 1.778 k€. L'effetto complessivo dell'operazione pari a 21.146 k€ è rilevato come previsto dal documento OIC 1 alla voce Oneri e proventi straordinari del conto economico dell'esercizio 2004.

In particolare sono stati stomati:

- l'ammortamento dell'avviamento, calcolato nella maggior misura del 20% nell'esercizio 1997 e del 10% negli esercizi 1998 e 1999 per complessivi 23.797 k€.
- l'ammortamento delle spese di ampliamento e ristrutturazione di immobili condotti in locazione, sostenute negli esercizi 1998 e 1999, calcolato sul minor periodo di tre anni, come concesso dalla legge 449/ 1997 (collegato alla legge finanziaria 1998) per complessivi 9.901 k€.

Tabella di raccordo

(k€)	2004	2003	
	Risultato di esercizio	Risultato di esercizio	Patrimonio netto
Risultato prima del disinquinamento	56.019	14.846	142.024
Ammortamenti eccedenti	33.698	(2.734)	36.432
Imposte differite correlate	(12.552)	1.383	(13.935)
Totale interferenze al netto delle imposte correlate	21.146	(1.351)	22.497
Risultato dopo il disinquinamento	77.165	13.495	164.521

Si rammenta che il disinquinamento fiscale non incide sul bilancio consolidato, in quanto le rettifiche di valore in esame erano state eliminate dallo stesso.

In base alle nuove norme vigenti, in particolare l'art. 109 4° comma lett. b del TUIR è consentito dedurre dall'imponibile fiscale alcune componenti negative del reddito (gli accantonamenti, gli ammortamenti dei beni materiali e immateriali e le rettifiche di valore) indipendentemente dalla loro imputazione nel conto economico.

A fronte dell'esercizio di tale facoltà, è previsto che in caso di distribuzione, le riserve di patrimonio netto e gli utili di esercizio concorrano a formare il reddito se e nella misura in cui l'ammontare delle restanti riserve di patrimonio netto, diverse dalla riserva legale e dei restanti utili portati a nuovo, risulti inferiore all'ammontare complessivo dei detti componenti negativi, oggetto di deduzione extracontabile, al netto delle relative imposte differite.



Criteri di valutazione e principi di redazione del bilancio

Sono stati adottati in osservanza dell'art. 2426 C.C. tenendo conto, ove necessario, anche dei principi contabili predisposti dai Consigli Nazionali dei Dottori Commercialisti e dei Ragionieri e di quelli emanati dall'International Accounting Standards Board (IASB).

Non si è proceduto a deroghe ai sensi del 4° comma dell'art. 2423 C.C.

I criteri applicati per le più importanti poste del bilancio sono i seguenti:

Immobilizzazioni immateriali: sono iscritte al costo di acquisto o di produzione inclusivo degli oneri accessori e assoggettate ad ammortamento in base al loro periodo di utilità futura. Qualora risulti una perdita durevole di valore, l'immobilizzazione viene corrispondentemente svalutata; se negli esercizi successivi venissero meno i presupposti della svalutazione verrebbe ripristinato del valore originario nei limiti degli ammortamenti cumulati. Vengono di seguito indicati i periodi di ammortamento adottati per le varie voci delle immobilizzazioni immateriali:

Concessioni, licenze, marchi e diritti simili	<ul style="list-style-type: none">• 3 anni per licenze d'uso di software applicativo• durata della licenza per i costi delle autorizzazioni alla rivendita di generi di monopolio
Avviamento	Massimo 10 anni per gli avviamenti pagati sull'acquisto dei singoli ristoranti 12 anni per l'avviamento al quale fu imputato il disavanzo da fusione
Altre	Minore fra durata economico-tecnica e durata residua del contratto
migliorie su beni di terzi	3 anni
software applicativo su commessa	5 anni, o durata dei contratti sottostanti
altri oneri da ammortizzare	

Immobilizzazioni materiali: sono iscritte al costo di acquisto o di costruzione, in taluni casi incrementato, in esercizi precedenti, in base all'applicazione di leggi di rivalutazione monetaria, e ammortizzate secondo le seguenti aliquote economico-tecniche rappresentative della vita utile stimata delle varie categorie delle immobilizzazioni.

Fabbricati industriali	3%
Impianti e macchinari	10% - 30%
Attrezzature industriali e commerciali	15% - 33%
Mobili e arredi	10% - 20%
Automezzi	25%
Altri beni	12 % - 20%

Le suddette aliquote sono ridotte alla metà nel primo anno di entrata in funzione della immobilizzazione. Per i beni gratuitamente devolvibili dette aliquote sono sostituite da quelle risultanti dal piano di ammortamento finanziario, se superiori.

Nel caso in cui risulti una perdita durevole di valore, l'immobilizzazione viene corrispondentemente svalutata. Se in esercizi successivi vengono meno i presupposti della svalutazione, se ne eliminano gli effetti, nei limiti del valore originario dell'immobilizzazione rettificato degli ammortamenti cumulati.

Partecipazioni: le partecipazioni nelle principali società controllate e collegate sono valutate con il metodo del patrimonio netto secondo le modalità previste dal 1° comma punto 4 art. 2426 C.C.

Le partecipazioni minoritarie e quelle in società controllate inattive o di modesto valore, sono valutate con il metodo del costo nella configurazione del LIFO a scatti annuali. Il costo viene ridotto per perdite durevoli di valore; se negli esercizi successivi vengono meno le motivazioni della svalutazione, viene ripristinato il valore originario.

I dividendi da società controllate sono imputati nell'esercizio di competenza, quando ne è pianificata la distribuzione con delibera della competente Assemblea degli Azionisti, anteriore all'Assemblea degli Azionisti di Autogrill SpA convocata per l'approvazione del bilancio d'esercizio.

Rimanenze di magazzino: le rimanenze sono valutate al minore tra il costo di acquisto o di produzione comprensivo degli oneri accessori di diretta imputazione, calcolato con il metodo FIFO, e il valore di mercato; il loro valore è rettificato tramite l'iscrizione di specifico fondo per tenere conto di fenomeni di lento rigiro e obsolescenza.



Crediti e debiti: i crediti sono iscritti al loro presumibile valore di realizzo. I debiti sono rilevati al loro valore nominale. I crediti e i debiti a breve termine, in valuta diversa dall'euro, sono espressi in euro al cambio in vigore alla data di chiusura dell'esercizio. Gli utili e le perdite derivanti dalla conversione dei singoli crediti e debiti sono rispettivamente accreditati e addebitati al conto economico. L'eventuale utile netto e accantonato in apposita riserva non distribuibile fino al realizzo.

Ratei e risconti: sono iscritte in tali voci quote di costi e di proventi, comuni a due o più esercizi, per realizzare il principio della competenza temporale.

Trattamento di fine rapporto di lavoro subordinato: esprime il debito nei confronti dei dipendenti a fronte delle indennità maturate alla data di bilancio in conformità alle leggi vigenti e agli accordi contrattuali.

Fondi per rischi e oneri: vengono stanziati fondi rischi allo scopo di coprire le passività potenziali a carico della Società, secondo stime realistiche degli oneri emergenti dalla loro definizione. In particolare, con riferimento ai beni gratuitamente devolvibili e a quelli compresi in aziende condotte in locazione, sono costituiti specifici fondi riferiti agli oneri che si prevede di sostenere alle scadenze contrattuali per rispettare l'obbligo di restituzione per quelli gratuitamente devolvibili e di conservazione per quelli compresi in aziende condotte in locazione, atteso il mantenimento della usuale cadenza e consistenza degli interventi di manutenzione.

Riconoscimento dei costi e dei ricavi: i ricavi per le vendite di merci e i costi di acquisto delle stesse sono rilevati al momento del passaggio di proprietà. I ricavi e i costi per prestazioni di servizi sono rilevati con riferimento alla loro effettuazione. Gli interessi attivi e passivi e gli altri ricavi e costi sono rilevati ed esposti secondo il principio della competenza temporale, con l'opportuna rilevazione dei relativi ratei e risconti.

Imposte sul reddito: sono iscritte in base alla stima del reddito imponibile in conformità alle disposizioni in vigore.

Inoltre, rispettando il principio della prudenza, sono appostate anche le attività e le passività fiscali connesse a differenze temporanee tra i valori civilistici e quelli fiscali delle poste di bilancio, nonché le imposte differite attive connesse alle perdite fiscali riportabili a nuovo.

A partire dal periodo d'imposta 2004, Autogrill SpA, unitamente alle sue controllate totalitarie italiane (Autogrill International Srl, Nuova Sidap Srl e Nuova Estral Srl), ha aderito al Consolidato Fiscale Nazionale di Edizione Holding SpA, sulla base degli artt. 117-129 del TUIR come modificato dal D. Lgs. 12 dicembre 2003 n. 344, per il triennio 2004-2006.

Il regolamento sottoscritto dalle parti prevede il riconoscimento totale dell'importo corrispondente alla moltiplicazione tra l'aliquota IRES e le perdite o gli utili trasferiti, nonché il trasferimento degli eventuali crediti d'imposta.

Il credito o il debito netto per imposte correnti dell'esercizio, limitatamente all'IRES, è pertanto rilevato nei confronti di Edizione Holding SpA.

Strumenti finanziari di gestione del rischio di tasso e cambio: gli strumenti finanziari fuori bilancio, mediante i quali vengono gestiti i rischi derivanti da fluttuazioni nei tassi di cambio e di interesse, vengono iscritti nei conti d'ordine al momento della stipula per l'importo nominale del contratto. In particolare, i contratti di compravendita di valuta estera sono esposti al loro controvalore in euro al cambio a termine, mentre i contratti di Interest Rate Swap sono esposti al controvalore in euro alla data di riferimento. I proventi e gli oneri relativi a tali contratti sono imputati a conto economico per competenza lungo la durata del contratto, con contropartita ratei e risconti dell'attivo o del passivo di stato patrimoniale. Le opzioni acquistate o cedute sono esposte nei conti d'ordine per il valore nozionale del contratto. I premi incassati o corrisposti su opzioni esercitate sono riconosciuti lungo la durata del contratto. Se negativo, il valore normale (fair value) delle opzioni cedute è esposto fra gli Altri debiti, con contropartita Oneri finanziari. Se positivo, è esposto nella nota ai conti d'ordine. Analogo trattamento è applicato agli strumenti finanziari derivati per i quali viene meno la relazione di copertura.

Conti d'ordine: i principali criteri di contabilizzazione sono i seguenti:

- Garanzie personali prestate: sono esposte in base alla consistenza dell'impegno assunto; in particolare, la garanzia prestata a favore dei portatori delle obbligazioni convertibili in azioni ordinarie Autogrill SpA emesse a sconto sul valore nominale (c.d. "OID") da Autogrill Finance SA è esposta per l'ammontare corrispondente all'importo maturato alla data di chiusura del bilancio;
- Impegni di acquisto e di locazione finanziaria: gli impegni per acquisti di immobilizzazioni sono iscritti al valore di acquisto, quelli per locazione finanziaria corrispondono al totale degli esborsi pattuiti. Gli impegni derivanti dalla stipula di contratti di gestione del rischio di tasso e cambio sono rilevati secondo quanto precedentemente indicato;
- Altri impegni: se relativi a beni di terzi in uso o in deposito, sono esposti per il valore attribuito dal proprietario.



Attivo patrimoniale

B. Immobilizzazioni

B.I. Immobilizzazioni immateriali

Ammontano complessivamente a 97.727 k€. Il saldo tra investimenti e ammortamenti determina un incremento di 11.150 k€ rispetto all'esercizio precedente. La loro composizione risulta la seguente:

(k€)	31.12.2004	31.12.2003	Variazione
Concessioni, licenze, marchi e diritti simili	2.839	2.361	478
Avviamenti	54.866	44.385	10.481
Immobilizzazioni in corso e acconti	3.874	4.015	(141)
Altre:			
migliorie su beni di terzi	30.460	29.452	1.008
altre	5.688	6.364	(676)
Totale	97.727	86.577	11.150

La voce Avviamenti si riferisce per 38.986 k€ al valore residuo del disavanzo da annullamento emerso dalla fusione per incorporazione di Autogrill SpA e di Finanziaria Autogrill SpA in Schemaventidue SpA sulla base delle rispettive situazioni patrimoniali al 31 dicembre 1996.

Come indicato a pag. 111, si è proceduto all'eliminazione delle interferenze fiscali sul bilancio dell'esercizio, ciò ha comportato lo storno delle maggiori quote di ammortamento cumulate imputate negli esercizi precedenti, complessivamente pari a 23.797 k€.

Ciò non ha determinato variazioni nella quota d'ammortamento dell'esercizio rispetto al 2003. Nella stessa voce è altresì compreso il valore residuo degli importi pagati a tale titolo per il subentro nella conduzione di attività commerciali.

Le Migliorie su beni di terzi si riferiscono a immobili e aziende di terzi condotte in locazione. Anche per tale voce, per effetto del riferito "disinquinamento fiscale" si è proceduto allo storno delle maggiori quote di ammortamento imputate nei precedenti esercizi, pari a 9.901 k€. Ciò ha peraltro determinato una maggiore quota d'ammortamento nell'esercizio per 1.778 k€ rispetto al 2003.

La voce residuale Altre non comprende le tipologie previste dall'art. 2426, 1° comma, punto 5 C.C.

I movimenti della voce intervenuti nell'esercizio sono riassunti nel prospetto riportato a pagg. 118-119. Gli ammortamenti dell'esercizio pari a 33.940 k€, hanno superato l'incremento per nuovi investimenti, pari a 13.570 k€, costituiti prevalentemente in migliorie su beni di terzi. Il saldo sconta anche la correzione dell'errata classificazione fra le migliorie su beni di terzi di attrezzature per un valore netto di 5.787 k€.

Le svalutazioni, sono ammontate a 418 k€ (2.212 k€ nel 2003) e sono commentate nella nota alla specifica voce di conto economico, a pag. 134.

Il saldo della voce Immobilizzazioni in corso e acconti è relativo a ristrutturazioni e ammodernamenti di immobili o aziende in locazione, che si prevede di ultimare nel primo semestre 2005. Gli investimenti in corso al 31 dicembre 2003 risultano interamente completati.

B.II. Immobilizzazioni materiali

Al 31 dicembre 2004, la posta ammonta a 105.035 k€ e la composizione è la seguente:

	31.12.2004				31.12.2003			
	Costo storico	Fondo amm.to	Fondo svalutazione	Valore netto	Costo storico	Fondo amm.to	Fondo svalutazione	Valore netto
Terreni civili	242	-	-	242	242	-	-	242
Terreni e fabbricati industriali	28.382	(14.598)	-	13.784	27.836	(13.867)	-	13.969
Impianti e macchinari	33.447	(25.817)	(214)	7.416	31.523	(24.029)	(161)	7.333
Attrezzature industriali e commerciali	186.542	(150.679)	(2.620)	33.243	176.956	(139.557)	(2.514)	34.885
Beni gratuitamente devolvibili	157.408	(119.113)	(22)	38.273	151.815	(112.672)	(26)	39.117
Altri beni	21.531	(18.091)	-	3.440	19.586	(16.368)	(99)	3.119
Immobilizzazioni in corso e acconti	8.637	-	-	8.637	8.011	-	-	8.011
Totale	436.189	(328.298)	(2.856)	105.035	415.969	(306.493)	(2.800)	106.676



I valori sopra esposti comprendono gli effetti delle rivalutazioni effettuate ai sensi della Legge n. 72 del 13 marzo 1983 e della Legge n. 413 del 30 dicembre 1991, negli ammontari di seguito dettagliati:

(k€)	L. 72/83			L. 413/91		
	Costo	Fondo amm.to	Valore netto	Costo	Fondo amm.to	Valore netto
Terreni civili	65	-	65	66	-	66
Terreni e fabbricati industriali	947	(731)	216	3.592	(2.670)	922
Impianti e macchinari	398	(398)	-	-	-	-
Attrezzature industriali e commerciali	1.155	(1.155)	-	-	-	-
Beni gratuitamente devolvibili	3.158	(3.158)	-	11.460	(11.361)	99
Altri beni	23	(23)	-	-	-	-
	5.747	(5.465)	281	15.118	(14.031)	1.087

I movimenti intervenuti nell'esercizio sono riassunti nel prospetto riportato a pagg. 118-119.

Si rinvia a quanto esposto nella relazione sulla gestione per il commento sugli incrementi del 2004, pari a 19.761 k€. I decrementi, per un valore netto di 5.328 k€, oltre all'ordinario rinnovo per obsolescenza, si riferiscono alle cessioni di beni ai nuovi affidatari delle concessioni autostradali.

Le svalutazioni, pari a 320 k€ (2.087 k€ nel 2003) sono commentate nella nota alla specifica voce di conto economico, a pag. 134.

Nell'esercizio sono state effettuate riclassificazioni di investimenti alla voce Immobilizzazioni immateriali per 5.787 k€ come meglio commentato nella voce Miglione su beni di terzi. La voce Immobilizzazioni in corso e acconti comprende gli acconti, pari a 3.512 k€ su un prezzo complessivo di circa 5.681 k€, corrisposti nel 1992 ad Agip Petroli SpA per l'acquisto di due locali sul Grande Raccordo Anulare di Roma, gestiti dalla Società sin dalla loro realizzazione. La compravendita è stata sospesa per la sopravvenuta dichiarazione di illegittimità della delibera della Conferenza dei Servizi, che aveva consentito l'esproprio dei terreni sui quali furono edificati i locali. Dall'impatto è sinora derivata l'impossibilità di ammortizzare i cespiti utilizzati. Il corrispondente onere è accantonato nel Fondo rischi gestioni autostradali.

Una quota di 5.125 k€ si riferisce a interventi di adeguamento e ristrutturazione dei locali non ancora completati al 31 dicembre 2004. Le immobilizzazioni in corso al 31 dicembre 2003 sono state completate nell'esercizio 2004.

B.III. Immobilizzazioni finanziarie

Ammontano complessivamente a 90.544 k€ con un decremento di 2.859 k€ rispetto al 31 dicembre 2003, determinato dagli eventi che esponiamo di seguito con riferimento alle singole voci, i cui effetti sono riassunti nel prospetto delle movimentazioni riportato a pagg. 118-119.

B.III.1. Partecipazioni

B.III.1.a. In imprese controllate

Ammontano a 84.119 k€ con un decremento di 421 k€ rispetto all'esercizio precedente e sono costituite come dal seguente dettaglio:

Denominazione sociale	Sede	Valuta	Capitale sociale (000)	Numero azioni/quote (000)	Patrimonio netto al 31.12.2004 ²	Utile (Perdita) 2004 ¹	% Possesso	Valore bilancio
Autogrill International Srl	Novara	€	1.000	-	32.219	33.074	100,00	31.690
Autogrill Europe Nord-Ouest SA	Luxembourg	€	41.300	4.130	19.475	(87)	100,00	18.880
Autogrill Finance SA	Luxembourg	€	250	25	274	1.174	100,00	622
Holding de Participations Autogrill SA	Marsiglia	€	119.741	787.769	84.587	1.139	0,01	-
Autogrill España SA	Madrid	€	1.800	300	9.540	3.426	100,00	10.579
Autogrill Austria AG	Gottesbrunn	€	7.500	7.500	6.635	1.785		9.144
Autogrill Deutschland GmbH	München	€	205	-	10.255	58	100,00	10.410
Autogrill Hellas EpE	Avlona Attikis	€	1.696	57.797	1.434	608	100,00	1.848
Aviogrill Srl	Bologna	€	10	10	444	299	51,00	894
Altre società minori		€	-	-	-	-	-	52
Totale								84.119

¹ Variazione del patrimonio netto per Autogrill Europe Nord-Ouest SA.

² Il patrimonio netto di Autogrill International Srl, Autogrill España SA, Autogrill Finance SA e Autogrill Hellas EpE è ridotto del dividendo dell'esercizio rilevato per maturazione.



La variazione rispetto al precedente esercizio è dovuta ai seguenti movimenti:

1. Autogrill Europe Nord-Ouest SA: svalutazione per 891 k€, in applicazione del metodo di valutazione a patrimonio netto, con impatto integrale sul conto economico.
2. Autogrill Austria AG: incremento di 476 k€, in applicazione del metodo di valutazione a patrimonio netto.
3. Autogrill Deutschland GmbH: incremento di 128 k€, in applicazione del metodo di valutazione a patrimonio netto.
4. Autogrill International Srl (già Autogrill Café Srl): aumento del valore della partecipazione di 31.992 k€ per effetto del conferimento della partecipazione in Autogrill Overseas SA al valore contabile, e successiva svalutazione netta per 302 k€, risultante da una svalutazione di 501 k€ imputata a riserva di conversione e da un incremento di 199 k€ imputato a conto economico in applicazione del metodo di valutazione a patrimonio netto, dopo aver rilevato per maturazione il dividendo, deliberato dall'Assemblea della controllata prima dell'approvazione del bilancio di Autogrill SpA, relativo all'utile dell'esercizio 2004, pari a 32.910 k€. Il risultato di Autogrill Overseas SA sconta, oltre ai significativi progressi della redditività ordinaria delle controllate (Autogrill Group, Inc. e Autogrill Schweiz AG.), il beneficio derivante dalla revisione della vita utile dell'avviamento riferito alle attività americane che ha comportato un minor onere di 22.671 k€ e l'indennizzo corrisposto da Autogrill SpA a ristoro della perdita su derivati a essa imputabile (9.467 k€).
5. Aviogrill Srl: incremento di 149 k€, rilevato in applicazione del metodo di valutazione a patrimonio netto.
6. Nuova Sidap Srl: incremento di 5 k€, rilevato in applicazione del metodo di valutazione a patrimonio netto.
7. Nuova Estral Srl: incremento di 2 k€, rilevato in applicazione del metodo di valutazione a patrimonio netto.

Il valore di libro di Autogrill España SA, Autogrill Finance SA e di Autogrill Hellas EpE è rimasto invariato, avendo rilevato per maturazione il dividendo deliberato dall'Assemblea delle controllate prima dell'approvazione del bilancio di Autogrill SpA relativo all'utile dell'esercizio 2004 rispettivamente per 3.333 k€, 1.194 k€ e 350 k€.

Si segnala che i venditori delle quote di Recoco SL hanno attivato un procedimento arbitrale nei confronti di Autogrill Participaciones SL, chiedendo l'annullamento del contratto di compravendita e il riconoscimento di una penale, non quantificata.

Ciò in relazione all'asserita *mala gestio* della Società e al diretto riflesso che essa avrebbe sul prezzo finale della compravendita, dato il meccanismo contrattuale che lega quest'ultimo all'Ebit normalizzato dell'esercizio 2006.

Autogrill, supportata anche dal parere dei propri legali, confida che il Collegio Arbitrale accerti la bontà della gestione sociale, della quale fornisce evidenza, tra l'altro, il miglioramento della redditività conseguito nonostante gli imprevisti fattori esogeni avversi (l'attentato alla stazione di Madrid Atocha dell'11 marzo 2003 e il ritardo nell'apertura della linea Madrid-Lérida).

L'applicazione del criterio di valutazione a patrimonio netto ha comportato quindi l'imputazione a conto economico di un provento complessivo pari a 69 k€.

Esso corrisponde, tenuto conto della disposizione dell'art. 2426 1° comma punto 4 C.C. ed esclusa la variazione della riserva di conversione, alle flessioni dei patrimoni netti contabili delle partecipate, così come risultanti dai relativi bilanci d'esercizio che saranno approvati anteriormente al bilancio di Autogrill SpA.

La residua eccedenza del valore di carico della partecipazione in Aviogrill Srl e Autogrill Austria è giustificata dalle prospettive reddituali della società.

B.III.1.c. In altre imprese

Ammontano a 18 k€, sostanzialmente invariate rispetto all'esercizio precedente.



B.III.2. Altri crediti

Ammontano a 7.495 k€, con un decremento netto di 1.351 k€ rispetto al 31 dicembre 2003 e sono di seguito dettagliate:

	31.12.2004 Oltre 12 mesi	31.12.2003 Oltre 12 mesi	Variazione
Anticipazioni fruttifere effettuate per conto di società petrolifere	5.283	5.249	34
Anticipazioni fruttifere all'Erario	1.089	2.574	(1.485)
Depositi cauzionali	1.108	1.009	99
Altri crediti	15	14	1
Totale	7.495	8.846	(1.351)

Gli importi relativi alle voci Anticipazioni fruttifere effettuate per conto di società petrolifere e Depositi Cauzionali saranno prevedibilmente recuperati oltre il quinto esercizio prossimo. L'incremento della prima è dovuto alla maturazione di interessi.

Le Anticipazioni fruttifere all'Erario furono effettuate ai sensi della legge 662/ 96 e sono rimborsate mediante compensazione con il debito per ritenute operate sulla liquidazione del TFR. La variazione netta di 1.485 k€ è stata determinata dal recupero mediante compensazione del debito per 1.540 k€ e dalla rivalutazione al tasso del 2,792% per 55 k€.





Prospetto delle immobilizzazioni

(k€)						
	31 dicembre 2003			Variazioni valore lordo		
	Valore lordo	Fondo amm.to e svalutazioni	Valore netto	Incrementi	Decrementi	Svalutazioni
Immobilizzazioni immateriali						
Concessioni, licenze, marchi e simili	7.456	(5.095)	2.361	981	(232)	(47)
Avviamento	168.041	(123.656)	44.385	500	(85)	-
Altri	159.914	(124.098)	35.816	8.577	(10.481)	(371)
Immobilizzazioni in corso e anticipi	4.015	-	4.015	3.512	-	-
Totale	339.426	(252.849)	86.578	13.570	(10.798)	(418)

	31 dicembre 2003			Variazioni valore lordo		
	Valore lordo	Fondo amm.to e svalutazioni	Valore netto	Incrementi	Decrementi	Svalutazioni
Immobilizzazioni materiali						
Terreni civili	242	-	242	-	-	-
Terreni e fabbricati industriali	27.836	(13.868)	13.969	207	(21)	-
Impianti e macchinari	31.522	(24.189)	7.333	1.262	(534)	(78)
Attrezzature industriali e commerciali	176.957	(142.072)	34.885	7.343	(3.813)	(242)
Beni gratuitamente devolvibili	151.814	(112.697)	39.117	4.909	(868)	-
Altri beni	19.587	(16.468)	3.119	985	(92)	-
Immobilizzazioni in corso e anticipi	8.011	-	8.011	5.055	-	-
Totale	415.969	(309.294)	106.676	19.761	(5.328)	(320)

	31 dicembre 2003			Variazioni valore lordo	
	Valore lordo	Rettifiche di valore	Valore netto	Incrementi	Decrementi
Immobilizzazioni finanziarie					
Partecipazioni in imprese controllate	505.446	(420.906)	84.540	12	-
Partecipazioni in imprese collegate	-	-	-	-	-
Partecipazioni in altre imprese	18	-	18	-	-
Crediti verso altri	8.845	-	8.845	243	(1.593)
Totale	514.309	(420.906)	93.403	255	(1.593)

¹ Si riferiscono principalmente agli effetti del "disinquinamento" descritto a pag. 111.



Variazioni fondo ammortamento						31 dicembre 2004		
Altri movimenti	Totali	Incrementi	Decrementi	Altri movimenti ¹	Totali	Valore lordo	Amm.ti e svalutazioni	Valore netto
913	1.662	(1.311)	174	-	(1.137)	9.118	(6.279)	2.839
	415	(13.815)	85	23.796	10.066	168.456	(113.590)	54.866
(3.047)	(4.951)	(18.814)	10.077	14.391	5.654	154.963	(118.815)	36.148
(3.653)	(141)	-	-	-	-	3.874	-	3.874
(5.787)	(3.015)	(33.940)	10.336	38.187	14.583	336.411	(238.684)	97.727

Variazioni fondo ammortamento						31 dicembre 2004		
Altri movimenti	Totali	Incrementi	Decrementi	Altri movimenti	Totali	Valore lordo	Amm.ti e svalutazioni	Valore netto
-	-	-	-	-	-	242	-	242
360	546	(730)	1	(1)	(730)	28.382	(14.598)	13.784
1.197	1.925	(1.889)	401	(276)	(1.764)	33.447	(26.031)	7.416
6.055	9.585	(10.903)	3.503	(3.585)	(10.985)	186.542	(153.299)	33.243
1.553	5.594	(7.253)	811	4	(6.438)	157.408	(119.135)	38.273
1.051	1.944	(1.080)	90	(633)	(1.623)	21.531	(18.091)	3.440
(4.429)	626	-	-	-	-	8.637	-	8.637
5.787	20.220	(21.855)	4.806	(4.491)	(21.540)	436.189	(331.154)	105.035

Variazioni fondo ammortamento						31 dicembre 2004		
Altri movimenti	Totali	Svalu- tazioni	Rivalu- tazioni	Altri movimenti	Totali	Valore lordo	Svalutazioni nette	Valore netto
-	12	(891)	959	(501)	(433)	505.458	(421.339)	84.119
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	18	-	18
-	(1.350)	-	-	-	-	7.495	-	7.495
-	(1.338)	(891)	959	(501)	(433)	512.971	(421.339)	91.632



C. Attivo circolante

C.I. Rimanenze

Ammontano a 41.603 k€ con un incremento rispetto al 31 dicembre 2003 di 2.178 k€ e risultano così composte:

(k€)	31.12.2004	31.12.2003	Variazione
Di prodotti per somministrazione e vendita	28.399	29.645	(1.246)
Di generi di monopolio, lotterie e giornali	10.871	8.425	2.446
Carburanti e lubrificanti	1.114	723	391
Di merci e articoli vari	1.219	632	587
Totale rimanenze	41.603	39.425	2.178

La variazione delle rimanenze di beni delle due prime categorie è correlata alla dinamica dei ricavi.

Per i carburanti, invece, è connessa all'incremento del numero di stazioni di servizio gestite.

Il valore del magazzino è al netto del fondo obsolescenza merci, pari a 1.252 k€ (624 al 31 dicembre 2003), determinato in base al valore di realizzo atteso per le giacenze a basso rigiro o per gli articoli dei quali è prevista l'esclusione dall'assortimento di vendita.

C.II. Crediti

Ammontano a 746.572 k€ con un incremento di 476.667 k€ rispetto al 31 dicembre 2003 e sono così composti:

(k€)	31.12.2004	31.12.2003	Variazione
C.II.1. Crediti verso clienti	31.921	33.812	(1.891)
C.II.2. Crediti verso imprese controllate	673.901	179.731	494.170
C.II.4. Crediti verso imprese controllanti	3.447	-	3.447
C.II.4. bis Crediti tributari	650	-	650
C.II.4. ter Imposte anticipate	10.380	30.333	(19.953)
C.II.5. Crediti verso altri	26.272	26.029	243
C.II. Totale crediti	746.572	269.905	476.667

C.II.1. Crediti verso clienti

La posta ammonta a 31.921 k€, con un decremento netto di 1.891 k€ rispetto al 31 dicembre 2003, al quale ha contribuito una più favorevole liquidazione delle partite relative ad attività promozionali effettuate nell'esercizio. L'incremento netto del fondo svalutazione crediti è risultato pari a 1.647 k€.

La composizione della voce è la seguente:

(k€)	31.12.2004	31.12.2003	Variazione
Crediti verso terzi	34.342	35.087	(745)
Crediti in contenzioso	4.753	4.252	501
Fondo svalutazione crediti	(7.174)	(5.527)	(1.647)
C.II.1 Totale crediti verso clienti	31.921	33.812	(1.891)

I Crediti verso terzi sono prevalentemente relativi a convenzioni per servizi di ristorazione e a rapporti di affiliazione commerciale, nonché alle attività promozionali effettuate per conto di fornitori.

Il fondo svalutazione crediti si è movimentato per lo stacco di crediti di dubbia esigibilità per 396 k€ e per l'accantonamento dell'esercizio di 2.043 k€.

I crediti esposti scadranno per l'intero ammontare entro i prossimi 12 mesi.

C.II.2. Crediti verso controllate

Ammontano a 673.901 k€ (179.731 k€ nel 2003). Per 673.096 k€ hanno natura finanziaria (179.077 k€ al 31 dicembre 2003). La voce si riferisce a finanziamenti alle controllate per 635.309 k€, (di cui Autogrill Group, Inc. per 222.922 k€, Autogrill Finance per 311.850 k€, Overseas per 87.071 k€, Autogrill España per 7.732 k€ e Autogrill Austria AG per 5.734 k€), incrementati non solo per l'impiego delle maggiori disponibilità finanziarie generate dall'attività operativa ma soprattutto per la concentrazione degli affidamenti bancari realizzata con il riferito prestito sindacato. I restanti 37.787 k€ si riferiscono alla maturazione dei dividendi che saranno liquidati nell'esercizio 2005 da Autogrill Finance (1.194 k€), Autogrill Hellas (350 k€), Autogrill International (32.910 k€) e Autogrill España (3.333 k€), come già commentato alla voce Immobilizzazioni finanziarie.



C.II.4. Crediti verso controllanti

La voce ammonta a 3.447 k€ e si riferisce al credito verso la controllante Edizione Holding, relativo all'adesione al consolidato fiscale, e riguardano l'eccedenza di versamento dell'acconto IRES sull'imponibile 2004.

C.II.4. bis Crediti tributari

Tale sottovoce è stata introdotta nel 2004 a seguito delle modifiche apportate agli schemi di bilancio dalla riforma del Codice Civile e ha comportato la riclassificazione dei valori comparativi del precedente esercizio.

Ammontano a 650 k€, sono sostanzialmente invariati rispetto all'esercizio precedente, e si riferiscono a imposte per le quali è stato chiesto il rimborso.

La Società ha versato gli acconti di imposta - sia nel 2004 sia nel 2003 - applicando il metodo storico, basato sull'imponibile dell'esercizio precedente. Ciò ha determinato un credito per IRES vantato per effetto dell'adesione al consolidato fiscale nazionale, verso Edizione Holding SpA.

Quanto all'IRAP, l'eccedenza dell'imponibile 2004 sugli acconti di imposta versati è esposta nella voce Debiti tributari esigibili entro l'esercizio successivo.

C.II.4. ter Imposte anticipate

Tale sottovoce anch'essa introdotta nel 2004 a seguito delle modifiche apportate agli schemi di bilancio della riforma del Codice Civile ha comportato la riclassificazione dei valori comparativi del precedente esercizio.

La voce Imposte anticipate costituisce l'attività fiscale esposta in applicazione del principio contabile nazionale n. 25, pari a 32.496 k€. Il decremento di 3.529 k€ è connesso al rigiro delle differenze temporanee, delle quali si dà informativa nella nota alle imposte sul reddito a pag. 136.

Sulla base delle previsioni aggiornate di imponibilità futura, il suddetto credito sarà recuperabile nel 2005 per 9.300 k€.

Rilevazione delle imposte anticipate ed effetti conseguenti

(k€)	2004		2003	
	Ammontare delle differenze temporanee	Effetto fiscale (aliquota 33%)	Ammontare delle differenze temporanee	Effetto fiscale (aliquota 33%)
Imposte anticipate:				
spese di rappresentanza e omaggi	227	75	163	54
svlutazione partecipazioni	52.358	17.278	74.040	24.433
svlutazione crediti	6.962	2.297	5.317	1.755
svlutazione per perdite durevoli immobilizzazioni	4.657	1.537	5.389	1.778
svlutazione magazzino	1.186	391	532	176
fondo vertenze	3.801	1.254	3.266	1.078
fondi rischi e oneri futuri	17.689	5.837	12.599	4.158
compensi Amministratori, Sindaci, premi e incentivi	6.904	2.278	4.264	1.407
differenze aliquote ammortamenti	4.689	1.547	3.596	1.187
Totale imposte anticipate	98.473	32.496	109.166	36.025

C.II.5. Crediti verso altri

Ammontano a 25.183 k€, con un decremento di 193 k€ rispetto al 31 dicembre 2003.

	31.12.2004	31.12.2003	Variazione
Verso fornitori	14.081	15.637	(1.556)
Verso l'Eraio, Enti previdenziali e Amministrazioni Pubbliche	73	654	(581)
Verso il personale	2.545	2.638	(93)
Diversi	8.484	6.447	2.038
Totale	25.183	25.376	(193)

La voce Crediti verso fornitori comprende prevalentemente note credito da ricevere per premi di fine anno e resi, canoni di locazione corrisposti anticipatamente rispetto alla maturazione e acconti. Il decremento rispetto all'esercizio precedente è prevalentemente connesso alla più tempestiva liquidazione delle partite.



Nella voce Diversi sono compresi i crediti verso gli istituti emittenti di carte di credito per pagamenti della clientela effettuati nell'esercizio ma non ancora accreditati per 2.251 k€ (2.014 k€ al 31 dicembre 2003) e i crediti verso assicurazioni per premi anticipati e risarcimenti liquidati ma in corso di accredito, per 425 k€ (1.581 k€ al 31 dicembre 2003). La variazione rispetto al 2003 è determinata principalmente dalle *una tantum* pagate alla società Autostrade per l'Italia SpA per 2.813 k€ connesse all'affidamento di concessioni sulle aree autostradali e per 1.382 k€ (2.119 k€ al 31 dicembre 2003) dal valore di schede telefoniche e tessere autostradali detenute presso i punti vendita e magazzini al 31 dicembre 2004.

I crediti verso altri scadono entro l'esercizio successivo.

C.IV. Disponibilità liquide

Ammontano a 58.278 k€ con un incremento di 18.313 k€ rispetto al 31 dicembre 2003; la suddivisione è la seguente:

(k€)	31.12.2004	31.12.2003	Variazione
C.IV.1. Depositi bancari e postali	39.068	15.723	23.345
C.IV.3. Denaro e valori in cassa	19.210	24.242	(5.032)
C.IV. Disponibilità liquide	58.278	39.965	18.313

L'incremento della voce Depositi bancari e postali è attribuibile principalmente a depositi a breve scadenza per impiegare a favorevoli condizioni l'eccesso di liquidità generato in chiusura dell'esercizio. La posta Denaro e valori in cassa comprende per 8.142 k€ (10.170 k€ nell'esercizio precedente) incassi di fine esercizio ritirati da i punti vendita ma non ancora accreditati sui conti correnti bancari e per 7.285 k€ (8.108 k€ nell'esercizio precedente) da incassi non ancora ritirati presso i punti vendita.

Tali componenti possono variare anche significativamente nelle diverse rilevazioni, in funzione della cadenza dei ritiri degli incassi, effettuati da vettori specializzati.

L'importo residuo di 3.783 k€ (5.964 k€ al 31 dicembre 2003) è relativo ai valori presso i punti vendita al 31 dicembre 2004. Per omogeneità con la situazione al 31 dicembre 2004 è stato riclassificato alla voce Altri crediti del circolante il valore al 31 dicembre 2003 delle tessere telefoniche e autostradali in giacenza presso i punti vendita e magazzini per complessivi 2.119 k€.

D. Ratei e risconti attivi

Ammontano a 3.254 k€, rispetto all'importo di 4.843 k€ al 31 dicembre 2003, e risultano così composti:

(k€)	31.12.2004	31.12.2003	Variazione
Ratei attivi	1.954	2.285	(331)
Risconti attivi:			
canoni di locazione finanziaria	733	1.466	(733)
canoni di locazione e concessione	468	494	(26)
diversi	99	598	(499)
Totale risconti	1.300	2.558	(1.258)
Totale ratei e risconti	3.254	4.843	(1.589)

I Ratei attivi, pressoché invariati rispetto all'anno precedente, sono principalmente relativi alle operazioni di gestione del rischio di variazione dei tassi di cambio.

La voce Canoni di locazione finanziaria si riferisce ai canoni anticipati di competenza dell'esercizio 2005. Il decremento di 733 k€ è riferito alla quota imputata a conto economico per competenza nell'esercizio 2004.

La voce Canoni di locazione e concessione comprende quote di competenza degli esercizi 2006-2022 per 441 k€ (di cui 280 k€ oltre il quinto esercizio).

Il decremento della voce Diversi è dovuto principalmente al rilascio a conto economico per 442 k€ dell'imposta di registro di competenza di esercizi successivi, riferita all'unità di vendita "Duomo Center" in Milano chiusa nel corso dell'esercizio 2004 e precedentemente riscontata sulla durata del contratto di locazione.



Commenti alle principali voci del passivo

A. Patrimonio netto

Il patrimonio netto al 31 dicembre 2004 ammonta a 218.765 k€ e si incrementa di 76.741 k€ rispetto al precedente esercizio. Le variazioni relative agli ultimi due esercizi sono riportate nella tabella a pag. 124.

L'Assemblea degli Azionisti del 27 aprile 2004 ha deliberato la destinazione dell'utile dell'esercizio 2003 pari a 13.495 k€ a:

- riserva legale per 675 k€
- riserva per ammortamenti anticipati per 7.583 k€
- utili portati a nuovo per 5.237 k€

A.I. Capitale sociale

Il capitale sociale interamente sottoscritto e versato, al 31 dicembre 2003 risulta costituito da 254.400.000 azioni ordinarie da nominali 0,52 € ciascuna. La posta è rimasta invariata rispetto alla fine dell'esercizio precedente.

Si ricorda che l'Assemblea degli Azionisti, tenutasi il 30 aprile 1999, ha deliberato l'aumento del capitale sociale mediante l'emissione di azioni ordinarie sino a massime 33.500.000 al servizio del prestito obbligazionario convertibile di nominali 471.055.000 € emesso nel giugno 1999 dalla controllata Autogrill Finance SA, che ha generato un incasso di 350 m€, al netto degli interessi impliciti e al lordo delle spese di emissione.

In relazione alle condizioni alle quali è stata realizzata detta operazione, il numero massimo di azioni che potranno essere emesse al servizio della conversione del prestito ammonta a circa 24.475.000. Si rammenta che il diritto alla conversione è esercitabile dal portatore delle obbligazioni in qualunque momento della vita del prestito. Rispetto al 30% dell'emissione, il premio di conversione al 31 dicembre 2003 risulta pari al 40%.

Le azioni componenti il capitale sociale sono trattate sul mercato telematico delle Borse valori italiane dal 1° agosto 1997.

A.IV. Riserva legale

Ammonta a 2.387 k€ (1.712 k€ al 31 dicembre 2003) e si incrementa per la riferita destinazione dell'utile di esercizio 2003 deliberata dall'Assemblea degli Azionisti del 27 Aprile 2004.

A.VII. Altre riserve

Sono pari a 1.688 k€ e sono così composte:

Riserva da avanzo da concambio: corrisponde al valore residuo dell'avanzo da concambio relativo alla fusione per incorporazione di Finanziaria Autogrill SpA, dopo aver proceduto alla ricostituzione delle riserve in sospensione d'imposta; ammonta a 1.908 k€, invariata rispetto al precedente esercizio.

Contributi in conto capitale - quote disponibili: derivano anch'essi dall'incorporazione di Finanziaria Autogrill SpA e ammontano a 230 k€, con un incremento di 77 k€ rispetto al 2003 relativo alla quota trasferita nell'esercizio 2003 dal fondo che accoglie le quote indisponibili.

Riserva da valutazione di partecipazioni a patrimonio netto: pari a 1.043 k€, invariata rispetto al precedente esercizio, è appostata in applicazione del metodo adottato per la valutazione delle partecipazioni nelle società estere controllate.

Riserva da conversione di partecipazioni valutate a patrimonio netto: ammonta a -9.972 k€; con un incremento di 501 k€ del saldo negativo. Si movimentata per effetto delle variazioni dei rapporti di cambio fra l'euro e le divise di denominazione dei bilanci delle società indirettamente controllate.

Riserva per ammortamenti anticipati: risultano azzerate (7.583 k€ al 31 dicembre 2003), come previsto dal Documento OIC 1 sono state riclassificate alla voce Altre riserve di utili disponibili.

Altre riserve di utili disponibili: ammontano a 8.481 k€, incrementate di 7.583 k€ rispetto all'esercizio precedente per effetto della riferita riclassifica.



Prospetto ex art. 2427, n. 7-bis

(k€)	Importo	Possibilità di utilizzazione	Quota disponibile	Reperito delle utilizzazioni effettuate nei tre precedenti esercizi	
				per copertura perdite	per altre ragioni
Capitale	132.288	-	-	-	-
Riserve di utili:					
riserva legale	2.387	A, B, C	-	-	-
riserva da fusione	1.908	A, B, C	1.908	6.122	-
contributi in conto capitale	230	A, B, C	230	-	-
riserva da conversione di partecipazioni valutate col metodo del patrimonio netto (9.972)		-	-	-	-
riserva da valutazione a patrimonio netto	1.043	-	-	-	-
altre riserve	8.481	A, B, C	8.481	3.793	-
Utili portati a nuovo	5.237	A, B, C	5.237	-	-
Totale	-	-	15.856	-	-
Quota non distribuibile	-	-	0	-	-
Residua quota distribuibile	-	-	15.856	-	-

A: per aumento di capitale

B: per copertura perdite

C: per distribuzione ai soci

Prospetto delle variazioni avvenute nei conti di patrimonio netto

(k€)	Capitale sociale	Riserve di rivalutazione monetaria	Riserva legale	Altre riserve/ utili indivisi	Risultato dell'esercizio	Totale
Saldi al 31 dicembre 2002	132.288	-	1.712	10.825	(9.915)	134.909
Copertura perdita 2002	-	-	-	(9.915)	9.915	0
Incremento quota disponibile di contributi in conto capitale	-	-	-	77	-	77
Incremento della riserva da valutazione delle partecipazioni con il metodo del patrimonio netto	-	-	-	599	-	599
Variazione delle differenze di conversione relative alla valutazione delle partecipazioni con il metodo del patrimonio netto	-	-	-	(7.055)	-	(7.055)
Risultato dell'esercizio 2003	-	-	-	-	13.495	13.495
Saldi al 31 dicembre 2003	132.288	-	1.712	(5.470)	13.495	142.024
Destinazione utile 2003	-	-	-	5.237	(13.495)	(8.258)
Incremento della riserva legale	-	-	675	-	-	675
Incremento quota disponibile di contributi in conto capitale	-	-	-	77	-	77
Incremento della riserva utili disponibili per ammortamenti anticipati	-	-	-	7.583	-	7.583
Altre riserve	-	-	-	(500)	-	(500)
Risultato dell'esercizio 2004	-	-	-	-	77.165	77.165
Saldi al 31 dicembre 2004	132.288	-	2.387	6.928	77.165	218.765

A seguito della eliminazione delle interferenze fiscali meglio commentate alla voce Immobilizzazioni immateriali, si segnala che la parte di utile dell'esercizio in sospensione d'imposta di cui all'art.109 comma 4 lett. b del TUIR distribuibile alle condizioni e con le limitazioni ivi previste, ammonta a 6.657 k€.



B. Fondi per rischi e oneri

La composizione al 31 dicembre 2004 e i movimenti intervenuti nell'esercizio sono così dettagliati:

(k€)	Saldo al 31.12.2003	Altri movimenti	Accanto- namenti	Utilizzi	Saldo al 31.12.2004
B.2. Fondi per imposte	7.552	16.424	-	(1.535)	22.441
B.3. Altri fondi:					
Per oneri:					
di ripristino beni gratuitamente devolvibili	11.375	-	-	(9.278)	2.097
di ripristino beni di terzi in locazione	5.596	-	402	-	5.998
di gestione autostradale/ urbana	2.733	-	199	-	2.932
contributi in conto capitale - quote indisponibili	205	(77)	-	-	129
altri	4.498	-	5.385	(1.748)	8.135
Per rischi:					
su vertenze legali	3.266	-	1.740	(1.206)	3.800
altri	269	(77)	77	-	269
Totale altri fondi	27.942	(154)	7.803	(12.232)	23.360
Totale fondi per rischi e oneri	35.494	16.271	7.803	(13.767)	45.801

La voce B.2. Fondi per imposte, anche differite, anch'essa modificata a seguito delle variazioni introdotte nel 2004 agli schemi di bilancio dalla riforma del Codice Civile ha comportato la riclassificazione dei valori comparativi del precedente esercizio.

La movimentazione della voce evidenzia l'utilizzo per la definizione automatica ex art. 9 L. 289/ 2002 (c.d. "tombale") delle possibili contestazioni relative alle imposte dirette per l'esercizio 2002 per 1.535 k€. Un fondo per 325 k€ copre il possibile onere per la definizione dei rilievi emersi a seguito di una verifica generale sull'esercizio 1999 effettuata nel corso del 2003 dalla Direzione Regionale delle Entrate.

Per effetto delle riferite definizioni automatiche e dello scadere dei termini di accertamento, oltre agli esercizi 2003 e 2004, risultano ancora aperti gli esercizi 2000-2002, limitatamente alle imposte indirette. L'ammontare residuo della voce Fondo imposte differite comprende inoltre, per effetto delle riferite riclassificazioni, le imposte sulle differenze temporanee, dettagliate nella seguente tabella:

(k€)	2004		2003	
	Ammontare delle differenze temporanee	Effetto fiscale (aliquota 33%)	Ammontare delle differenze temporanee	Effetto fiscale (aliquota 33%)
Imposte differite:				
plusvalenze	7.442	2.456	6.923	2.285
ammortamenti anticipati	14.875	4.909	8.942	2.951
fondo oneri ripristino beni gratuitamente devolvibili	3.871	1.277	1.383	456
ammortamenti disinquinamento fiscale	33.698	12.553	-	-
altre	2.792	921	-	-
Totale imposte differite	62.678	22.116	17.248	5.692

La posta Fondo oneri di ripristino beni gratuitamente devolvibili accoglie, *pro-rata temporis*, gli oneri di prevedibile sostenimento alla devoluzione, in relazione all'obbligo di consegna nelle condizioni contrattualmente pattuite dei beni realizzati in regime di concessione.

La stima dell'onere è stata aggiornata a seguito delle evidenze ottenute nel corso del 2004 in relazione alla consegna dei locali il cui contratto di concessione era scaduto al 31 dicembre 2003, che mostrano una significativa contrazione dell'onere effettivamente sostenuto rispetto a quello preventivato fino al 31 dicembre 2003 sulla base dei dettati contrattuali.

La posta Fondo oneri di ripristino dei beni di terzi in locazione si riferisce ai beni compresi nelle aziende locate, per i quali grava sul conduttore l'impegno di provvedere anche alla loro sostituzione. Gli accantonamenti periodici sono calcolati applicando al valore di libro dei beni, così come comunicatoci dai locatori, le medesime aliquote di ammortamento applicate ai beni di proprietà.

La posta Fondo per oneri gestioni autostradale/ urbana accoglie prevalentemente le quote di ammortamento figurative di due locali autostradali, già in uso ma per i quali non è stato ancora perfezionato il trasferimento della proprietà, come meglio descritto alla voce Immobilizzazioni materiali.

La voce Altri accoglie la prudentiale stima dei possibili oneri connessi all'eventuale sfavorevole esito di contenziosi su contratti e ad adeguamento a norme.



Gli utilizzi del Fondo rischi per vertenze sono stati operati a fronte delle effettive liquidazioni avvenute nel corso dell'esercizio.

C. Trattamento di fine rapporto di lavoro subordinato

La posta ammonta a 86.530 k€ e si incrementa di 366 k€ rispetto all'esercizio precedente. La movimentazione della voce in oggetto è stata la seguente:

(k€)	31.12.2004	31.12.2003	Variazione
Consistenza iniziale	86.164	82.178	3.986
Accantonamento dell'esercizio	14.603	14.709	(106)
Utilizzi e storni dell'esercizio	(13.189)	(9.690)	(3.499)
Quota fondo pensioni/ Previdenza integrativa	(1.048)	(1.033)	(15)
Consistenza finale	86.530	86.164	366

L'accantonamento dell'esercizio comprende la rivalutazione, al tasso di Legge del 2,792% per 2.120 k€.

Il personale a libro matricola al 31 dicembre 2004 ha raggiunto il livello e la composizione di seguito esposti, con una significativa incidenza dei rapporti part time:

	31.12.2004	31.12.2003	Variazione
Dirigenti	48	49 ¹	(1)
Impiegati	1.578	1.673	(95)
Operai	9.269	9.652	(383)
Totale	10.895	11.374	(479)
di cui part-time	6.036	6.260	(224)

¹ Il dato è stato rideterminato per renderlo omogeneo al 2004 e comprendere le unità impiegate presso le direzioni centrali all'estero.

La lieve contrazione degli organici è connessa alla riduzione della rete di 13 unità di vendita per complessive 380 persone.





D. Debiti

Ammontano complessivamente a 808.317 k€, con un incremento di 434.361 k€ rispetto al 31 dicembre 2003. La loro ripartizione è la seguente:

(k€)	31.12.2004	31.12.2003	Variazione
D.4. Debiti verso banche			
* parte esigibile entro l'esercizio successivo	153.278	30.819	122.459
* parte esigibile oltre l'esercizio successivo	367.440	87.646	279.794
D.5. Debiti verso altri finanziatori			
* parte esigibile entro l'esercizio successivo	1.025	1.787	(762)
D.7. Debiti verso fornitori	226.276	200.651	25.625
D.9. Debiti verso imprese controllate	425	587	(162)
D.10. Debiti verso imprese collegate	59	-	59
D.11. Debiti verso imprese controllanti	7.054	426	6.628
D.12. Debiti tributari esigibili entro l'esercizio successivo	9.018	11.529	(2.511)
D.13. Debiti verso istituti di previdenza sociale	14.067	14.273	(206)
D.14. Debiti verso altri esigibili entro l'esercizio successivo	29.675	26.238	3.438
D. Totale debiti	808.317	373.956	434.361

D.4. Debiti verso banche

La posta ammonta complessivamente a 520.718 k€ ed è prevalentemente riferita ai finanziamenti contrattati con banche partecipanti al prestito sindacato stipulato il 19 marzo 2004.

L'importo residuo è relativo ai saldi al 31 dicembre 2004 dei conti correnti bancari.

I debiti verso le banche sono regolati a tassi variabili.

Gli utilizzi del prestito sindacato sono così articolati:

- 342 m€ per l'integrale utilizzo delle tranche a cinque anni, ammortizzabili dal 30° mese.
- 150 m€ per il residuo utilizzo della tranche finalizzata al rimborso di 347 m€ del prestito obbligazionario emesso nel 1999 da Autogrill Finance SA effettuato il 14 giugno 2004 impiegando l'eccesso di cassa generato nell'esercizio.
- rispetto all'importo iniziale di 300 m€, il residuo scade il 12 giugno 2005.

Si rinvia alla nota ai conti d'ordine per la dettagliata descrizione del prestito obbligazionario Autogrill Finance SA 1999-2014, convertibile in azioni Autogrill SpA e da questa garantito, e delle strategie di gestione di rischio di fluttuazione dei tassi di interesse.

D.5. Debiti verso altri finanziatori

La posta, che accoglie prevalentemente finanziamenti non onerosi ottenuti per l'acquisto di attrezzature informatiche, ammonta a 1.025 k€ con un decremento nell'esercizio di 762 k€ dovuto ai rimborsi effettuati secondo il piano finanziario definito. La voce è interamente scadente entro l'esercizio successivo.

D.7. Debiti verso fornitori

La voce, pari a 226.276 k€, presenta un incremento di 25.625 k€ rispetto al 31 dicembre 2003, dovuto principalmente alla maggiore regolazione differita di canoni di concessione.

I debiti verso fornitori scadranno entro l'esercizio successivo.

D.9. Debiti verso imprese controllate

La posta ammonta a 425 k€ e resta sostanzialmente invariata rispetto all'esercizio precedente.

È relativa per 325 k€ al saldo passivo dei conti correnti impropri detenuti dalla Società, regolati a tassi di mercato. Su tali conti correnti impropri la Società provvede alla regolazione di tutte le operazioni di pagamento. Per il residuo, la posta è relativa a partite commerciali correnti.

Tali debiti sono scadenti entro l'esercizio successivo.

D.10. Debiti verso imprese collegate

La posta, pari a 59 k€ si riferisce al debito verso Union Services SA per i servizi relativi alla promozione "Group Service Program".

D.11. Debiti verso imprese controllanti

La posta, pari a 7.054 k€, si incrementa di 6.628 k€ rispetto all'esercizio precedente. Comprende il corrispettivo della cessione (ex art. 43 ter DFR 602/ 73) di un credito per IFES (7.000 k€) vantato da Edizione Holding SpA e utilizzato dalla Società in compensazione del 2° acconto IFES. L'intero importo sarà rimborsato nell'esercizio successivo.



D.12. Debiti tributari

La voce, pari a 9.018 k€, si riduce di 2.511 k€ rispetto al 31 dicembre 2003 ed è così composta:

(k€)	31.12.2004	31.12.2003	Variazione
IRPEF dipendenti e lavoro autonomo	6.863	6.556	308
Debiti per IVA	407	751	(344)
Imposte dirette dell'esercizio	732	947	(215)
Esattorie	942	865	77
Vari	74	2.410	(2.336)
Totale	9.018	11.529	(2.511)

La voce Imposte dirette dell'esercizio si riferisce al debito per imposte al netto degli acconti pagati per l'IRAP relativo all'esercizio 2004.

La voce Vari si decrementa per effetto del pagamento del debito residuo pari a 2.254 k€ per la definizione automatica delle imposte dirette per le annualità 1998-2001 (c.d. "tombale").

D.13. Debiti verso istituti di previdenza e sicurezza sociale

La voce ammonta a 14.067 k€, con un decremento di 206 k€ rispetto all'esercizio precedente.

Il debito è relativo per 8.124 k€ a debiti verso l'INPS (8.256 k€ al 31 dicembre 2003).

Gli oneri previdenziali stanziati in relazione a competenze differite ammontano a 5.943 k€ rispetto a 5.118 k€ del 31 dicembre 2003.

Tali debiti sono interamente relativi a partite correnti, che scadranno entro l'esercizio.

D.14. Altri debiti

Ammontano a 29.675 k€, con un incremento di 3.437 k€ rispetto al 31 dicembre 2003. Sono così costituiti:

(k€)	31.12.2004	31.12.2003	Variazione
Debiti connessi alla gestione del personale:			
competenze da liquidare	21.932	21.209	723
debiti diversi	40	39	1
Totale	21.972	21.248	724
Altri:			
altri debiti verso clienti	1.623	1.783	(160)
Amministratori e Sindaci	638	491	147
debiti per erogazioni liberali	12	7	5
depositi cauzionali da terzi	368	368	-
debiti diversi	5.062	2.341	2.721
Totale	7.703	4.990	2.713
Totale	29.675	26.238	3.437

Gli Altri debiti verso clienti sono prevalentemente relativi a premi da liquidare ad affiliati.

La variazione della voce Debiti diversi è riferita principalmente alla riduzione delle voci Debiti verso terzi per vincite su lotterie istantanee (430 k€), Altri debiti a breve termine (-744 k€) e alla rilevazione del "Fair Value" degli strumenti finanziari derivati sui tassi di interesse, pari a 3.770 k€ per i quali sono venute meno le relazioni di copertura, data la riduzione dell'esposizione sottostante.

La posta, a eccezione dei depositi cauzionali, non include debiti scadenti oltre i prossimi 12 mesi.

E. Ratei e risconti passivi

La posta ammonta complessivamente a 5.714 k€ (8.848 k€ al 31 dicembre 2003), è così composta:

(k€)	31.12.2004	31.12.2003	Variazione
Ratei passivi	4.531	2.910	1.621
Risconti passivi:			
di premi incassati su strumenti finanziari derivati	242	5.077	(4.835)
di canoni di locazione e oneri accessori	301	335	(34)
Altri	640	526	114
Totale	5.714	8.848	(3.134)

I ratei passivi si riferiscono per 4.515 k€ a ratei su interessi passivi su finanziamenti (2.169 k€ al 31 dicembre 2003) e alla quota di differenza cambio passiva per 2.346 k€, maturata sulle operazioni di gestione dei rischi di variazione dei cambi al 31 dicembre 2004. La riduzione dei risconti di premi su strumenti finanziari derivati è principalmente dovuta alla cessione dei contratti di gestione del rischio tasso d'interesse ai quali si riferiscono. I risconti si estingueranno entro il prossimo esercizio.



Conti d'ordine

I conti d'ordine al 31 dicembre 2004 ammontano a 754.085 k€ rispetto a 1.341.934 k€ del 31 dicembre 2003 e sono composti come segue:

(k€)	31.12.2004	31.12.2003	Variazione
Fidejussioni e garanzie personali a favore di terzi	63.254	36.639	26.615
Fidejussioni e garanzie personali a favore di controllate	311.180	803.295	(492.115)
Garanzie reali per crediti iscritti in bilancio:			
impegni di acquisto e vendita	353.672	475.986	(122.314)
altri conti d'ordine	25.979	26.014	(35)
Totale	754.085	1.341.934	(587.849)

Le fidejussioni a favore di terzi rappresentano prevalentemente i rischi di regresso sulle garanzie bancarie rilasciate nell'interesse della Società a favore di controparti commerciali, secondo le consuetudini del mercato. L'incremento è dovuto principalmente alle garanzie rilasciate in occasione della partecipazione alle gare per i rinnovi dei contratti di concessione scaduti nel 2003.

La contrazione delle fidejussioni a favore di controllate è prevalentemente connessa all'intervento di rimborso da parte di Autogrill Finance SA di obbligazioni convertibili, garantiti dalla Società, per 347 m€ e del rimborso di finanziamenti bancari concessi a controllate garantiti dalla Società.

Il valore nominale di tali obbligazioni ammonta a 47.680 k€ e rappresenta l'importo da rimborsare alla scadenza del 15 giugno 2014. Poiché il prestito è privo di cedola, al collocamento ha generato un incasso netto decurtato del rendimento implicito (c.d. "OID") stabilito nel 2% nominale annuo a capitalizzazione semestrale.

La conversione può essere richiesta dai sottoscrittori in ogni tempo, fatta eccezione per alcuni periodi di sospensione tecnica.

Il prestito è ora rimborsabile anticipatamente, su iniziativa dell'emittente in qualunque momento e, su iniziativa del portatore, al 10° anniversario. In tali ipotesi sarebbe rimborsato il valore maturato sino al momento dell'esercizio dell'opzione, in modo da assicurare un rendimento annuo pari al 2% originariamente pattuito.

Le probabilità di esercizio delle diverse opzioni sono correlate alla dinamica del corso di Borsa dell'azione di compendio rispetto al prezzo di conversione.

Al 31 dicembre 2004 quest'ultimo evidenziava un premio del 23% sul corso dell'azione. Rispetto al 30% dell'emissione, il premio si era ridotto al 13% alla fine del 2000, per salire al 45% a fine esercizio 2001, al 100,6% a fine esercizio 2002, e per scendere al 40% a fine esercizio 2003.

Infine, 271.639 k€ rappresentano il controvalore in euro dell'importo di 370 m\$ del prestito "Private placement" emesso il 23 gennaio 2003 da HMSHost Corp. (ora Autogrill Group, Inc.) con la garanzia della Società.

La voce Impegni di acquisto e vendita si riferisce:

1. per 272.914 k€ (159.280 k€ al 31 dicembre 2003) al valore nozionale di contratti di copertura del rischio di oscillazione del tasso di cambio su finanziamenti concessi alla controllata Autogrill Group, Inc.
2. per 80.758 k€ (316.706 k€ al 31 dicembre 2003) al valore nozionale degli Interest Rate Swap, contratti per perseguire gli obiettivi di gestione dei rischi di tasso ai quali il Gruppo è esposto.

La politica finanziaria del Gruppo considera di particolare rilievo la gestione e il controllo dei rischi finanziari, in quanto questi possono significativamente condizionare la redditività aziendale.

La gestione dei rischi finanziari è unitaria per l'intero Gruppo. Le singole società coprono, secondo la policy di Gruppo, la propria esposizione al rischio di cambio. In relazione al merito di credito loro riconosciuto, invece, la gestione dei rischi di tasso di interesse è stata effettuata sino all'esercizio 2003 dalla Capogruppo e da Autogrill Overseas SA.

Nel corso dell'esercizio 2004 si è proceduto alla riallocazione degli strumenti derivati di gestione del rischio di tasso alle società direttamente esposte, tramite la cessione degli stessi dalla Capogruppo ad Autogrill Group, Inc.

La cessione, effettuata a condizioni di mercato, ha determinato per la Capogruppo un onere di 8.624 k€.



L'esposizione a entrambi i rischi ha raggiunto un livello significativo per effetto dell'acquisizione di HMShost, nel settembre 1999. Il valore della transazione fu prossimo a 1 miliardo di dollari, finanziato con prestiti a tasso variabile.

Il Gruppo definì quindi una politica mirante alla copertura pressoché integrale del rischio di cambio e di stabilizzazione degli oneri finanziari.

Per conseguire quest'ultimo obiettivo, il Gruppo ha implementato, sino all'esercizio 2002, una strategia di contenimento dell'esposizione alle fluttuazioni dei tassi di interesse in un range compreso fra il 40% e il 60% dell'indebitamento totale.

Gli strumenti finanziari cui si è fatto ricorso rientrano principalmente nelle categorie contrattuali delle "Interest Rate Swap", "Forward Rate Agreement", "opzioni su tassi", con eventuale combinazione di tali strumenti.

Tipicamente, si è proceduto alla stipula di Interest Rate Swap che trasformano sinteticamente il tasso variabile sui finanziamenti in un tasso fisso.

Con l'obiettivo di consolidare le fonti di finanziamento, il 23 gennaio 2003 finanziamenti a tasso variabile per 370 m\$ sono stati sostituiti dal "Private Placement" che, per ottimizzare le condizioni di collocamento, paga cedole fisse.

Si è così determinata una copertura pressoché integrale dell'esposizione.

L'elevato differenziale fra tasso a breve e tasso a lungo termine ha indotto il Gruppo ad adottare strategie di variabilizzazione di una parte del "Private Placement", segnatamente per la scadenza decennale, con l'obiettivo di contenere gli oneri finanziari correnti.

Per tale fine sono state vendute opzioni per entrare in Interest Rate Swap che trasformassero sinteticamente la cedola fissa in variabile.

All'inizio dell'esercizio 2004 è stata avviata una revisione della politica di gestione dei rischi finanziari, che incorpora anche l'obiettivo di conformazione agli IAS/ IFRS, di prossima introduzione.

In tale ambito, la società del Gruppo che li aveva stipulati ha proceduto alla risoluzione dei contratti di variabilizzazione, con un esborso di 12,5 m\$ (10 m€) stanziato nel bilancio dell'esercizio 2003 e sinteticamente riflesso nel bilancio della Società, per effetto della valutazione delle partecipazioni al patrimonio netto.

I residui strumenti finanziari derivati contratti dalla Capogruppo, per i quali è venuta meno la relazione di copertura con l'esposizione sostenuta, hanno un valore di mercato di -4,3 m€, imputato al conto economico dell'esercizio.

Il soprannominato valore nozionale delle operazioni in essere al 31 dicembre 2004 non costituisce misura dell'esposizione al rischio, che è limitata ai soli flussi di interesse da incassare di volta in volta.

I contratti derivati sono stati stipulati con controparti scelte tra quelle finanziariamente più solide al fine di ridurre al minimo il rischio di inadempienza contrattuale.

La politica di gestione del rischio di cambio ha comportato per la Società la copertura integrale dei finanziamenti denominati in divisa diversa da quella di conto. Gli strumenti finanziari utilizzati a tale scopo sono tipicamente vendite a termine di divisa.

La voce Altri conti d'ordine si riferisce al valore dei beni di terzi in uso alla Società (1.516 k€); al valore dei beni patrimoniali componenti aziende condotte in affitto (20.022 k€); al valore delle tessere autostradali in conto vendita presso i locali della Società (2.169 k€) e, 2.272 k€, all'importo ancora da corrispondere per l'acquisto di due immobili commerciali sul Grande Raccordo Anulare di Roma come ricordato nella nota a commento della voce Immobilizzazioni in corso e acconti nelle immobilizzazioni materiali a pag. 115.



Conto economico

A. Valore della produzione

A.1. Ricavi delle vendite e delle prestazioni

La tipologia dei ricavi è di seguito dettagliata:

(k€)	Esercizio 2004	Esercizio 2003	Variazione
Somministrazioni di cibi e bevande	620.422	629.148	(8.726)
Vendita di prodotti alla clientela	188.413	189.555	(1.142)
Vendita di generi di monopolio, lotterie, giornali e carburanti	247.053	206.798	40.255
Prestazioni diverse alla clientela	506	488	18
Prestazioni e vendite a consumatori	1.056.394	1.025.989	30.405
Vendita di prodotti ad affiliati	32.434	31.000	1.434
Vendita di prodotti a controllate e collegate	1.667	2.198	(531)
Vendita di materiali diversi	1.709	1.397	312
Totale	1.092.204	1.060.584	31.620

Si rimanda alla relazione sulla gestione per l'analisi e ai commenti sulla voce. Si evidenzia come i ricavi sulla vendita di carburanti, pari a 38.688 k€ (21.414 k€ nel 2003), nel conto economico sintetico, commentato nella Relazione sulla gestione, sono esposti fra gli Altri ricavi al netto dei costi di acquisto. I ricavi sono stati realizzati pressoché esclusivamente in Italia.

A.5. Altri ricavi e proventi

Sono così composti:

(k€)	Esercizio 2004	Esercizio 2003	Variazione
Contributi in conto esercizio	32	46	(14)
Risvalenze da alienazione di immobilizzazioni	666	13.803	(13.137)
Contributi promozionali da fornitori	33.976	26.487	7.489
Proventi da locazione d'azienda	8.724	9.777	(1.053)
Canoni e proventi da affiliazioni commerciali	4.816	5.200	(384)
Proventi per la distribuzione di schede telefoniche	3.238	3.517	(279)
Recupero costi da terzi e da affiliati	1.923	1.281	642
Altri	16.188	5.554	10.634
Totale	69.563	65.665	3.898

L'incremento della componente Contributi promozionali da fornitori è da attribuire ai rinnovati accordi commerciali per l'esercizio 2004.

Il valore al pubblico delle tessere telefoniche e autostradali prepagate distribuite nel 2004 è pari a 75 m€ (76 m€ dell'esercizio precedente).

Le principali componenti della voce residuale Altri consistono di:

- sopravvenienze e insussistenze attive pari a 10.990 k€ (2.364 k€ nel 2003) che comprendono principalmente il riferito rilascio del fondo oneri ripristino beni gratuitamente devolvibili (5.996 k€) e rettifiche di stanziamenti di esercizi precedenti;
- indennizzo di 1.090 k€ ricevuto per la definizione dell'accordo transattivo tra Autogrill SpA e Fintecna SpA (ex IRI SpA) e GS SpA per il rimborso degli oneri derivanti dalla vertenza Nestlé;
- recupero costi per personale distaccato pari a 675 k€ (728 k€ nel 2003).

B. Costi della produzione

B.6. Per acquisti di materie prime, sussidiarie, di consumo e di merci

Ammontano a 521.203 k€ e la composizione è la seguente:

(k€)	Esercizio 2004	Esercizio 2003	Variazione
Prodotti e materie prime per la somministrazione e la vendita	269.792	282.670	(12.878)
Generi di monopolio, giornali, lotterie nazionali e carburanti	236.920	195.076	43.850
Materiali diversi	12.485	14.642	(2.157)
Totale	521.203	492.388	28.815



Considerate anche le variazioni delle rimanenze, i costi relativi a materie per somministrazione e vendita riducono l'incidenza sulle vendite per effetto di una favorevole evoluzione degli assortimenti e di più contenuti scostamenti da standard.

L'incremento dei costi relativi a generi di monopolio, giornali, lotterie e carburanti è correlata all'andamento delle vendite. Si ricorda che nel conto economico sintetico, commentato nella Relazione sulla gestione, i ricavi sulla vendita di carburanti sono esposti al netto dei relativi costi di acquisto pari a 37.890 k€ (20.947 k€ nel 2003).

Il decremento della voce Materiali diversi è sostanzialmente correlato alla riformulazione dei contratti di manutenzione. Dall'esercizio 2004, a differenza del precedente, i corrispettivi per gli interventi di manutenzione comprendono anche il costo dei materiali utilizzati.

B.7. Costi per servizi

Ammontano a 89.507 k€ e sono così composti:

(k€)	Esercizio 2004	Esercizio 2003	Variazione
Utenze energetiche e idriche	19.385	22.207	(2.822)
Deposito e trasporto	11.237	12.271	(1.034)
Servizi di pulizia e disinfestazione	11.819	11.257	562
Iniziative promo-pubblicitarie	8.704	8.731	(27)
Consulenze e prestazioni professionali	10.922	9.932	990
Manutenzioni	11.055	8.504	2.551
Spese viaggio personale dipendente	3.670	4.991	(1.321)
Postali e telefoniche	2.810	2.608	202
Servizi generali e amministrativi	2.607	2.420	187
Vigilanza	1.777	2.146	(369)
Assicurazioni	1.717	1.391	326
Lavoro interinale	182	785	(603)
Diverse	3.621	3.757	(136)
Totale	89.507	91.001	(1.494)

Il decremento di 2.822 k€ dei costi per Utenze energetiche e idriche è riconducibile in parte alla cessione di 13 unità di vendita e alle più favorevoli condizioni climatiche rispetto all'esercizio 2003.

Il decremento di 1.034 k€ dei costi di Deposito e trasporto è connesso al rinnovo del contratto per la gestione dei servizi di logistica.

L'incremento delle Manutenzioni è principalmente dovuto alla riformulazione dei contratti. I corrispettivi per gli interventi di manutenzione, a differenza del precedente esercizio, comprendono anche il costo dei materiali utilizzati.

La voce Consulenze e prestazioni professionali ammonta a 10.922 k€ ed è così dettagliata:

(k€)	Esercizio 2004	Esercizio 2003	Variazione
Consulenze:			
commerciali	1.552	2.946	(1.394)
informatiche	1.376	1.395	(19)
legali e notarili	2.445	955	1.490
tecniche	567	870	(303)
amministrative	806	510	296
organizzative	483	332	151
Consulenze e prestazioni diverse	3.693	2.924	769
Totale	10.922	9.932	990

B.8. Costi per godimento beni di terzi

La posta ammonta a 116.890 k€, con un incremento di 11.124 k€, ed è suddivisa come segue:

(k€)	Esercizio 2004	Esercizio 2003	Variazione
Locazioni di immobili o aziende e epesi accessori	48.166	52.407	(4.241)
Concessioni	65.390	49.710	15.680
Licenze d'uso marchi	1.043	1.005	38
Altri canoni	2.291	2.644	(353)
Totale	116.890	105.766	11.124



I canoni per locazioni e concessioni sono generalmente correlati ai ricavi. Si rimanda alla Relazione sulla gestione per l'analisi e i commenti sulla voce.
La voce Altri canoni si riferisce principalmente alle locazioni di attrezzature informatiche, di automezzi e di mezzi di trasporto speciali.

B.9. Costi per il personale

La voce ammonta a 259.347 k€, con un incremento complessivo dell'1,59% rispetto all'esercizio precedente. Si dettaglia la composizione:

(k€)	Esercizio 2004	Esercizio 2003	Variazione
Retribuzioni	185.622	182.337	3.285
Oneri sociali	58.148	57.230	918
Trattamento fine rapporto e simili	14.603	14.709	(106)
Altri costi	974	1.016	(42)
Totale	259.347	255.292	4.055

A fronte di una lieve contrazione dell'organico medio, il costo unitario medio si è incrementato per effetto dell'aumento della componente variabile e degli automatismi previsti dal CCNL rinnovato nel 2003.

Gli Altri costi accolgono prevalentemente gli oneri per la risoluzione anticipata di rapporti di lavoro, connessa all'evoluzione organizzativa della Società.

La dinamica dell'organico medio, espresso in numero medio di persone a tempo pieno equivalenti, riassunta nella seguente tabella, evidenzia le linee evolutive dell'assetto organizzativo.

	Esercizio 2004	Esercizio 2003	Variazione
Dirigenti	46	46	-
Impiegati	1.530	1.004	(74)
Operai	7.109	7.238	(129)
Totale	8.685	8.888	(203)





B.10. Ammortamenti e svalutazioni

La voce ammonta a 58.576 k€ con un decremento di 1.598 k€ rispetto all'esercizio precedente. La sua composizione è la seguente:

(k€)	Esercizio 2004	Esercizio 2003	Variazione
Ammortamenti:			
delle immobilizzazioni immateriali	33.940	32.823	1.117
delle immobilizzazioni materiali	21.855	21.867	(12)
Totale ammortamenti	55.795	54.690	1.105
Svalutazioni delle immobilizzazioni	738	4.299	(3.561)
Svalutazione dei crediti dell'attivo circolante	2.043	1.185	858
Totale	58.576	60.174	(1.598)

Gli Ammortamenti delle immobilizzazioni immateriali comprendono la quota, pari a 13.220 k€, invariata rispetto all'esercizio 2003, relativa all'avviamento rilevato a seguito dell'incorporazione per fusione di Finanziaria Autogrill SpA, avvenuta nel 1997, e l'ammortamento degli avviamenti pagati per singoli ristoranti, pari a 595 k€ (577 k€ nell'esercizio 2003).

L'incremento sconta le maggiori quote di ammortamento di 1.778 k€ effettuate in conseguenza della riferita eliminazione degli effetti delle interferenze fiscali.

La svalutazione dei crediti dell'attivo circolante di 2.043 k€ (1.185 k€ nel 2003) riflette la stima aggiornata della recuperabilità dei crediti.

B.12. Accantonamento per rischi

La voce ammonta a 1.817 k€ con un incremento di 634 k€ rispetto all'esercizio precedente. La voce è relativa per 1.740 k€ all'accantonamento per vertenze verso terzi e dipendenti (1.077 k€ nell'esercizio 2003) e per 77 k€ all'accantonamento a fondi minori (105 k€ nell'esercizio 2003).

B.13. Altri accantonamenti

La voce è pari a 4.877 k€, con un decremento di 2.220 k€ rispetto all'esercizio precedente dovuto principalmente al mancato accantonamento al fondo oneri di ripristino dei beni gratuitamente devolvibili (3.008 k€ nell'esercizio 2003) per la riferita revisione del criterio di stima del fondo.

È relativa per 601 k€ all'accantonamento al fondo oneri di ripristino dei beni compresi in aziende in affitto (611 k€ nell'esercizio 2003).

La restante parte è relativa a oneri connessi ad adeguamenti a normative.

B.14. Oneri diversi di gestione

La voce ammonta a 12.688 k€ (12.066 k€ nell'esercizio 2003) e risulta così composta:

(k€)	Esercizio 2004	Esercizio 2003	Variazione
Imposte indirette e tasse di competenza dell'esercizio	3.878	3.228	650
Minusvalenze e sopravvenienze passive	2.843	2.817	26
Differenze negative di cassa	1.546	1.581	(35)
Compensi Amministratori e Sindaci	1.541	1.278	263
Altri oneri	2.880	3.162	(282)
Totale	12.688	12.066	622

La voce Imposte indirette e tasse di competenza dell'esercizio si riferisce per 1.518 k€ (1.349 k€ nel 2003) alla tassa per lo smaltimento dei rifiuti; per 778 k€ (772 k€ nel 2003) all'imposta comunale sugli immobili; per 523 k€ (505 k€ nel 2003) all'imposta comunale di pubblicità e per 541 k€ (90 nel 2003) all'imposta di registro e valori bollati. L'imposta di registro si riferisce per 38 k€ a oneri pagati di competenza dell'esercizio e per 442 k€ al rilascio del risconto attivo per l'anticipata risoluzione del contratto pluriennale di concessione di edifici commerciali urbani avvenuta nel corso dell'esercizio.

La voce Minusvalenze e sopravvenienze passive si riferisce per 229 k€ a minusvalenze su dismissioni di cespiti (602 k€ nel 2003) e per la parte residua a rettifiche di stanziamenti di esercizi precedenti.



C. Proventi e oneri finanziari

La politica finanziaria della Società è stata illustrata nella nota ai conti d'ordine, alla quale si rinvia.

C.15. Proventi da partecipazioni

Ammontano a 37.974 k€ (5.609 k€ nell'esercizio precedente). Si ritengono per 37.787 k€ a dividendi rilevati per maturazione nell'esercizio 2004 e per 187 k€ a dividendi incassati in eccesso rispetto a quanto rilevato per competenza nell'esercizio precedente.

C.16. Altri proventi finanziari

Ammontano a 16.542 k€, con un incremento di 5.884 k€ rispetto all'esercizio precedente; sono così composti:

(k€)	Esercizio 2004	Esercizio 2003	Variazione
Differenze di cambio su operazioni di copertura	-	80	(80)
Differenziali fra tassi di interesse maturati su operazioni di gestione del rischio tasso di interesse	-	275	(275)
Differenziali fra tassi di interesse maturati su operazioni di gestione del rischio tasso di cambio	1.070	2.094	(1.024)
Interessi su finanziamenti a società controllate	12.379	3.825	8.554
Interessi e commissioni da altri e proventi vari	3.093	4.384	(1.291)
Totale	16.542	10.658	5.884

Interessi su finanziamenti a controllate e Differenziali di tasso di interesse su operazioni di gestione del rischio di cambio hanno dinamiche correlate, in quanto dipendono dalla divisa di denominazione dei finanziamenti, oltre che dalla loro entità. Nell'esercizio 2004 i finanziamenti medi alle società controllate sono significativamente aumentati, con una maggiore quota denominata in euro, mentre nell'esercizio precedente erano stati prevalentemente denominati in dollari USA e yen.

La voce residuale si riferisce principalmente agli interessi maturati su depositi bancari a tempo, effettuati per impiegare temporanee eccedenze di liquidità. Il decremento è determinato da minori premi su opzioni incassati nel corso dell'esercizio.

C.17. Oneri finanziari

Ammontano a 47.631 k€, con un incremento di 19.981 k€ rispetto all'esercizio 2003. Il dettaglio della voce è il seguente:

(k€)	Esercizio 2004	Esercizio 2003	Variazione
Interessi passivi su finanziamenti	13.199	5.250	7.949
Differenziali di interesse su operazioni di gestione del rischio di tasso di interesse	12.711	13.261	(550)
Valore di mercato di strumenti derivati	3.770	-	3.770
Strumenti derivati	8.624	-	8.624
Differenziali di interesse su operazioni di gestione del rischio di tasso di cambio	205	470	(265)
Differenze cambio operazioni di copertura	-	556	(556)
Interessi e commissioni da altri e oneri vari	9.122	892	8.230
Minusvalenza da realizzo di partecipazioni	-	7.221	(7.221)
Totale	47.631	27.650	19.981

L'incremento degli Interessi passivi su finanziamenti è originato dai maggiori utilizzi di linee di credito, operati nell'ambito di una politica di progressiva concentrazione dei rapporti bancari del Gruppo.

I Differenziali di tasso sono maturati in applicazione di Interest Rate Swap per i quali la Società ha regolato la differenza fra il tasso a breve e un tasso fisso medio del 5,32 %

L'incremento della voce residuale è connessa principalmente all'integrale imputazione al conto economico dell'esercizio delle commissioni anticipate, corrisposte in relazione al prestito sindacato, alle quali non si è prudenzialmente attribuita un'utilità pluriennale.

Il Valore di mercato di strumenti derivati è relativo ai residui Interest Rate Swaps su i quali è venuta meno la relazione con l'esposizione sottostante.

Gli Strumenti derivati sono stati corrisposti a fronte della cessione ad Autogrill Group, Inc. di IRS per nominali 260 m\$ a condizioni fuori mercato e corrispondenti alla valutazione minusvalente a valori correnti al 31 dicembre 2004 del contratto ceduto.



C.17. bis Utili e perdite su cambi

A seguito delle modifiche agli schemi di bilancio della riforma del Codice Civile, gli utili e le perdite su cambi vengono ora esposti in apposita voce del conto economico, i valori comparativi del precedente esercizio, in precedenza iscritti fra i proventi e oneri finanziari, sono stati opportunamente riclassificati.

La voce, pari a un onere netto di 281 k€, con un incremento di 202 k€ rispetto all'esercizio precedente, risulta così composta:

(k€)	Esercizio 2004	Esercizio 2003	Variazione
C.17 bis. Utili su cambi			
* realizzati nell'esercizio	60	52	8
* da conversione cambi fine esercizio	48	43	5
C.17 bis. Perdite su cambi			
* realizzate nell'esercizio	(373)	(163)	(210)
* da conversione cambi fine esercizio	(16)	(11)	(5)
Totale	(281)	(79)	(202)

D. Rettifiche di valore di attività finanziarie

La componente principale, riferita agli effetti della valutazione a patrimonio netto delle partecipate, è stata commentata nella nota alla relativa voce dell'attivo.

E. Proventi oneri straordinari

La voce, pari a 6.531 k€, comprende proventi per 33.698 k€ relativi allo storno degli ammortamenti pregressi effettuato in relazione al "disinquinamento fiscale" già commentato; gli oneri per complessivi 27.167 k€ si riferiscono per 12.552 alla rilevazione di imposte differite relative all'eliminazione delle interferenze fiscali, per 9.467 k€ all'indennizzo corrisposto ad Autogrill Overseas commentato nella relazione sulla gestione e per 5.148 k€ all'onere sostenuto a fronte della definizione transattiva di un contenzioso relativo a contratti derivati su cambi, non noti in precedenza, che avrebbero potuto comportare l'acquisto da parte della Capogruppo di circa 30 m\$.

In considerazione dell'esito incerto del contenzioso e del pregiudizio che esso avrebbe potuto arrecare alla generalità delle relazioni bancarie, si è ritenuto opportuno ricorrere alla definizione transattiva, contenendo peraltro la perdita, che all'avvio del contenzioso era stimabile in 5,8 m€ e che, in relazione alla successiva evoluzione del cambio col dollaro, sarebbe potuta aumentare significativamente.

La Società ha peraltro tempestivamente adottato gli opportuni interventi organizzativi.

22. Imposte sul reddito

Complessivamente pari a 35.080 k€, calcolate sulla stima del reddito imponibile, comprendono IRES per 19.732 k€, relative per 12.332 k€ a imposte correnti e per 7.400 k€ alla rilevazione di imposte differite.

L'IRAP, che ha un diversa base imponibile, incide per 15.348 k€.

L'aliquota ordinaria IRES (sostitutiva dell'IRPEG) per il 2004 è pari al 33%

Si presenta di seguito la riconciliazione sintetica tra l'onere fiscale IRES da bilancio e l'onere fiscale IRES teorico.

(k€)	Imponibile	IRES
Risultato prima delle imposte e IRES teorica	124.798	41.183
Rientro differenze temporanee di esercizi precedenti	(33.288)	(10.985)
Differenze permanenti	(29.944)	(10.181)
di cui: dividendi	(34.684)	-
svalutazioni di partecipazioni in deducibili	-	-
ammortamento effetto disinquinamento fiscale	1.779	-
altre	2.961	-
Differenze temporanee tassate e deducibili in esercizi successivi	9.502	3.136
Disinquinamento fiscale	(33.698)	(11.120)
Imponibile e IRES corrente	37.370	12.332
Variazione delle imposte differite	-	7.400
IRES a conto economico	-	19.732



Compensi agli Amministratori, ai Sindaci e ai Direttori Generali

Ai sensi dell'art. 78 della Delibera Consob n. 11971/ 1999, si segnala che:

1. La qualifica di Direttore Generale è attribuita a dirigenti con responsabilità divisionali; non si ritiene, pertanto, che essi siano da annoverare fra i soggetti ai quali si riferisce il citato regolamento.
2. Non esiste Comitato Esecutivo.
3. Agli Amministratori non sono attribuite stock-option; all'Amministratore Delegato viene riconosciuto annualmente un importo variabile correlato al raggiungimento di risultati annuali e triennali prefigurati e all'incremento del valore della Società.

Si riassumono i compensi maturati nell'esercizio 2004:

Nome e cognome	Carica ricoperta	Durata	Emolumenti per la carica	Benefici monetari	Bonus e altri incentivi	Altri compensi
Benetton Gilberto	Presidente	01.01-31.12.04	46.600	-	-	-
Buttigiol Livio	Vice Presidente	01.01-31.12.04	620.000	10.535	310.000	-
Gianmario Tondato da Ruos ¹	Amministratore Delegato	01.01-31.12.04	281.200 ²	76.738 ²	360.000 ²	395.050 ²
Benetton Alessandro	Consigliere	01.01-31.12.04	44.200	-	-	-
Brunetti Giorgio	Consigliere	01.01-31.12.04	58.800	-	-	-
Bulgheroni Antonio	Consigliere	01.01-31.12.04	52.800	-	-	-
Desiderato Marco	Consigliere	01.01-31.12.04	58.800	-	-	-
Erede Sergio	Consigliere	01.01-31.12.04	54.000	-	-	743.528 ³
Mion Gianni	Consigliere	01.01-31.12.04	54.000	-	-	-
Morazzoni Gaetano	Consigliere	01.01-31.12.04	51.800	-	-	-
Malguzzi Alfredo	Consigliere	28.04-31.12.04	40.778	-	-	-
Totale Amministratori			1.362.978	87.273	670.000	1.138.578
Gianluca Ponzellini	Presidente del Collegio Sindacale	01.01-31.12.04	55.269	-	-	-
Marco Reboa	Sindaco	01.01-31.12.04	37.813	-	-	-
Ettore Maria Tosi	Sindaco	01.01-31.12.04	37.491	-	-	-
Totale Sindaci			130.573	-	-	-
Totale			1.493.551	87.273	670.000	1.138.578

Importi espressi in €

¹ L'accordo stipulato tra la Società e il Dr. Gianmario Tondato da Ruos prevede, oltre alle componenti fisse e agli elementi variabili - annuali e triennali - del compenso, un indennizzo onnicomprensivo di 1.360.000 € da corrispondersi in caso di risoluzione anticipata del rapporto, qualora questa sia operata dalla Società senza giusta causa, ovvero qualora sia operata dal Dr. Tondato per giusta causa.

² Gli importi sono maturati nell'esercizio in relazione ai rapporti di lavoro dipendente intercorrenti con la Società e con Autogrill Group, Inc.

³ Compensi maturati dallo Studio BEP - del quale è socio l'Avv. Sergio Erede - per prestazioni a favore della Società.

